



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO**

Elisabete Busanello

Gênero, Representação Política e Poder:

**As deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da
Câmara dos Deputados**

**Brasília
2016**

Elisabete Busanello

Gênero, Representação Política e Poder:

**As deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da
Câmara dos Deputados**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientadora: Prof^ª. Dra. MALENA REHBEIN RODRIGUES SATHLER

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Brasília

2016

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

Busanello, Elisabete.

Gênero, representação política e poder [manuscrito] : as deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados / Elisabete Busanello. -- 2016.

136 f.

Orientador: Malena Rehbein Rodrigues Sathler.

Impresso por computador.

Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2016.

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. 2. Mulher na política, Brasil. 3. Comissão parlamentar, Brasil. 4. Atuação parlamentar, Brasil. I. Título.

CDU 396.9(81)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "Gênero, Representação Política e Poder: as deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados".

Autor (a): Elisabete Busanello

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Dissertação aprovada em: 20 de abril de 2016.

Profa. Dra. Malena Rehbein Rodrigues Sathler
Presidente (Cefor/Câmara dos Deputados)

Prof. Dr. Antônio Teixeira de Barros
Membro (Cefor/Câmara dos Deputados)

Profa. Dra. Giovana Dal Bianco Perlin
Membro (Câmara dos Deputados)

Profa. Dra. Tania Mara Campos de Almeida
Membro (Universidade de Brasília - UnB)

Agradecimentos

À Câmara dos Deputados pela oportunidade ímpar que oferece ao quadro de servidores para aprofundar seus conhecimentos por meio da disponibilização de cursos de formação.

Aos docentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, em especial às docentes, por todo conteúdo que agregaram ampliando a minha visão de mundo.

À minha orientadora, Prof^ª. Dra. Malena Rehbein Sathler, por aceitar o difícil desafio de me orientar nesta jornada, por estimular meu aprendizado e acreditar em mim, indicando os passos a serem seguidos, sem sua orientação precisa não teria sido possível esta dissertação.

Ao Prof. Dr. Antônio Barros e a Prof^ª. Dra. Giovana Perlin, que por ocasião da qualificação apresentaram observações e sugestões valiosas.

À minha família, com todo amor e carinho, pelos primeiros ensinamentos e pela presença constante e reconfortante em minha vida, em especial à minha mãe, por ser um exemplo de mulher a ser seguido.

À Júlia, sobrinha querida, que chegou para iluminar as nossas vidas, com infinito amor e ternura.

À Valentina e ao Benjamin, pelas horas de descontração e alegria, pelo tempo de voltar a ser criança.

Às minhas amigas por compreenderem que estive ausente em certos momentos, imersa nas leituras exigidas, em especial, à Rose, minha melhor amiga desta vida, pela amizade inigualável, por sempre me estimular a agregar novas experiências na busca de ser, a cada dia, uma pessoa melhor.

Aos colegas de turma, pelas experiências partilhadas, pela amizade, bons momentos de aprendizado e convivência.

Ao CEDI pela presteza no atendimento das informações solicitadas.

A todas aquelas pessoas que, direta ou indiretamente, apoiaram ou contribuíram para que fosse possível a conclusão de mais esta etapa em minha vida.

Resumo

A pesquisa se insere no campo dos estudos de gênero e representação política e tem por objetivo analisar como ocorreu a ocupação de cargos na presidência e vice-presidência das comissões permanentes, pelas deputadas federais, e estudar as características do perfil dessas parlamentares no período da 52^a à 54^a legislaturas. Verificou-se por meio de pesquisa quali-quantitativa como ocorreu a distribuição de cargos, enquadrando-se as comissões em categorias “*hard, middle e soft politics*”. Para analisar as características desse grupo de parlamentares utilizou-se o método prosopográfico. Concluiu-se que, elas estiveram na presidência das comissões como a CSPCCO, CLP, CREDN, CDC, CDHM, CE, CINDRA, CSSF, CTUR, CCULT e CDU, comissões de categorias *soft e middle politics*. Alguns dos resultados encontrados, com relação ao perfil prosopográfico, indicam que a maior parte delas era natural de cidades interioranas; possui escolaridade de nível superior; era casada; seguidora da religião católica; com faixa patrimonial baixa (menos de R\$ 200 mil); foi indicada para esses cargos por partidos de espectro político “de esquerda”; possuía uma trajetória política oriunda, principalmente, de capital decorrente da participação em movimentos sociais (42%), e, capital familiar (35%); 64% delas não possuía parentesco na política; tinha experiência nas áreas públicas dos Poderes do Executivo e Legislativo.

Palavras-Chave: Gênero. Deputadas federais. Representação política. Presidência e vice-presidência de comissões permanentes. Elite parlamentar.

Abstract

This research aims to analyze how presidency and vice-presidency positions were executed in permanent commissions by congresswomen, as well as to study their profiles amidst the 52nd and the 54th legislative terms. A quali-quantitative research was carried out to verify how job positions in the commissions were distributed according to “hard, middle and soft power”. In order to better analyze the features of that group of parliamentarians, the prosopographical method was adopted. The findings show that the congresswomen were in presidential positions of commissions such as in CSPCCO, CLP, CREDN, CDC, CDHM, CE, CINDRA, CSSF, CTUR, CCULT and CDU within *soft* and *middle power* categories. Regarding the prosopographical profile, some of the results show that the majority was originally from countryside towns, educated, Catholic, with a low home equity (under R\$ 200,000). Also, they were nominated to those positions by “left-wing” political parties and had developed political careers funded mainly from social movement fundings (42%), and family capital (35%). Sixty-four percent of them had no family ties in politics, yet they had worked in the public sector, in Executive and Legislative branches.

Keywords: gender studies, congresswomen, political representation, presidency and vice-presidency positions, permanent commissions, parliamentary elite.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divisão das comissões permanentes por categorias: <i>hard, midle e soft politics</i>	43
Quadro 2 - Perfil prosopográfico das deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislatura	52
Quadro 3 – Quantitativo de vezes que as deputadas foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes por legislatura.....	64
Quadro 4 - Deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª, 53ª e 54ª legislaturas	65
Quadro 5 - Comparativo por sexo e legislatura da ocupação da presidência e vice-presidência das comissões permanentes.....	67
Quadro 6 – Presidência e vice-presidência das deputadas federais por comissão permanente e tipologia.....	68
Quadro 7 - Comparativo de países, por sexo e presidência de comissões em 2008.....	72
Quadro 8 - Naturalidade das Deputadas Federais – 52ª, 53ª, 54ª legislaturas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes.....	74
Quadro 9 - Naturalidade X Região - Deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas.....	76
Quadro 10 – Naturalidade X Domicílio Eleitoral das deputadas federais presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas	77
Quadro 11 – Escolaridade das deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas	78
Quadro 12 - Escolaridade X Região das deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas.....	79
Quadro 13 - Religião - Deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislatura.....	80
Quadro 14 – Quantidade De Filhos das deputadas presidente e vice-presidente de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas	81
Quadro 15 – Estado Civil das deputadas federais – 52ª, 53ª, 54ª legislaturas presidentes e vices de comissões permanentes.....	83
Quadro 16- Profissões das deputadas federais da 52ª a 54ª legislatura presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes.....	84
Quadro 17 - Faixa Etária das deputadas federais presidente e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas	85
Quadro 18 – Patrimônio Pessoal das deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 53ª e 54ª legislatura.....	88

Quadro 19 – Total de receitas arrecadadas de pessoas físicas (PF) nas eleições de 2002, 2006 e 2010, pelas deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes	89
Quadro 20 - Total de receitas arrecadadas de pessoas jurídicas (PJ) nas eleições de 2002, 2006 e 2010, pelas deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes	90
Quadro 21 - Doações pessoais que as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes fizeram para as próprias campanhas.....	92
Quadro 22 – Dez empresas maiores doadoras das eleições de 2002 para as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes	93
Quadro 23 - Dez empresas maiores doadoras das eleições de 2006 para as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes.....	94
Quadro 24 – Dez empresas maiores doadoras das eleições de 2010 para as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes	95
Quadro 25 – Espectro partidário das deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislatura.....	98
Quadro 26 – Parentesco na política – deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislatura	99
Quadro 27 – Tipo de capital preponderante das deputadas federais da 52ª à 54ª legislature presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes	101
Quadro 28 – Experiência na área pública das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislatura	102
Quadro 29 – Quantidade de vezes que as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes foram eleitas no período da 52ª à 54ª legislatura.....	102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CCULT	Comissão de Cultura
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CE	Comissão de Educação
CEFOR	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
CESPO	Comissão do Esporte
CF/88	Constituição Federal de 1988
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CINDRA	Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME	Comissão de Minas e Energia
CNE	Cargo de Natureza Especial
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTUR	Comissão de Turismo

CVT	Comissão de Viação e Transportes
DEM	Democratas
DHBB	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
FC	Função Comissionada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPU	Inter Parliamentary Union
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República

PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
SP	Secretário Parlamentar
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 AS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	20
1.1 O conceito de gênero	21
1.2 O conceito de elite parlamentar	24
1.3 Representação especial para grupos	27
1.4 As mulheres na política brasileira: a redistribuição e o reconhecimento no fortalecimento da representação política feminina	30
1.5 O “teto de vidro”	34
1.6 Estudos sobre mulheres na Câmara dos Deputados.....	36
1.7 Conclusões do capítulo	38
2 METODOLOGIA.....	40
2.1 Deputadas Federais Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes.....	40
2.2 Construção do perfil prosopográfico	45
3 AS DEPUTADAS FEDERAIS NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES.....	55
3.1 Um olhar sobre as comissões permanentes da Câmara dos Deputados.....	56
3.2 Análise dos dados: a ocupação da presidência e vice-presidência das comissões permanentes	64
3.3 Conclusões do capítulo	72
4 ANÁLISE DO PERFIL PROSOPOGRÁFICO DAS DEPUTADAS FEDERAIS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DAS COMISSÕES PERMANENTES	74
4.1 Perfil social e biográfico	74
4.2 Comportamento eleitoral	86
4.3 Trajetória Política	97
4.4 Conclusões do Capítulo	103

CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS	111
APÊNDICE A – Deputados e Deputadas Federais Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões Permanentes da 52ª a 54ª Legislatura	125

INTRODUÇÃO

O tema gênero tem sido discutido pela sociedade, suscitando debates e levantando opiniões diferentes, tanto de seus defensores quanto de seus opositores. Esteve em evidência, por exemplo, recentemente, com a eleição, em 2010, da primeira mulher presidente do Brasil. Também esteve em discussão, em 2011, quando a primeira deputada ingressou no rol dos integrantes da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; apareceu no debate sobre a reforma política e sobre a PEC 590/2006¹, e, frequentemente, é citado nas comemorações do dia internacional da mulher. “Gênero” pode ser utilizado como categoria de análise das relações sociais e pode auxiliar na compreensão de como ocorrem desigualdades na ocupação de espaços por homens e mulheres.

A questão das desigualdades de gênero não é algo exclusivo do Brasil. Ao contrário, é tema que perpassa outras nações. A Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolve ações e campanhas internacionais para tentar minimizar essas desigualdades. Uma delas é a Pequim + 20², outra é a *Her for She*³, que objetivam contribuir para a construção da igualdade de gênero, eliminação das discriminações e empoderamento das mulheres. Também com o objetivo de reduzir a pobreza e as disparidades o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), firmado por 189 nações. O documento contém oito metas, em que a 3ª delas é a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia feminina.

Um estudo realizado em 15 países mostra que o Brasil é um dos países em que as diferenças de gênero são mais pronunciadas e que as mulheres ocupam mais tempo em tarefas domésticas e de cuidados do que os homens (FISHER; ROBINSON, 2010, p. 4).

Dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe apontam que a média de horas semanais de trabalho remunerado realizado pelas mulheres no Brasil corresponde a 24, enquanto que a de trabalho não remunerado equivale a 20. De outro lado, constata-se que os homens brasileiros trabalham em média 37 horas semanais remuneradas enquanto exercem apenas 6 de trabalho não remunerado (CEPAL). Esses dados demonstram que em média, as mulheres

¹ PEC 590/2006: Dá nova redação ao § 1º do art. 58 da Constituição Federal, para garantir a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas e Comissões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

² Para informações detalhadas sobre a Pequim + 20 acesse a página <<http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>>.

³ Para saber mais sobre a campanha Her for She, acesse a página <<http://nacoesunidas.org/campanha/heforshe/>> ou <<http://www.heforshe.org/pt>>.

brasileiras exercem uma carga horária de trabalho não remunerado que corresponde ao triplo da masculina, o que pode ser um indicativo da existência de desigualdade de gênero.

Por sua vez, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra as diferenças no rendimento de trabalho com relação a gênero. A pesquisa constatou que “em 2012, o rendimento médio mensal real de trabalho dos homens foi de R\$ 1.698,00 e das mulheres foi de R\$ 1.238,00. Em termos proporcionais, equivale a dizer que as mulheres recebiam 72,9% do rendimento de trabalho dos homens (...)” (IBGE, 2013, p. 67). O fato de as mulheres receberem menos do que os homens para exercerem as mesmas funções⁴ é um indício das desigualdades de gênero.

No campo da educação, conforme sinopse estatística da educação básica, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁵, no ano de 2014, a nível de Brasil, os profissionais na educação infantil e básica, no ensino fundamental e médio⁶ eram majoritariamente docentes do sexo feminino, situação que se inverte quando se trata da educação superior⁷, em que há maior número de docentes do sexo masculino. Assim, pode-se dizer que a maior parte dos profissionais responsáveis pela educação das crianças nos primeiros anos de escola até o ensino médio são as mulheres.

Com relação aos títulos, em nível de mestrado, a proporção de títulos para mulheres superou a de homens em 1998 e foi sendo ampliada nos anos subsequentes. Similar situação ocorreu com relação aos títulos de doutorado, em que, a partir de 2004, passou a ser maior o número de mulheres tituladas do que o de homens. Isso pode ser considerado um avanço na questão de gênero. No entanto, em 2009, as mestras obtiveram remuneração média mensal 28% menor do que eles (MESTRES, 2012, p. 214-215). Quanto ao doutorado, as doutoras em 2008, recebiam mensalmente, 11% a menos do que os homens com a mesma titulação, em média (DOUTORES, 2010, p. 201). Percebe-se que, nos últimos anos, embora as mulheres tenham superado o quantitativo de homens

⁴ Ressalva-se que no exercício de funções públicas a remuneração entre mulheres e homens é igualitária, porém, em alguns casos, recebem valores diferenciados por ocupar funções gratificadas e funções comissionadas, conforme será abordado adiante.

⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Maiores informações disponíveis em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

⁶ Em 2014, na educação infantil eram 483.082 docentes do sexo feminino e 15.703 docentes do sexo masculino; na educação básica, 1.753.870 docentes do sexo feminino, e, 436.873 docentes do sexo masculino; no ensino fundamental, 1.133.864 docentes do sexo feminino, e, 278.260 docentes do sexo masculino; no ensino médio, 321.177 docentes do sexo feminino e 203.138 do sexo masculino (INEP, 2014).

⁷ Com relação à educação superior, em 2013, havia 173.652 docentes do sexo feminino e 210.031 do sexo masculino (INEP, 2013).

nos cursos de mestrado e doutorado, ainda assim persistem diferenças remuneratórias que as colocam em patamar inferior àquela recebida por eles.

Não apenas no espaço educacional, relativo às diferenças remuneratória e laboral que o quadro ainda é preocupante, as desigualdades entre homens e mulheres também persistem em espaços públicos. No Poder Executivo, de acordo com dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres (RASEAM/SPM 2014), em maio de 2014, o quantitativo de ministras não chegava a 20% do primeiro escalão do Governo Federal e quanto aos cargos de direção e assessoramento superior (DAS)⁸, as mulheres estavam mais concentradas em cargos de menor remuneração (RASEAM/SPM 2014, p. 44-45).

E não é somente no Poder Executivo que existem assimetrias na ocupação de cargos. A Câmara dos Deputados⁹ possuía em seu quadro administrativo maior número de servidores efetivos¹⁰ homens do que mulheres, porém, todos esses profissionais foram aprovados em concurso público onde os critérios de admissão são igualitários¹¹. Contudo, as diferenças de gênero são perceptíveis na ocupação das funções comissionadas (FC). A FC com o maior valor remuneratório¹² é a FC-6. Nela, há 2 servidores do sexo masculino e nenhuma servidora. A seguir, na FC-5 há um equilíbrio de gênero, com 4 servidores de cada sexo. Na FC-4 volta a aparecer um quadro de disparidade¹³

Essas diferenças entre ocupações de cargos ocorrem, inclusive, em cargos de livre nomeação e exoneração, como os secretários parlamentares (SP) e os cargos de natureza especial (CNE)¹⁴.

⁸ Do total de DAS, 43% eram ocupados por mulheres enquanto que 57% eram ocupados por homens; dos DAS com vínculo 38,8% eram ocupados por mulheres enquanto que 61,2% eram por homens; dos DAS sem vínculo elas ocupavam maior percentual, com 54,4% enquanto que eles tinham 45,6% dos cargos. Porém, elas estavam concentradas em DAS que possuem menor remuneração, enquanto que eles estavam em DAS com nível de remuneração mais elevado (RASEAM/SPM 2014, p. 45).

⁹ Informação fornecida pela Câmara dos Deputados com base na Lei de Acesso à Informação - processo nº 149210-2015, de 16/12/2015.

¹⁰ Em 16/12/2015, a Câmara dos Deputados possuía 3.263 servidores efetivos, dos quais, no cargo de analista legislativo 798 eram mulheres e 1.045 homens, e, no cargo de técnico legislativo 631 eram mulheres e 789 homens.

¹¹ Deve-se ponderar que embora os critérios de admissão por concurso público sejam igualitários não significa que fatores externos relativos à preparação, disponibilidade de tempo livre e recursos para aquisição de materiais de estudo sejam iguais entre candidatas e candidatos. Por exemplo, pode ser que uma candidata que é mãe tenha menos tempo livre para se preparar para um concurso do que um candidato que é pai, até porque diversas responsabilidades pelo cuidado com os filhos, via de regra, ainda recaem sobre a mulher.

¹² O valor remuneratório das FC, CNE e SP encontra-se disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos/quadro-remuneratorio>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

¹³ Na FC-4 há 16 servidoras do sexo feminino enquanto o quantitativo de servidores do sexo masculino é mais que o dobro do feminino: 39 homens. Situação similar à encontrada na FC-4 se repete para as demais FCs.

¹⁴ Com relação aos secretários parlamentares (SP) – cargos de livre nomeação e exoneração dos deputados – no total geral, há 4.878 mulheres e 5.950 homens. Nas SPs de maiores valores, que são, respectivamente, a SP-25, a SP-24 e SP-23, há maior concentração de homens do que mulheres, ou seja, elas ocupam as maiores SPs, porém, em menor

Pode-se dizer que a maior remuneração desses postos é obtida majoritariamente os homens, embora também haja mulheres em altas posições, contudo, em quantitativo menor do que o deles.

Até mesmo no exercício da função de docência para curso de mestrado do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP), há o total de 20 docentes, dos quais 3 são do sexo feminino e 17 do sexo masculino. Assim, pode-se dizer que há assimetria na ocupação de alguns cargos. Tais diferenciações também são observadas no campo político.

Em termos de representação política a Câmara dos Deputados possui uma evidenciada desigualdade de gênero. Na Câmara dos Deputados, no período de 1934 a 2011, ou seja, em 77 anos foram exercidos 356 mandatos por 176 mulheres, considerando que algumas foram reeleitas várias vezes (AZEVEDO et al., 2012, p. 29). Os dados permitem afirmar que a maior parte dos mandatos da Câmara dos Deputados brasileira, no período de 1934 a 2011, foi exercida por representantes do sexo masculino¹⁵, o que, de certa forma, é um indicativo de acesso desigual para homens e mulheres no espaço político.

Pinheiro (2007, p. 68) apresenta tabela contendo o quantitativo de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal no período de 1934 a 2006, no qual ocorreram 17 eleições para o Parlamento Federal. De acordo com a tabela, nas eleições de 1934 a 1982 (correspondente a onze eleições) o número de mulheres variou de zero a 8 eleitas, assim, nesse período, pode-se dizer que a média de deputadas eleitas, para a Câmara dos Deputados, ficou em 2,63 mulheres por eleição; nas eleições de 1986 até 2006 (equivale a 6 eleições) o número variou de 26 a 46, o que corresponde a uma média de 34 mulheres eleitas.

Com base nos dados supracitados percebe-se que houve um salto quantitativo no número de mulheres eleitas naquele período. No entanto, a literatura indica que ainda persiste uma sub-

quantitativo do que os homens. Na SP-22, cujo valor remuneratório é menor do que nas SPs 25, 24 e 23, a situação se inverte, há maior número de mulheres nomeadas do que homens. No que diz respeito aos cargos de natureza especial (CNEs), há 846 mulheres e 727 homens, totalizando 1.573 pessoas. Percebe-se que no total geral há mais mulheres do que homens ocupando CNEs. O maior nível remuneratório é o correspondente ao CNE 07. Neste, estão nomeadas 86 mulheres e 144 homens. O segundo maior nível remuneratório é o do CNE 09, em que há quase igualdade na ocupação, com 157 mulheres e 160 homens. No terceiro maior nível, no CNE 10 há uma disparidade, com predominância das mulheres, que possuem 53 cargos, enquanto que os homens possuem 27

¹⁵ Em um cálculo matemático simples, considerando que, via de regra, cada legislatura tem duração de 4 anos, então, 77 anos corresponderia a aproximadamente 19 legislaturas, cada uma, em tese, integrada por 513 deputados (em algumas legislaturas esse número foi variável, mas pode-se utilizá-lo como parâmetro), multiplicando-se o quantitativo de legislaturas pelo quantitativo de deputados se chegaria ao total geral de 9.747 mandatos. Destes, 356 foram exercidos por representantes do sexo feminino. Subtraindo-se os mandatos exercidos por mulheres do total geral, restariam aproximadamente 9.391 mandatos, possivelmente exercidos por representantes masculinos.

representação feminina na Câmara dos Deputados (AVELAR, 2001; MIGUEL; FEITOSA, 2009; SACCHET, 2009; PAIVA, 2011; MATOS, 2011; PRÁ, 2011; MIGUEL; BIROLI, 2011; MOISÉS; SANCHEZ, 2014).

A sub-representação política feminina é um fenômeno que se materializa em diversos países. O ranking do IPU mostra as diferenças entre os países, em que alguns, como a Ruanda e a Bolívia, possuem expressiva presença de mulheres, com percentuais, respectivamente, de 63% e 53,1% de mulheres nas Câmaras Baixas e 38,5% e 47,2%, respectivamente, nas Câmaras Altas, enquanto há países em que elas estão ausentes nos Parlamentos ou estão minimamente representadas (IPU, 2015). Considerando apenas a América Latina, o Brasil é o segundo país com menor índice de mulheres em cargos legislativos federais (MOISÉS; SANCHEZ, 2014, p. 101).

Para além da dificuldade de ingresso na instituição Câmara dos Deputados, pode-se dizer que há outra barreira de acesso às mulheres: a ocupação de postos estratégicos de poder dentro da Casa Legislativa. Um exemplo que pode ser considerado como reflexo de ocupação desigual de espaços de poder é o fato de que somente em 2011 uma mulher fez parte da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Para melhor compreensão da dimensão deste exemplo, é preciso lembrar que no ano de 1821 foram eleitos os primeiros deputados brasileiros.

Durante todo esse tempo, até 2011, nunca uma mulher compôs a Mesa Diretora. Ou seja, passaram-se 190 anos desde os primeiros deputados eleitos até que, em 2011, uma mulher conseguisse alcançar um lugar na Mesa Diretora. Há certa simbologia no fato de uma mulher estar presente neste cargo. Talvez isso possa ser indicativo de que as deputadas federais estão conseguindo romper alguns padrões de desigualdade na ocupação de cargos na Câmara dos Deputados.

Depois de eleitas, essas deputadas ocupam postos importantes nas estruturas da Câmara dos Deputados? Questiona-se: como foi a ocupação dos cargos para presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, pelas deputadas federais, na 52^a a 54^a legislaturas? Além disso, em quais comissões permanentes elas conseguiram ocupar a presidência e em quais ficaram restritas às vice-presidências? Em que tipo de comissões elas ocuparam a presidência e a vice-presidência? As deputadas federais estiveram ocupando mais cargos de vice-

presidente do que presidentes? Qual é o perfil prosopográfico¹⁶ dessas parlamentares que estiveram na presidência e vice-presidências das comissões permanentes durante as legislaturas em estudo?

A atuação feminina dentro das comissões permanentes é um campo a ser investigado. O presente estudo procura apresentar uma visão de como as deputadas federais da 52^a a 54^a legislaturas ocuparam espaços internos, cargos como a presidência e vice-presidências de comissões permanentes, e, colocar em evidência o tema dos papéis desempenhados pelas mulheres. Estudar as características desse grupo de mulheres que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes levou à construção de um perfil coletivo através do qual é possível apreender como a representação política aconteceu nas estruturas dessas comissões da Câmara dos Deputados. Este perfil coletivo poderá ser comparado com perfis de parlamentares de outras épocas fornecendo informações de como a representação feminina aconteceu.

Este trabalho poderá servir de subsídio às deputadas federais, à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, à Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República, à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, com informações sobre as deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara dos Deputados na 52^a a 54^a legislaturas (3 legislaturas).

Compreender a dinâmica de ingresso de mulheres em postos estratégicos no processo legislativo pode gerar novas formulações no sentido de ações de inclusão feminina nas instituições políticas, além de contribuir para a discussão sobre a representação feminina na Câmara dos Deputados e nas várias democracias que ainda convivem com as desigualdades de gênero.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como ocorre a ocupação de cargos de poder na presidência e vice-presidência das comissões permanentes pelas deputadas federais e estudar as características do perfil prosopográfico dessas parlamentares. Decorrente dele, os objetivos específicos são (a) verificar por meio de pesquisa quali-quantitativa como ocorre a distribuição de cargos de presidente e vice-presidente para as deputadas nas comissões permanentes, na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, analisando se elas estiveram mais restritas à vice-presidência do que a presidência; (b) examinar a distribuição das deputadas em cargos na presidência e vice-presidências de

¹⁶ O perfil prosopográfico, para fins deste trabalho, é considerado o perfil coletivo das deputadas federais que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes, construído a partir de informações individuais com base em informações sociais, eleitorais e políticas, que foram aglutinadas e possibilitaram chegar a um perfil do grupo. Na parte metodológica (Capítulo 2) encontra-se detalhamento a respeito.

comissões *hard*, *midle* ou *soft politics*¹⁷; (c) elaborar o perfil prosopográfico das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes nas comissões permanentes na 52ª, na 53ª e na 54ª legislaturas.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo traz a definição dos conceitos gênero e elite parlamentar, além de abordar a representação política especial de grupos, as teorias da redistribuição econômica, do reconhecimento identitário e do “teto de vidro”. O segundo contém a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados. O terceiro analisa como foi a ocupação das deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes. O quarto capítulo traz informações sobre o perfil prosopográfico do grupo parlamentar feminino que foi presidente e vice-presidente de comissões permanentes no período. Por último, são apresentadas as conclusões.

¹⁷ Conforme Miguel e Biroli (2011) e Miguel e Feitosa (2009), considera-se *hard politics* as áreas que atuam sobre os pontos mais importantes do processo político, voltados para o poder de Estado e para a gestão da economia. A área *midle politics* é aquela com assuntos mistos como relativos à previdência social, e, a *soft politics* é aquela que atua mais sobre a área social (Miguel; Biroli, 2011).

1 AS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este capítulo traz definições dos conceitos gênero e elite parlamentar, além de abordar a representação política especial para grupos. Conceitos que perpassam os pontos centrais desta dissertação, uma vez que será pesquisado como foi a ocupação dos cargos para presidente e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara dos Deputados pelas deputadas federais, na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, e o seu perfil biográfico coletivo. As conceituações contribuirão para partir de um mesmo ponto referencial de compreensão. Este capítulo enfoca a questão da redistribuição econômica, do reconhecimento identitário feminino na representação política e o fenômeno “teto de vidro”, além de indicar estudos na área de gênero e representação política.

1.1 O conceito de gênero

Gênero é um conceito que pode ser utilizado enquanto categoria de análise e possibilita apreender como são produzidas e geradas as desigualdades sociais, como se constroem as estruturas de hierarquias e como ocorrem as situações de dominação entre homens e mulheres (CASARES, 2012; SCOTT, 2008). Ou seja, por meio do conceito de gênero é possível compreender como as assimetrias entre homens e mulheres se estruturam na sociedade.

Gênero é diferente de sexo. Sexo são as características biológicas do ser humano, são os atributos físicos de uma pessoa e se referem à “anatomia e funcionamento fisiológico do corpo”, enquanto que “gênero passou a representar as forças sociais que moldam o comportamento” (FAUSTO-STERLING, 2002, p. 16). Assim, pode-se dizer que, enquanto aquele se refere aos caracteres biológicos das pessoas, este se refere à forma como se constroem e se definem os comportamentos considerados adequados para cada sexo.

Scott conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e também uma “forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Para esta autora, o fato de o conceito gênero ser relacionado às diferenças entre homens e mulheres e integrar as relações sociais faz com que outros elementos

sejam inerentes a ele, como os símbolos culturais, os conceitos normativos (que servem para interpretar os símbolos), também a questão do parentesco e a da identidade subjetiva. Ela explica que o conceito gênero deve abranger uma visão ampla que inclua sistemas como o econômico, o mercado de trabalho e o sistema político (SCOTT, 1989).

Como alude Scott, “o gênero é uma forma primária das relações simbólicas de poder” (SCOTT, 2008, p. 65). Pode-se dizer que deter o controle de recursos materiais e econômicos, obter o controle na indicação de cargos importantes como a presidência de comissões, ocupar espaços de destaque, são situações e ações que refletem o poder e se expressam também na política. É possível inferir que as relações de gênero são intrínsecas ao mundo político, onde o poder se materializa em atos, palavras, ações e símbolos¹⁸.

Bourdieu explica que a sociedade funciona como uma gigantesca máquina simbólica que tem como tendência ratificar a dominação masculina, estruturada na “divisão social do trabalho”, nas atribuições das atividades consideradas de homens e de mulheres que são incorporadas nas ações e percepções como *habitus*¹⁹, sendo reforçadas em locais como as instituições sociais, igrejas, escolas, família e no próprio Estado, exercidas através de uma violência simbólica (BOURDIEU, 2012, p. 18-46).

Pelo *habitus* os homens ocupariam locais públicos como assembleias e mercados, e as mulheres o espaço da casa, do lar (BOURDIEU, 2012, p. 18-19). Tanto o *habitus* quanto as lutas simbólicas acabam sendo incorporadas e naturalizadas entre homens e mulheres, e se externalizam nas estruturas públicas, dentre as quais o Parlamento.

No Parlamento, as lutas simbólicas podem se materializar de diversas maneiras, como por exemplo, no Plenário, quando são discutidas e colocadas em votação as proposições; nas comissões permanentes, quando duas ou mais comissões apreciam o mesmo projeto de lei, cada uma olhando

¹⁸ Simbolicamente, quando se pensa na Câmara dos Deputados, provavelmente, uma das primeiras imagens que vem à mente, para além da arquitetura do prédio, é associada à um plenário repleto de parlamentares homens, vestindo terno e gravata, discutindo entre si de forma veemente. Em parte, isso pode ser explicado porque, reiteradamente, a mídia divulga imagens quando efetua a cobertura de sessões onde prepondera a figura a masculina, afinal, eles são a maioria dos representantes na Câmara dos Deputados. As imagens divulgadas correspondem à realidade, mas ressalva-se que o campo jornalístico parece não ser um espaço neutro. Os veículos midiáticos possuem “vieses ideológicos” na divulgação de algumas notícias (RODRIGUES, 2010), inclusive, podem tratar de forma desigual os deputados e deputadas (MIGUEL; BIROLI, 2011; MOTA; BIROLI, 2010). A mídia pode contribuir para a criação de estereótipos de gênero (BIROLI, 2011 (a); BIROLI, 2011 (b); BIROLI, 2010). Ou seja, a mídia pode reforçar em matérias jornalísticas o espaço político como sendo um espaço masculino.

¹⁹ De acordo com Bourdieu “(...) incorporamos sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação” (BOURDIEU, 2012, p. 13).

o conteúdo sob a ótica do seu microcosmo, demarcando seu terreno e reafirmando seu poder. Entre homens e mulheres quando disputam as eleições federais, estaduais ou municipais, ou quando disputam a ocupação de estruturas internas dos órgãos, como por exemplo, as presidências e vice-presidências de comissões da Câmara dos Deputados.

Barros (2015) também menciona que a política é resultado de um sistema simbólico, fruto de relações sociais e históricas, baseado na dominação masculina, que exclui as mulheres²⁰. Um exemplo simbólico que pode reforçar estereótipos é próprio nome “Câmara dos Deputados”. O termo envolve a nomenclatura “deputado” para englobar a todos os parlamentares homens e mulheres, e a língua portuguesa como um todo é assim. De certa forma, a denominação “deputado” pode reforçar (in)conscientemente a política como sendo um espaço masculino. A nomenclatura atual não deixa de ter certa representação simbólica que invisibiliza as mulheres, ou dito de outra forma, reforça a palavra masculina²¹ “deputado”, como se fosse espaço naturalizado do sexo masculino.

Diferentemente, o termo “Senado Federal” parece não trazer a mesma conotação masculina de forma explícita, porque não se refere diretamente aos senadores do sexo masculino. No caso, a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados sugere que o termo “Câmara dos Deputados” fosse de Câmara Federal²², que teria uma conotação, aparentemente, mais neutra com relação à gênero.

A dominação masculina pode ser reforçada através de processos de socialização diferenciada. Na visão de Facio e Fries, “[...] o conceito de gênero alude, tanto ao conjunto de características e comportamento, como ao rol, funções e valorações impostas dicotomicamente a cada sexo através de processos de socialização, mantidos e reforçados pela ideologia e instituições patriarcais”²³ (FACIO; FRIES, 2005, p. 271). Os processos de socialização de homens e mulheres, via de regra, ocorrem de forma diferenciada desde o nascimento, onde normalmente as meninas

²⁰ “Homens e mulheres aprendemos as regras e a importância da política ao longo do tempo e esse aprendizado é contínuo e dinâmico, o que implica a assimilação inclusive de novos valores políticos produzidos pelas sociedades. A política, portanto, é um sistema simbólico que implica dominação e exclusão das mulheres, algo que não é inato à natureza humana, mas resultante de uma produção social e histórica e um eficiente sistema simbólico de reprodução cultural dos estereótipos e preconceitos que sustentam a dominação masculina.” (BARROS, 2015, p. 189-190).

²¹ Casares explica que, em muitas línguas, a utilização de substantivos masculinos (o homem) como forma de agrupar toda a diversidade humana “[...] produzem erros de expressão e entendimento que influem na percepção da realidade e na construção do conhecimento científico”²¹ (CASARES, 2012, p. 23).

²² Rocha (2015, p. 15) menciona, em nota de rodapé explicativa, que a Bancada Feminina defende a utilização do termo Câmara Federal, pois o nome Câmara dos Deputados teria caráter excludente.

²³ Tradução livre da autora para: “[...] el concepto de género alude, tanto al conjunto de características y comportamientos, como a los roles, funciones y valoraciones impuestas dicotómicamente a cada sexo a través de procesos de socialización, mantenidos y reforzados por la ideología e instituciones patriarcales” (FACIO; FRIES, 2005, p. 271).

vestem roupas de cor rosa e os meninos, azul; elas brincam com bonecas e eles com carrinhos e bolas, elas são associadas à fragilidade, e eles, à força. Esses comportamentos (papéis de gênero²⁴) são reforçados nos espaços tanto privados como públicos, como o político²⁵.

Pelo exposto, verificou-se que gênero pode ser utilizado enquanto categoria de análise das relações sociais e é um conceito que pode explicar as desigualdades entre mulheres e homens tanto no espaço privado quanto no público. O conceito também engloba o processo de socialização diferenciada entre os sexos, que ocorre na família e nas instituições sociais, e se reflete na ocupação masculina (em maior escala) do espaço público, ficando a feminina mais voltada ao espaço privado.

Para fins deste trabalho, gênero é compreendido como uma construção social que pode ser modificada pelas relações humanas de acordo com cada sociedade em qualquer período histórico. O termo engloba tanto mulheres quanto homens e encontra-se relacionado com o poder, o qual estrutura e constitui relações em diversos campos, como o político.

1.2 O conceito de elite parlamentar

As elites, sejam elas sociais, intelectuais ou políticas, são “um fenômeno social e histórico a ser explorado e enquanto tal, deve ser apreendido tanto pelas suas bases e atributos sociais quanto pelas suas práticas sociais, tomadas de posição em um dado contexto histórico” (MONTEIRO, 2009, p. 26). Por meio deste conceito pode-se depreender, assim como o gênero, que as elites também são mutáveis e permeáveis de acordo com cada período histórico. Isso quer dizer que uma elite hoje pode ter características diferentes daquelas que serão preponderantes nas elites em outro período, mas isso não significa que não possam ter características que sejam comuns ou que se repitam ao longo dos períodos.

²⁴ Os papéis de gênero são compreendidos como um “conjunto de condutas esperadas associadas à sexualidade e socialmente exigidas do indivíduo de acordo com o seu sexo (FAGUNDES, 2001), seu contexto histórico e cultural” (PERLIN, 2006).

²⁵ Barros (2015) refere que o processo de socialização diferenciada para as mulheres se reflete no campo político por meio da sub-representação feminina, que ocorre por diversos fatores, tais como os culturais, institucionais e estruturais. Para o autor, “[...] as mulheres, portanto, são vistas e se veem como inabilitadas politicamente devido ao processo de dominação simbólica, que é inerente às formas de dominação masculina que servem de base para a socialização política” (BARROS, 2015, p.189).

Débora Messenberg define a elite parlamentar brasileira como “um grupo seletivo de congressistas, cujos membros se destacam dos demais participantes do Congresso Nacional em função das posições que ocupam, dos interesses que representam e/ou da reputação alcançada” (MESSEMBERG, 2007, p. 311). Segundo a autora, esses parlamentares de elite apresentam certas condicionantes relativas à ocupação de lugares-chave junto ao Legislativo, representam interesses sociais ou institucionais e possuem certas características específicas, que são reconhecidas entre os membros como sendo típicas de uma liderança (MESSEMBERG, 2007, p. 311).

A autora utilizou quatro critérios para selecionar os parlamentares que fariam parte deste grupo de elite: aqueles que ocuparam cargos estratégicos, como a presidência e secretaria de mesas diretoras, lideranças partidárias ou de governo; aqueles que exerceram a função de relatoria ou autoria de proposições importantes que se converteram em lei; aqueles que foram presidentes de comissões permanentes, especiais ou de CPIs, e, por fim, aqueles que foram indicados em *survey* por outros congressistas como membros de elite (MESSEMBERG, 2007, p. 312). Ela considerou o requisito de presidência de comissões um dos critérios para ser enquadrado como elite, o que vai ao encontro do que se propõe para este trabalho: analisar onde estão as mulheres nas presidências e vice-presidências das comissões permanentes e quem são elas.

Dentre os 47 congressistas analisados por Messenberg (2002), conforme os critérios adotados pela autora, no período de 1989 a 1994, não figurou nenhuma representante do sexo feminino no rol elitista. A autora centrou seu trabalho em 47 representantes, tanto da Câmara quanto do Senado, todos do sexo masculino.

De acordo com Diáz, as elites parlamentares são importantes porque possuem poder e exercem influência. Para ele as crenças e valores elitistas são importantes e podem guiar suas ações:

Devido ao poder e influência que exercem, as elites têm uma importância indiscutível para a estabilidade da democracia nas duas dimensões de crenças e de comportamento (Diamond, 1999:66). As crenças, valores e opiniões das elites são relevantes, em primeiro lugar, porque têm mais influência sobre o curso dos processos políticos que o resto dos atores; mas, ademais, tal como assinalava Dahl (1971:128), é mais provável que as elites tenham sistemas elaborados de crenças políticas e sejam mais propensas a se guiar por estas em suas ações²⁶ (DIÁZ, 2009, p. 19).

²⁶ Tradução livre da autora para: “Debido al poder e influencia que ejercen, las elites tienen una importancia indiscutible para la estabilidad de la democracia en las dos dimensiones de creencias y de comportamiento (Diamond, 1999:66). Las creencias, valores y opiniones de las elites son relevantes, en primer lugar, porque tienen más influencia sobre el curso de los procesos políticos que el resto de los actores; pero, además, tal como señalaba Dahl (1971:128), es más probable que las elites tengan sistemas elaborados de creencias políticas y sean más proclives a guiarse por éstas en sus acciones”. (DIÁZ, 2009, p. 19).

Araújo também considerou os parlamentares da 52ª legislatura como integrantes de uma elite. Ela referiu que os parlamentares fazem parte de uma “elite social e política, seja em relação à sociedade brasileira como um todo, seja em relação a políticos que atuam em outros níveis da federação” (ARAÚJO, 2013, p. 6).

A elite política brasileira apresenta uma desigualdade de gênero, situação que ocorre em outros países, porém, em alguns, de maneira mais sutil do que no Brasil, porque aqui há para cada mulher no Congresso Nacional nove homens (MIGUEL, 2014, p. 16). Essa diferença numérica, por si só, indica uma assimetria de gênero na ocupação de espaços políticos.

Em estudos sobre elites parlamentares, alguns analisam o grupo elitista levando em conta, de forma preponderante, o aspecto patrimonial dos parlamentares (FELISBINO, 2008, 2010, 2012). A questão patrimonial pode trazer indicativos para a construção da biografia coletiva das parlamentares, uma vez que existe financiamento de campanha cuja fonte pode ser custeada com recursos próprios, com doações de pessoas físicas, jurídicas e de partidos.

Neste trabalho também será analisada a questão patrimonial, a fim de que se possa verificar qual é a forma predominante de financiamentos de campanha dessas deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara dos Deputados na 52ª a 54ª legislaturas.

Alguns autores argumentam que a forma de financiamento das campanhas de candidato eleito pode influenciar em seu trabalho parlamentar e sua atuação nas comissões permanentes e no Plenário. “[...] Um candidato que recebe mais de 30% dos seus recursos de um único doador terá dificuldade em recusar uma solicitação desse benfeitor que teve um papel decisivo em viabilizar o seu mandato” (SPECK; MARCIANO, 2015, p. 287).

Para fins deste estudo, considera-se como um tipo de elite parlamentar o grupo de deputadas que conseguiu ocupar a presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, porque, de alguma forma, elas se destacaram e foram indicadas para ocupar tais postos e porquanto este é um critério de análise das elites.

1.3 Representação política especial para grupos

Uma autora que também coloca o enfoque na importância da relação dos representantes com os representados é Iris Marion Young (2006). Ela defende uma representação política que seja voltada a atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo (YOUNG, 2006, p. 142). Para ela a representação política deve ser “[...] uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante” (YOUNG, 2006, p. 148). A autora (*apud* Derrida, 1973) explica o conceito de *différance* e o utiliza para explicar a representação. Segundo ela, “[...] conceber a representação sob a ideia de *différance* significa descrever um relacionamento entre os eleitores e o representante, bem como dos eleitores entre si, no qual a temporalidade do passado e o futuro antecipado deixam vestígios” (YOUNG, 2006, p. 149).

Young (2006, p. 151) segue os passos de Pitkin para teorizar sobre a representação, no sentido de considerar que a representação envolve tanto a autorização quanto prestação de contas, mas tece a ela uma crítica por não ter teorizado plenamente sobre os diferentes aspectos que perpassam pelas práticas representativas. Para Young:

Pensar a representação em termos de *différance* em vez de identidade significa levar em conta a sua temporalidade. A representação é um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros. A representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas: é um ciclo de antecipação e retomada entre os eleitores e o representante, no qual seus discursos e ações devem carregar vestígios de um momento a outro. (YOUNG, 2006, p 151).

Conforme Young, uma pessoa pode ser representada de três formas: “interesses, opiniões e perspectivas”, embora ela ressalve que possa ter outros modos pelos quais as pessoas sejam representadas. Essa autora define “interesses” como sendo algo que afeta ou é importante para a vida da pessoa ou para as metas e finalidades das organizações. Assim, considera como parte da democracia comunicativa a organização das pessoas com interesses parecidos para obtenção de influência política e a realização de pressão política a fim de que sejam atendidos os interesses das pessoas (YOUNG, 2006, p. 158-159).

Para ela, “opiniões” seriam “[...] princípios, valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados” (YOUNG, 2006, p. 159-160). Segundo Young, a forma mais comum para a representação das opiniões ocorre por meio dos partidos políticos, os quais elaboram seus programas partidários onde expressam suas opiniões, princípios e valores.

A autora argumenta que a diferenciação de grupos é uma forma de estabelecer a justiça e a isso ela denomina de “perspectiva” social. Ela refere que a “[...] perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições de que neles ocupam” (YOUNG, 2006, p. 164).

Para ilustrar, ela cita o exemplo de um senador americano acusado de assédio sexual por várias assessoras. Seus colegas emitiram um juízo de valor no sentido de que não havia necessidade de ser investigado o escândalo, considerando principalmente a influência desse senador e seus trabalhos prestados ao órgão. As senadoras e deputadas de diferentes partidos possuíam divergentes opiniões a respeito do ocorrido, porém, se uniram diante de uma mesma perspectiva: pressionar o Senado para que apurasse o caso, pois compreenderam que as acusações eram graves (YOUNG, 2006, p. 168). Com esse exemplo Young mostra que a perspectiva social de um grupo, no caso o das mulheres, mesmo com olhares divergentes a respeito dos fatos, com interesses e opiniões diferentes, foi unificada em torno de uma perspectiva comum: a apuração dos fatos.

A autora defende que para a igualdade política sejam tomadas medidas que façam a inclusão de grupos e minorias sociais, os quais não teriam suas perspectivas presentes nas discussões se forem excluídos. Para a inclusão desses grupos marginalizados, ela argumenta que tal meta pode ser alcançada de diversas formas, dependendo da situação política, da natureza da segmentação social, dos arranjos e permutas existentes. Ela explica que para esses grupos específicos, como opção temporária, poderia ser feita a reserva de um determinado número de cadeiras em um órgão eletivo. As cotas para as mulheres em convenções partidárias poderiam ser a alternativa (YOUNG, 2006, p. 181-184).

Os que se posicionam contrariamente à adoção de medidas diferenciadas para os grupos minoritários utilizam o argumento da igualdade de oportunidades para todos (MIGUEL, 2014, p. 92). Para os favoráveis ao argumento da igualdade de oportunidades não haveria necessidade de mecanismos diferenciados para grupos minoritários, porque, em tese, todos teriam as mesmas

chances. Porém, é preciso lembrar que ainda subsistem desigualdades materiais que colocam homens e mulheres em situação diferenciada e desigual.

Com relação à representação especial de grupos, apesar de ser tema controverso, não deixa de ser uma forma eficaz de incluir diferentes perspectivas na tomada de decisões políticas, tornando os espaços de decisão, de certa forma, mais representativos e mais responsivos porque incorporam grupos sociais diversos (SACCHET, 2012, p. 428).

Inclusive, a representação feminina e de minorias nos Parlamentos serve como indicador para mensurar a qualidade da democracia (LIJPHART, 2003, p. 314-317). Alguns autores defendem que “[...] a discriminação que exclui as mulheres da democracia representativa, independentemente de ser formal ou informal, rebaixa a qualidade da democracia, e, no caso do Brasil, compromete a inclusão requerida pelo princípio da igualdade política” (MOISÉS; SANCHEZ, 2013, p. 99). A representação feminina nos Parlamentos pode ser vista como importante contribuição para o fortalecimento da democracia. Grupos como o de mulheres poderão ter sua perspectiva presente nos debates se tiverem representantes femininas e feministas atuando no Legislativo, ou seja, a presença física de mulheres nesses espaços de poder conjugada com uma política de ideias.

A discussão sobre a importância de uma política de ideias ou uma política de presença é feita também por Phillips (2001). Ela considera inadequada uma representação que seja baseada apenas em uma política de ideias ou apenas em uma política de presença. Nas palavras da autora “(...) é na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra” (PHILLIPS, 2001, p. 289).

A autora defende que uma representação equilibrada incorporaria tanto a política de ideias, que pode ser feita por homens e mulheres, quanto a política de presença, que neste caso, seria garantida através da presença física de grupos que estão, em geral, excluídos dos debates, assim, seria necessária a presença física de representantes mulheres (PHILLIPS, 2001).

O fato de ser uma representante mulher não garante que se incorporará à bandeira feminista ou que assuma a discussão de temas voltados à família, à saúde, à educação, nem que se posicione pela igualdade na divisão de tarefas domésticas ou que defenda responsabilidade igualitária entre mulheres e homens nas atribuições da esfera privada. Porém, é importante que haja representantes mulheres preferencialmente com conhecimentos feministas, para que possam aprofundar as discussões de gênero.

Assim como uma política só de ideias não resolve a situação de exclusão política de grupos, uma política só de presença também não é garantia de que temas importantes sejam pautados. É interessante ter representantes masculinos e femininos que discutam uma política de ideias, como também parece ser necessário ter a presença física de representantes femininas para que haja uma representação social equilibrada. Com uma maior presença de mulheres nos espaços políticos é possível que melhore a “qualidade da democracia”, conforme alguns autores já sinalizaram (LIJPHART, 2003; MOISÉS; SANCHEZ, 2013).

Para fins deste trabalho, com relação à representação política, adota-se o ponto de vista de Young (2006), que defende a representação especial de grupos, apesar das críticas que este tipo de representação levanta. Considera-se que a representação especial de grupos, principalmente com relação ao grupo de mulheres, pode ser um meio de tornar a representação política mais equilibrada. E é com base nessa premissa que a análise da ocupação de cargos em comissões por mulheres na Câmara dos Deputados será efetuada.

1.4 As mulheres na política brasileira: a redistribuição e o reconhecimento no fortalecimento da representação política feminina

O processo de dominação simbólica, descrito por Bourdieu (2012), indica que as mulheres, historicamente, estiveram mais vinculadas ao espaço privado, enquanto que os homens ocuparam o espaço público. A ocupação diferenciada dos espaços público e privado contribuiu para que as mulheres ficassem mais afastadas do campo político, o qual, ao longo do tempo foi se naturalizando como área de predominância masculina.

Para além do aspecto da dominação simbólica, outros aspectos contribuem para limitar a entrada das mulheres na política. São fatores que influenciam a participação das mulheres na representação política: (a) as condições socioeconômicas desfavoráveis às mulheres como o desemprego e discriminações salariais pelas quais elas passam; (b) o acesso ainda pequeno às políticas públicas; (c) o pequeno apoio partidário tanto na escolha das candidatas quanto ao financiamento de suas campanhas; (d) o reduzido capital político e cultural decorrente da pouca experiência política; (e) a existência de discriminação com relação às candidatas mulheres bem

como a indiferença dos eleitores quanto à produção legislativa delas no Parlamento (VOGEL, 2012, p.16). A autopercepção de não se considerar suficientemente qualificada para concorrer a um cargo eletivo também é outro fator que contribui para o reduzido quantitativo de candidaturas femininas nas disputas eleitorais (FOX; LAWLESS, 2012, p. 152-153).

O sistema eleitoral, os partidos políticos e o financiamento de campanhas são apontados como elementos limitantes para a competição feminina no campo político. O sistema eleitoral proporcional de lista aberta favorece candidatos que tenham recursos financeiros e capital político; a forte disputa entre candidatos fragiliza os partidos políticos, pois prevalecem os que possuem maior disponibilidade de recursos próprios para bancar sua campanha; de outro lado, os partidos políticos distribuem de forma desigual os recursos do fundo partidários e os tempos na mídia, o que dificulta o êxito das candidaturas femininas (MOISÉS; SANCHEZ, 2014, p. 103).

Miguel e Biroli elencam o dinheiro, o tempo livre e uma rede de contatos como itens necessários para a disputa de cargos ou para a participação política em geral. Estes itens frequentemente faltam a grupos que estão em posição subalterna, como as mulheres (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 95; MIGUEL, 2014, p. 204 e p. 235).

Conforme referido anteriormente, o rendimento médio do trabalho feminino correspondeu em 2011 a 72,3% daquele recebido pelos homens (IBGE, 2012). No Brasil, a quantidade de horas de trabalho não remunerado é maior para as mulheres do que para os homens, pois elas trabalham o triplo de horas do que o sexo masculino (CEPAL).

Juntando-se os diversos elementos, pode-se inferir que as mulheres possuem menor disponibilidade econômica do que os homens, maiores jornadas de trabalho não remuneradas e menor disponibilidade de tempo livre para formar suas redes de contatos, fatores que dificultam o acesso ao campo político, o que, de certa forma, lhes deixa em situação de desigualdade quando comparadas aos homens. Exemplo disso é o fato apontado por um estudo, o qual indica que a probabilidade de uma mulher, que mora com o seu cônjuge ou parceiro, ser responsável pela maior parte da execução de tarefas domésticas é sete vezes maior do que os homens, e, isso também se repete com relação ao cuidado com a prole (FOX, LAWLESS, 2012, p.142). Assim, talvez seja necessário entre mulheres e homens uma melhor redistribuição de recursos econômicos, das jornadas de trabalho não remuneradas (trabalhos domésticos) e melhor divisão do tempo livre.

Para Fraser as lutas por reconhecimento afirmam o valor ou especificidade de um grupo, enquanto que as lutas de redistribuição normalmente buscam “abolir os arranjos econômicos

que embasam a especificidade do grupo (um exemplo seriam as demandas feministas para abolir a divisão do trabalho segundo o gênero)” (FRASER, 2006, p. 233). Para a autora, as lutas de redistribuição “tendem a promover a *desdiferenciação* do grupo” (FRASER, 2006, p. 233). O reconhecimento procura afirmar a especificidade do grupo enquanto que a redistribuição busca não diferenciar os grupos, o que é, aparentemente, uma contradição. Mas a autora resolve esse dilema com concepções alternativas que chama de “afirmação” e “transformação”. Na visão da autora, os “remédios afirmativos para a injustiça” serviriam para corrigir desigualdades sociais sem modificar ou abalar as estruturas sociais constituídas, enquanto que os “remédios transformativos” corrigiriam os efeitos da desigualdade por meio de uma alteração das estruturas (FRASER, 2006, p. 236-237).

Fraser (2007) enquadra o reconhecimento como uma questão de “*status*” que possibilitaria examinar padrões institucionais e verificar seus efeitos sobre os atores sociais. Desta forma, quando os atores são vistos como parceiros que atuam e participam da vida social em situação de igualdade haveria o reconhecimento recíproco e igualdade de status. De outro lado, quando os atores sociais são constituídos como inferiores, excluídos ou são invisibilizados, não haveria uma parceria, ocorreria uma situação de não reconhecimento e de subordinação de status. Desta forma, “[...] no modelo de status, então, o não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação” (FRASER, 2007, p.108), ou seja, quando as estruturas institucionais estão moldadas de forma que não há paridade de participação preponderaria o não reconhecimento de pessoas ou grupos.

A autora relata que para haver uma paridade de participação são necessárias duas condições: a distribuição dos recursos materiais e o reconhecimento. Com a distribuição dos recursos estaria assegurada a independência e voz das pessoas. A isso ela denomina de “condição objetiva” da paridade participativa (FRASER, 2007, p. 119). Com o reconhecimento as pessoas estariam em situação de igualdade e respeito, o que levaria ao alcance de estima social. A isso a autora denomina de “condição intersubjetiva” de paridade participativa (FRASER, 2007, p. 119).

Conforme Fraser, as pessoas que estão submetidas à injustiça culturais e/ou econômicas, necessitam tanto de reconhecimento quanto de redistribuição (FRASER, 2006, p. 233). Ela explica “[...] uma vez que as mulheres sofrem, no mínimo, de dois tipos de injustiça analiticamente distintos, elas necessariamente precisam, no mínimo, de dois tipos de remédios analiticamente distintos: redistribuição e reconhecimento” (FRASER, 2006, p. 235).

Com base nas teorias da redistribuição econômica e do reconhecimento identitário pode-se pensar a relação das mulheres com a política. No que tange à redistribuição, pode-se supor que as mulheres precisariam de melhor redistribuição econômica, uma vez que, via de regra, possuem menor acesso aos recursos econômicos na questão relativa ao trabalho remunerado, porque a maioria delas recebe menos do que os homens, ademais, e os recursos econômicos são necessários para as campanhas políticas.

Na campanha de 2006, em média, as mulheres arrecadaram R\$ 70.639,00 e os homens R\$ 128.374,00, ou seja, em média elas arrecadaram 45% a menos do que os homens; nas eleições de 2010, o percentual médio de arrecadação delas foi de R\$ 107.281,00 e o deles R\$ 234.776,00, significando que a arrecadação delas foi 54% menor do que a deles; ainda, elas obtiveram menor apoio financeiro partidário para suas campanhas em comparação com os candidatos do sexo masculino (SACCHET, 2011, p. 175).

Soma-se o fato de que as mulheres arrecadam menos do que os homens recebem menor aporte de recursos por parte dos partidos políticos, e, em geral, no aspecto trabalhista a remuneração feminina é menor do que a masculina, ainda, elas executam o triplo de horas de trabalho não remunerado, além de possuírem menor disponibilidade de tempo livre, tudo isso indica que é possível que encontrem maiores dificuldades para construir sua rede de contatos e de apoio. Todos esses fatores acabam refletindo, direta ou indiretamente, na questão econômica, e esta pode influenciar o resultado nas campanhas políticas. Inclusive, há estudos indicando que a questão financeira pode favorecer mais alguns atores do que outros:

“[...] Claramente, atores com mais recursos financeiros podem financiar campanhas eleitorais e podem influenciar o resultado de pleitos eleitorais, dando mais chances a alguns candidatos que outros (Ruechemeyer, 2004: 50). Esse é um problema clássico da desigualdade econômica gerando desvios na igualdade política e é algo que todas as democracias do mundo enfrentam” (RENNÓ et al., 2011, p. 45).

As desigualdades econômicas podem favorecer aqueles que têm mais dinheiro acrescentando-lhes maiores chances de vencer uma disputa. Isto leva a pressupor que os recursos econômicos são um componente que podem interferir nos resultados de uma disputa política.

Adiante serão apresentados os resultados da pesquisa, na parte da prosopografia, onde um dos subtítulos diz respeito ao comportamento eleitoral das deputadas presidentes e vices das comissões permanentes da 52^a a 54^a legislatura, em que será feita análise sobre os bens patrimoniais declarados pelas deputadas por ocasião de suas candidaturas, bem como a receita arrecadada (de

peças físicas e jurídicas) e o valor que elas doaram para sua própria campanha. A partir destes elementos pode-se refletir sobre a relevância ou não do acesso aos recursos econômicos pelas mulheres para ingresso na vida política.

No que diz respeito à questão do reconhecimento identitário, ele também parece ser elemento necessário no campo político. É provável que as mulheres necessitem de reconhecimento da população a fim de que consigam obter votos suficientes para que sejam eleitas ou reeleitas, e de que necessitem de reconhecimento dos parlamentares e, principalmente, das lideranças partidárias para que, depois de terem alcançado uma cadeira no Parlamento, possam ser indicadas para ocupar lugares de destaque nas estruturas internas, tais como na Mesa Diretora e nas presidências de comissões permanentes e assim fortalecer seu capital político.

Desta forma, pode-se dizer que tanto a redistribuição econômica quanto o reconhecimento identitário são elementos que podem contribuir para fortalecer a representação feminina nos espaços políticos.

1.5 O “teto de vidro”

O fenômeno do “teto de vidro” representa as barreiras que as mulheres enfrentam para chegar a altos cargos. O termo teto de vidro ou “glass ceiling” foi criado para “descrever as barreiras artificiais e invisíveis criadas por preconceitos comportamentais e organizacionais que bloqueiam as mulheres para acesso a altos cargos executivos” (WIRTH, 2001, p.1). Significa uma representação simbólica das barreiras que são sutis e transparentes, e, ao mesmo tempo fortes enfrentadas pelas mulheres executivas para ascender a altos cargos de comando nas organizações empresariais (SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014).

O fenômeno teto de vidro é explicado por, pelo menos, duas vertentes. Uma enfatiza a discriminação, a outra, as diferenças comportamentais. Ambas se dividem em dois modelos. A primeira, em discriminação por preferência e discriminação estatística. A discriminação por preferência é quando a preferência é pela contratação de homens em vez de mulheres, já a discriminação por estatística é aquela cuja crença é de que a produtividade feminina seria menor. Por sua vez, a diferença comportamental se divide em atividades marginais, em que a mulher teria outros vínculos fora da empresa, como o cuidado com os filhos, o que tornaria os vínculos com a

empresa instáveis, e, a outra hipótese é de que as mulheres seriam qualificadas e as atividades fora da empresa não compensariam. Nesse caso, o fenômeno teto de vidro não atingiria as que já chegaram ao topo, somente as que ainda não chegaram lá (SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014, p. 58-60).

O termo teto de vidro é utilizado na área da administração para demonstrar as dificuldades enfrentadas por mulheres para chegar ao topo das hierarquias. Segundo Steil (1997) esse fenômeno não decorreria da inabilidade ou incapacidade de ocupar posições de destaque, mas ocorreria em função exclusivamente de seu gênero.

A metáfora teto de vidro foi empregada por Madalozzo (2013) para analisar os cargos de CEO em empresas no Brasil, em que a autora percebeu que as mulheres tinham menor ascensão a esses cargos nos casos em que as empresas tivessem um Conselho de Administração, porque este, via de regra, era composto majoritariamente por homens. Rocha (2006) também analisou a questão de gênero e do teto de vidro na tecnociência dentro do segmento de produção de softwares de informação e comunicação. Ela constatou que nesse segmento específico, algumas mulheres, embora fossem a minoria, conseguiram quebrar o teto de vidro e ocupar cargos no topo da pirâmide empresarial.

Mas não é somente na área de administração que esse conceito pode ser aplicado. Vaz (2013) o utilizou para demonstrar que o teto de vidro também é encontrado no setor público brasileiro, em que decresce a presença feminina nos níveis mais altos dos cargos de DAS, situação que também ocorre em instituições de ensino e pesquisa. Segundo a autora, no setor público do Brasil são encontradas réplicas de segregações tradicionalmente encontradas na sociedade, que afastam as mulheres de cargos de poder. Elas ainda vivenciam conflitos para conciliar a vida pessoal com a profissional, pois ainda lhes cabe a responsabilidade de cuidados da prole, na tradicional divisão de papéis. Agregado a isso também está a introjeção de normas de comportamento secularizadas de priorizarem a vida privada em detrimento da pública, condicionando-se a não serem tão competitivas. As estruturas dos órgãos públicos contribuiriam para manter o quadro de exclusão feminina (VAZ, 2013).

O fenômeno teto de vidro pode ajudar a compreender a presença ou a ausência das deputadas na presidência de certas comissões permanentes, porque permite indicar a existência de barreiras invisíveis para elas chegarem a altos postos motivo pelo qual será utilizada neste trabalho para analisar a ocupação de espaços internos na Câmara dos Deputados.

1.6 Estudos sobre mulheres na Câmara dos Deputados

Diversos autores e autoras estudam a relação das mulheres com a política, sob diferentes enfoques, como por exemplo, a questão da sub-representação política feminina, a relação de gênero e a mídia, a política de cotas eleitorais. E trazem importantes reflexões sobre quais são as dificuldades que as mulheres encontram para chegar ao mundo político, que locais ocupam quando conseguem se inserir nesse meio, a forma como são tratadas pela mídia e como as cotas eleitorais podem ser consideradas mecanismos de ação positiva. Ressalva-se que dentre a literatura pesquisada não se encontrou uma que especificamente tratasse do tema sobre as deputadas federais na presidência de comissões permanentes, mas serviu de embasamento teórico para a dissertação uma vez que aborda o tema gênero e como as mulheres agem para se inserir e permanecer no mundo político.

Biroli (2010; 2011a; 2011b), Miguel e Biroli (2010; 2011), Mota e Biroli (2014) e Barros (2015) avaliam mais o aspecto relacionado a gênero e mídia. Biroli (2010; 2011a; 2011b) analisou noticiários políticos tendo por base telejornais e revistas com circulação semanal, e concluiu que são criados estereótipos de gênero que buscam vincular a mulher à maternidade e à vida privada. Constatou que homens e mulheres são tratados, na política, de forma diferente, aqueles, com questões mais voltadas à masculinidade, enquanto que elas, à feminilidade. Similar conclusão foi efetuada por Miguel e Biroli (2011).

Mota e Biroli (2014) concluem que as desigualdades de gênero são empecilho para uma política mais plural. Elas constataram que a mídia corrobora para reproduzir as desigualdades de gênero ao vincular as mulheres à esfera privada. Na eleição presidencial de 2010, com duas candidatas mulheres, a mídia reproduziu entendimentos tradicionais sobre o papel da mulher.

Barros (2015) também enfoca a questão midiática, mas voltada à área dos websites das deputadas e senadoras, mostrando que são ferramentas importantes que elas utilizam para dar visibilidade ao trabalho que desenvolvem. Ele também concluiu que a Bancada Feminina do Congresso Nacional atua em agendas predominantes como os direitos da mulher, saúde, combate à violência doméstica, dentre outros.

Avelar (2001), Miguel e Biroli (2010), Matos (2011), Prá (2014) e Sacchet (2009) analisam mais o aspecto da sub-representação feminina. Avelar (2001) apontou fatores para a baixa participação de mulheres na política e sugeriu algumas alternativas para reverter o quadro de sub-representação feminina. Miguel e Biroli (2010) avançam na análise da sub-representação utilizando o conceito de “campo” de Bourdieu (1989) para compreensão dos mecanismos de exclusão que estão presentes no campo político, uma vez que nem todos os atores políticos são iguais; aqueles que possuem maior capital político conseguem obter posições mais estratégicas nas estruturas.

Matos (2011) evidencia a sub-representação política feminina e propõe mudanças teórico-conceituais, para que possam ser incorporados os fatores de exclusão feminina de forma multidimensional e para que o conceito de democracia seja ampliado para além de padrões institucionalizados. A autora amplia a discussão alertando sobre a persistência de formas de subordinação de gênero que, equivocadamente, associam redistribuição, reconhecimento e representação às injustiças sociais, quando deveria ser o oposto.

Álvares (2011) e Prá (2011) avaliam a importância de ações afirmativas, como a adoção de cotas eleitorais. Neste ponto, Álvares (2011) indica que alguns sistemas eleitorais, como os sistemas proporcionais possibilitam a entrada de maior número de mulheres.

Sacchet (2011) averiguou a forma de recrutamento para o Poder Legislativo e o financiamento de campanhas políticas. Conforme a autora, homens e mulheres disputam eleições de formas desiguais. Ela concluiu que uma das barreiras encontradas é o financiamento eleitoral, onde a arrecadação de receitas é desigual entre homens e mulheres, eles arrecadam mais do que elas. Ainda, as mulheres possuem menos recursos próprios para investir e arrecadam menos da iniciativa privada e recebem menos apoio financeiro de fontes partidárias do que os homens.

Dentro da própria Câmara dos Deputados o tema gênero tem despertado interesse de pesquisadores, produzidos por discentes do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOR), como por exemplo, os de Oliveira (2015) e Martins (2007), que estudaram a questão das cotas eleitorais; Castro (2009) analisou a produção legislativa das deputadas; Sow (2009), examinou a representação política das parlamentares nas Assembleias Constituintes; Coimbra (2011), mapeou as normas federais com temáticas relativas às mulheres; Martins (2012) focou no aspecto das campanhas eleitorais femininas, e Rocha (2015) investigou a institucionalização do tema gênero na Câmara dos Deputados.

Este mapa de trabalhos é importante para situar também esta dissertação, que se encontra entre os estudos de representação política feminina, mais especificamente sub-representação e igualdade de gênero, agregando conhecimento aos trabalhos já feitos também internamente na Câmara.

1.7 Conclusões do capítulo

Este capítulo trouxe definições conceituais de gênero e elite parlamentar e apresentou o tipo de representação política que será utilizada. Em síntese, gênero é uma categoria que pode ser utilizada para analisar as relações sociais. O conceito gênero apresenta as diferenças entre homens e mulheres como construções sociais flexíveis, que variam no tempo e no espaço de acordo com cada sociedade, e como tal, podem ser modificadas. Também se abordou a questão da socialização diferenciada entre mulheres e homens, e como isto influencia nas ocupações dos espaços públicos e privados, em que, via de regra, os homens estão mais presentes nos espaços públicos enquanto que as mulheres se restringem mais aos espaços privados. O conceito de gênero está vinculado ao de poder, o qual estrutura e constitui relações em diversos campos, como o político. Por exemplo, obter o controle na indicação de cargos importantes como a presidência de comissões e ocupar espaços de destaque são situações e ações que refletem o poder e se expressam na política.

O espaço da representação política é um local que foi ao longo do tempo naturalizado como de ocupação masculina, motivo pelo qual ainda hoje persiste uma sub-representação feminina nesse campo. Pode-se dizer que a Câmara dos Deputados é um espaço simbólico que incorporou, ao longo dos anos, a dominação masculina como forma predominante de atuação, constituindo-se, por muito tempo, uma elite parlamentar predominantemente masculina.

Elite parlamentar é um termo que designa aquelas pessoas que de alguma maneira se destacaram na política. Neste estudo está sendo considerado como grupo de elite aquelas deputadas federais que estiveram na presidência e vice-presidência das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, na 53ª à 54 legislaturas.

A representação política foi entendida como uma relação de interação entre os representantes e os seus eleitores. Desta forma, para que haja uma representação mais igualitária considera-se importante que estejam presentes também as minorias, como as mulheres, a fim elas

tenham suas perspectivas incluídas nas discussões. Para isso, talvez elas tenham que superar obstáculos invisíveis, tetos de vidro, que dificultam ou as impedem de chegar à política, e quando chegam, de alcançar altos cargos nas estruturas internas. Depois de eleitas, para que estejam presentes em estruturas internas pode ser relevante que obtenham reconhecimento identitário por parte de lideranças partidárias, a fim de que sejam indicadas, por exemplo, para cargos importantes como a presidência de comissões.

Diante destas considerações acerca de gênero, elite parlamentar e representação política na Câmara dos Deputados é necessário apresentar a metodologia que norteará esta pesquisa, procedimento que será tratado no próximo capítulo.

2 METODOLOGIA

A escolha dos procedimentos metodológicos é um dos pontos principais na elaboração de um projeto de pesquisa e no resultado do trabalho final (BARROS; JUNQUEIRA, 2014, p. 44). Assim, esta pesquisa será efetuada no nível descritivo. Descritivo porque tem como objetivo a descrição das características de um grupo específico ou fenômeno estabelecendo relações entre variáveis (GIL, 2008), no caso, serão estudadas as deputadas federais que estiveram inseridas em cargos de presidente e vice-presidente das comissões permanentes e serão descritas as variáveis utilizadas.

Com relação aos aspectos metodológicos o universo da pesquisa será restrito à Câmara dos Deputados, envolvendo o período da 52^a, 53^a e 54^a legislaturas.

Esta pesquisa será quali-quantitativa, porque terá elementos de ambas naturezas. Afinal, “[...] enquanto participante do processo de construção de conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequam à sua questão de pesquisa” (GÜNTHER, 2006, p. 207). A partir do exposto anteriormente, este capítulo irá descrever os procedimentos metodológicos que serão utilizados para análise das deputadas federais na presidência e vice-presidência das comissões permanentes e para a construção do perfil prosopográfico.

2.1 Deputadas federais presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes

Com relação à coleta de dados propriamente dita, para saber quem e quantas foram as deputadas presidentes e vice-presidentes em comissões permanentes foi enviado e-mail para a Câmara dos Deputados solicitando a informação específica sobre o período da 52^a a 54^a legislaturas²⁷. A Casa Legislativa enviou arquivos com dados relativos com período maior do que o solicitado (50^a a 55^a legislatura), porém, sem especificar o sexo dos parlamentares. Foi necessário trabalhar com esses dados brutos para criar uma planilha base denominada APÊNDICE A (em

²⁷ A 52^a legislatura engloba o período de fevereiro de 2003 a janeiro de 2007; a 53^a de fevereiro de 2007 a janeiro de 2011, e, a 54^a de fevereiro 2011 a janeiro de 2015.

anexo) contendo a informação separada por comissão permanente com os respectivos integrantes, por ano e sexo.

Um cuidado que se tomou na elaboração do APÊNDICE A no que diz respeito à ambiguidade de alguns nomes de presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes – a exemplo de Zulaiê e Elcione (nomes de mulheres), Eliene, Lira, Arolde, Sigmaringa, Íris, Tuga, Zaire, Neiva Moreira, Aracely (nomes masculinos, mas que podem ser confundidos com nomes femininos) – foi a consulta ao registro fotográfico do portal institucional, no qual há apresentação do perfil de cada deputado em cada legislatura para confirmação do sexo do parlamentar.

O APÊNDICE A possibilita que se verifique em quais cargos as deputadas estão mais presentes, se na presidência das comissões ou vice-presidências. Também permite verificar em quais comissões elas têm mais facilidade para serem eleitas presidente ou vice-presidentes. Para tanto, as comissões foram aglutinadas em *hard*, *soft* e *midle politics*, que são categorias descritas por Miguel e Biroli (2011) e Miguel e Feitosa (2009). Para analisar as diferentes formas de atuação entre mulheres e homens, Miguel e Biroli (2011) tomaram por base a 51^a e 52^a legislatura (1999 a 2006) e dividiram as comissões permanentes nas categorias acima descritas.

A área da *hard politics* concentra os pontos mais relevantes do processo político, como o exercício do poder de Estado e a gestão da economia. De outro lado, na *soft politics* estão assuntos voltados mais à temática social. Por fim, na *midle politics* encontram-se temas mistos, como a previdência social, que inclui tanto questões relativas aos pensionistas bem como o equilíbrio das contas públicas (MIGUEL, BIROLI, 2011, p. 111-112). Porém, os autores não especificam em quais categorias estaria cada comissão permanente.

Essas categorias “*hard*, *midle* e *soft politics*” também foram utilizadas para análise dos discursos parlamentares (MIGUEL; FEITOSA, 2009, p. 207-208; MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 114-118). Miguel e Feitosa (2009) as relacionaram aos seguintes temas:

Tabela 1- Relação de Categorias dos Discursos Parlamentares

<i>Hard politics</i>	<i>Middle politics</i>	<i>Soft politics</i>
Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países	Emprego, trabalho e formação profissional	Saúde pública e saneamento
Defesa (segurança nacional)	Ciência e tecnologia	Habitação
Reforma política e legislação	Funcionalismo público	Direitos humanos
Administração pública e reforma do Estado	Comunicação social	Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome)
Política brasileira	Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados	Meio ambiente
Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem economia	Previdência social	Educação
Política econômica e tributária	Questões Irrelevantes e Outros	Cultura e esporte
Política industrial	Questões religiosas	Direito do consumidor
Política agrícola	Homenagens e comemorações em geral	Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência
Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito)	Outros	
Reforma agrária (e outras questões fundiárias)		
Questões internas do Congresso		
Outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações etc.)		
Economia em geral		

Fonte: MIGUEL e FEITOSA, 2009, p. 208.

Utilizou-se essa tipologia de análise dos discursos elaborada por Miguel e Feitosa (2009) para separar as comissões permanentes da Câmara dos Deputados. As 22 comissões permanentes da Câmara dos Deputados²⁸ foram enquadradas dentro das categorias *hard*, *midle* e *soft politics*, conforme quadro abaixo, com adaptações para este trabalho:

²⁸ A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi criada pela Resolução 01 em 26/02/2015, portanto, não será analisada uma vez que não integra a 52^a, 53^a e 54^a legislaturas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2015/resolucaodacamaradosdeputados-1-25-fevereiro-2015-780184-norma-pl.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

Quadro 1 - Divisão das comissões permanentes por categorias: *hard, midle e soft politics*

Comissões <i>Hard Politics</i>	Comissões <i>Midle Politics</i>	Comissões <i>Soft Politics</i>
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); Comissão de Finanças e Tributação (CFT); Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CCFC); Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Comissão de Minas e Energia (CME); Comissão de Segurança	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) ²⁹ ; Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).	Comissão de Educação (CE); Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Comissão de Cultura (CCULT); Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU); Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA); Comissão do Esporte (CESPO); Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Comissão de Turismo (CTUR) ³⁰ ; Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), Comissão de Legislação Participativa (CLP) ³¹ .

²⁹ Aspectos voltados às relações exteriores e de defesa nacional podem ser enquadrados como *hard politics*, porém, para este trabalho, a CREDN foi incluída como *midle politics* considerando sua atuação política dentro da Câmara dos Deputados. Em 2014, por exemplo, o relatório de atividades da CREDN aponta a aprovação de 13 proposições e rejeição de 04, e realizou diversos seminários, reuniões e atividades. Com base em sua atuação política, no número de membros que a compõe, no orçamento dispendido pela comissão em suas atividades, enquadrou-se como *midle politics*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/documentos/relatorios-de-atividades-2>>. Acesso em: 01 mar. 2016. Disponível também em: <<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/trabalhos-da-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

³⁰ Surgiu dúvida no enquadramento da CTUR. Esta Comissão permanente poderia ser enquadrada como *hard politics*, considerando que parte dos temas relacionados a turismo dizem respeito às infraestruturas turísticas, considerando também o montante orçamentário destinado ao Ministério do Turismo nas Leis Orçamentárias. A Comissão de Turismo era vinculada à antiga Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Turismo. Os temas de economia, indústria e comércio estão vinculados a *hard politics*, e como turismo fazia parte dessa comissão poderia ser enquadrado como *hard*. Em 2003, a Câmara criou a Comissão de Turismo e Desporto, este vinculado a antiga Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Questões de educação, cultura e desporto que se enquadram como categoria *soft*, assim turismo era vinculado a esses temas, então poderia ser considerado como *soft*. Turismo pode ser considerado como uma questão cultural, assim optou-se por enquadrar essa comissão em *soft politics*. Para mais informações vide histórico e atribuições da CTur, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctur/conheca-a-comissao/historico-e-atribuicoes>>.

³¹ A CLP foi criada em 2001, e, conforme disposto no art. 32, inciso XII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ela tem as seguintes áreas temáticas de atuação: “a) sugestões de iniciativa legislativa apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto Partidos Políticos; b) pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea a deste inciso”. Pode-se enquadrar a CLP nas categorias *soft* ou *midle*. Se a CLP for analisada enquanto instrumento de participação popular em que qualquer associação, órgão sindicato ou entidade organizada da

Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); Comissão de Viação e Transportes (CVT).		
--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base na análise dos discursos descrita por Miguel e Feitosa (2009).

Essa divisão permitirá verificar se (a) as deputadas estão na presidência de comissões que impactam mais a agenda política ou em outras que são menos disputadas, e (b) em quais comissões elas estão mais concentradas ocupando as vice-presidências.

A título ilustrativo, a situação do Brasil, relativamente à ocupação da presidência das comissões permanentes, será comparada com três países da América do Sul – Argentina, Chile e Uruguai. Para tanto, serão utilizados como base estudos de Martinez e Garrido (2013). O autor e a autora analisam apenas o exercício de 2008 e trazem dados relativos à presidência, portanto, quando for efetuada a comparação do Brasil com esses três países será restrita àquele exercício e não conterà informações relativas a cargos de vice-presidências. Eles dividem as comissões em três grupos, que são reprodução, preservação do sistema e produção, similares às categorias *hard*, *midle* e *soft politics*.

As comissões de reprodução abordam temas vinculados à política social, familiar, sanitária, educativa, habitação, meio ambiente, cultura, entre outras. As de preservação do sistema incluem temáticas como a de reforma política e administrativa, política exterior e defesa, apoio a grupos de interesses e minorias. Aquelas de produção abordam a política econômica, fiscal, laboral, industrial, comercial, energética, agrícola, de obras públicas, transporte, defesa, entre outras (MARTINEZ;

sociedade civil brasileira pode apresentar sugestões de projetos de iniciativa legislativa, pode-se dizer que é uma comissão de considerável poder, assim, por sua amplitude, pode ser vista como de categoria *midle*. De outro lado, o fato desta comissão analisar sugestões recebidas de qualquer área temática, a princípio poderia ser visto como um desafio, uma vez estaria atuando em temas concorrentes com outras comissões (REIS, 2012, p.46). No período de 2001 até quase o final de 2010 a CLP teria recebido 815 sugestões, sendo 331 aprovadas e 332 rejeitadas, além de outras que foram devolvidas ou consideradas prejudicadas, das sugestões recebidas somente 1 teria se transformado em Lei, o que se constituiria em um ponto negativo (REIS, 2012, p. 50). Há argumentos de que a CLP não seria tão atrativa quanto às demais comissões, uma vez ela possui uma função técnica, que é analisar as sugestões recebidas, e que seria sempre uma das últimas comissões a ser escolhida pelos partidos, o que significaria desprestígio (QUEIROZ, 2011, p. 24-25). Ele também argumenta que alguns parlamentares desconheciam essa comissão. Ao final, conclui que a CLP não pode ser medida somente pela sua produção legiferante, mas que é um importante canal de participação popular (QUEIROZ, 2011, p. 44-47). Considerando os diversos argumentos postos e considerando, principalmente, o aspecto político, para fins deste trabalho, a CLP será enquadrada na categoria *soft*.

GARRIDO, 2013, p. 162-164). As comissões de produção corresponderão àquelas definidas por *hard politics*, as de reprodução às *soft politics* e as de preservação do sistema seriam as *midle politics*. Elas entrariam na mesma divisão demonstrada no quadro 1. Assim, será possível efetuar a análise comparativa entre o Brasil e aqueles países, conforme será abordado no capítulo subsequente.

A seguir, ainda relacionado à parte metodológica, será descrito o procedimento para elaboração do perfil prosopográfico dessas deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes na 52^a a 54^a legislaturas.

2.2 Construção do perfil prosopográfico

Antes de explicar como será efetuada a pesquisa para a construção do perfil prosopográfico, será definido o conceito de prosopografia. A prosopografia é, conforme Stone, “a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (STONE, 2011, p.115). Para o autor “objeto mais popular para a prosopografia foram e ainda são as elites políticas” (STONE, 2011, p.123).

Flávio Heinz (2006) apresenta o termo prosopografia como sinônimo de biografias coletivas. Segundo ele:

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. (HEINZ, 2006, p. 9)

No mesmo sentido, Christophe Charle (2006) também apresenta a prosopografia como biografia coletiva. Ele refere que o princípio prosopográfico é simples, pois procura analisar uma população por meio de critérios baseados em questionário biográfico, o qual contém variáveis que permitem descrever, por exemplo, dinâmicas sociais, públicas ou políticas (CHARLE, 2006, p. 41).

Jaqueline Lalouette (2006) faz um resgate histórico do termo prosopografia. Para a autora o sentido do termo prosopografia usado no século XVI é diferente do período contemporâneo. Naquele, tinha objetivos literários e moral; neste, tem objetivo de natureza científica. A autora cita exemplos de populações e grupos variados que foram estudados pela prosopografia, como os cônegos, prelados, duques, elites municipais e, até mesmo, criminosos.

Monteiro refere que a prosopografia é um instrumento útil para estudo tanto das elites sociais quanto das elites políticas, pois “pela prosopografia, podem-se demonstrar tanto a reprodução social consequente das lógicas empregadas na manutenção da estrutura social quanto as lutas para a transformação da estrutura de poder em cada esfera social”. (MONTEIRO, 2009, p. 30). Acredita-se que a prosopografia seja um método adequado para estudar as elites, motivo pelo qual se concorda com a posição da autora.

Embora não faça referência direta à prosopografia, Araújo (2013) estudou o perfil dos congressistas da 52ª legislatura, tanto dos eleitos quanto dos não eleitos. Em seu estudo ele constatou, dentre outras informações, que entre os candidatos e os eleitos para a 52ª legislatura, tanto na Câmara quanto no Senado, mais de 90% eram homens. Segundo o autor, o Senado esteve mais acessível para as mulheres naquela eleição, porque o percentual das eleitas ficou em 14,8 enquanto que na Câmara o percentual foi de 8,4%.

Também sem fazer referência à prosopografia, há diversos estudos tais como: o perfil dos candidatos e deputados nas eleições de 2006, de Braga, Veiga e Miríade (2009); os perfis dos candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006, de Perissinotto e Miríade (2009); o perfil de oito deputadas com recorte nas ocupações políticas - administrativas e eletivas – e nos meios culturais, tais como as universidades, institutos, meios midiáticos, de Reis (2014); os dados biográficos de deputados federais brasileiros em oito legislaturas, durante os dois ciclos democráticos - 1946/62 e 1986/94 de Marengo dos Santos (1997); estudo dos parlamentares do período de 1946 a 2006, quanto às carreiras e reeleições, despesas por deputado e taxas de renovação parlamentar, de Pegurier (2009). Inclusive, há estudos sobre as famílias políticas, as desigualdades e a estratificação social no Brasil contemporâneo, apontando que as oligarquias familiares influenciam nas agendas políticas e nas políticas públicas de autoria de Oliveira (2015).

No que tange a um recorte sobre a representação feminina em seus estudos, Braga, Veiga e Miríade verificaram que as mulheres representaram para a eleição de 2006, 12% de candidaturas, apesar de a lei prever 20%. Das candidatas, 7,8% conseguiram ser eleitas (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p. 133-134). No quesito relativo a sexo, Perissinotto e Miríade constaram que entre o quantitativo de mulheres candidatas e as eleitas houve uma diferença de 4 pontos percentuais. Elas corresponderam a 12,6% de candidatas e 8,8% das eleitas (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p. 307).

Para fins deste trabalho, assume-se como prosopografia como um método para o estudo coletivo das características de um grupo de pessoas. No caso, serão estudadas as características do grupo de deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes na 52^a à 54^a legislatura.

A análise do perfil prosopográfico das deputadas será elaborada considerando os dados disponíveis na web, tais como os portais institucionais da Câmara dos Deputados, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), páginas pessoais dos parlamentares e dicionários biográficos, como o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDHB/FGV), além de informações constantes no Repertório Biográfico³² da Câmara dos Deputados de cada legislatura e em publicações do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Braga e Nicolás (2008) fazem um estudo das elites parlamentares por meio de dados disponíveis na Web. O autor e a autora analisam as informações constantes em portais das assembleias legislativas sobre deputados estaduais e distritais brasileiros no período de 2003-2007. Assim, buscam “fazer uma avaliação do uso das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) pelas elites parlamentares brasileiras (...) e construir um perfil sociopolítico dessas elites a partir das informações encontradas nos portais legislativos” (BRAGA, NICOLAS, 2008, p.107). Por fim, apresentam um modelo de uma ficha biográfica contendo informações básicas sobre as elites parlamentares (BRAGA, NICOLAS, 2008, p.127).

Nesse modelo, indicam ser necessário dados como: nome completo; nome parlamentar; partido; gabinete; fone; e-mail, website pessoal; nascimento; local de nascimento; estado civil; profissões; filiação; escolaridade dos pais; profissão dos pais; estudos e graus universitários; atividades profissionais; religião; forma de entrada na política; trajetória política; legislaturas; filiações partidárias; cargos executivos e administrativos ocupados; atividades parlamentares na atual legislatura; vínculos com associações civis e políticas; atividade intelectual; total de votos; soma de receitas declaradas; soma de despesas declaradas e soma dos bens declarados (BRAGA; NICOLAS, 2008, p. 127).

³² De acordo com Codato (2015), utilizando-se fontes como “dicionários biográficos ou anuários legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal” corre-se o risco de generalizar características ou dar um peso demasiado à autodeclaração que as pessoas fizeram a essas fontes. Ciente dos riscos, para fins deste trabalho, essas fontes de informação que são públicas foram acessadas e utilizadas para as análises. Assim, fica o/a leitor/a advertido a respeito para que possa avaliar e tecer suas próprias conclusões.

Para elaboração das biografias coletivas foi adaptada a sugestão proposta por Braga e Nicolas (2008). Para esta pesquisa as informações serão organizadas em três grandes categorias: (a) perfil social e biográfico, (b) comportamento eleitoral, (c) trajetória política. A primeira categoria será composta de dados relativos à identificação da parlamentar, naturalidade, escolaridade, religião, cor da pele, estado civil, profissão, número de filhos, faixa etária. A segunda será formada por informações como o total da receita arrecadada nas eleições para a qual foi eleita e o total das respectivas despesas declaradas na campanha, o valor aplicado pela própria candidata em sua campanha, bem como identificação do ramo dos maiores doadores relativos às pessoas jurídicas. A terceira conterá informações sobre se elas possuem parentesco na política, o partido pelo qual foram eleitas e a respectiva unidade federativa, se possuem experiência na área pública e se foram reeleitas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes.

Com relação à categoria do perfil social e biográfico, em alguns itens, foi feita subdivisão, como o da naturalidade, escolaridade, religião, cor da pele, estado civil, número de filhos e a faixa etária. Para a análise da naturalidade será considerada a divisão entre capital e interior, ou seja, se as deputadas são naturais de municípios do interior ou são provenientes da capital do Estado, que é uma das divisões utilizada por Messenberg (2007) quando analisou a elite parlamentar brasileira.

De acordo com o IBGE (2010) a escolaridade segmenta-se em sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, médio completo e superior incompleto e superior completo. Para este estudo, utilizaram-se as mesmas categorias do IBGE, à exceção da categoria sem instrução, porque analfabetos são inelegíveis, conforme a norma constitucional, ou seja, parte-se do pressuposto que todas as deputadas eleitas são alfabetizadas. Quanto à religião, o IBGE (2010) elencou as diversas religiões e as dividiu em grandes grupos. Para fins deste trabalho também se opta pela utilização dos grandes grupos, assim, têm-se como categorias de análise da religião: (a) católica; (b) evangélica; (c) espírita; (d) umbanda e candomblé (e) outras. Com relação à definição de cor da pele utilizou-se a mesma classificação do IBGE (2010): amarela, branca, parda, preta. Relativamente ao estado civil, no glossário de conceitos e definições da PNAD, o IBGE (2013) classifica a pessoa em:

[...] casado - para a pessoa que tem o estado civil de casada; desquitado ou separado judicialmente - para a pessoa que tem o estado civil de desquitada ou separada judicialmente, homologado por decisão judicial; divorciado - para a pessoa que tem o estado civil de divorciada, homologado por decisão judicial; viúvo - para a pessoa que tem o estado civil de viúva; ou solteiro - para a pessoa que tem o estado civil de solteira. (IBGE, 2013).

Para fins deste trabalho não se incluirá a categoria desquitado, pois esse termo foi equiparado à separação judicial pela Lei nº 6.515/77. Com relação ao estado civil ficará a seguinte classificação: solteira, casada, separada/divorciada e viúva. Incluir-se-á nesta categoria também a união estável, reconhecida pela Lei nº 9.278/96. Com relação ao número de filhos (as) ou enteados, serão segmentados conforme o quantitativo, sem filhos (as) ou enteados, 1, 2, 3, 4, 5 e acima de 5 filhos (as) ou enteados. No que tange às faixas etárias, categorizou-se a cada 9 anos, à exceção da faixa inicial, que começa nos 21, uma vez que essa é idade mínima para ser deputado federal, constitucionalmente definida, conforme art. 14, § 3º, VI, 'c', da Constituição Federal de 1988 (CF/88). As faixas etárias para este estudo serão as de 21-29, 30-39; 40-49; 50-59, 60 e acima de 60 anos.

No que tange à categoria comportamento eleitoral, o valor total do patrimônio declarado (em reais) será classificado segundo tipologia adotada por Rodrigues (2009). Este autor divide as faixas patrimoniais em cinco categorias: baixo patrimônio - menos de 200 mil; médio-baixo - patrimônio 200 mil a menos de 500 mil; médio-alto patrimônio - de 500 mil a 2 milhões; alto patrimônio - mais de 2 milhões (RODRIGUES, 2009, p. 60). Esta categoria permitirá que se verifique em qual faixa patrimonial se enquadram as deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes na 52ª à 54ª legislatura.

O valor que as deputadas arrecadaram com a receita de suas campanhas, em reais, foi dividido em doações de pessoas físicas, doações de pessoas jurídicas e recursos próprios. Cada qual foi dividida nas seguintes faixas: faixa 1 - menos de 5.000; faixa 2 - 5.000 a menos de 10.000; faixa 3 - 10.000 a menos de 15.000; faixa 4 - 15.000 a menos de 20.000; faixa 5 - 20.000 a menos de 50.000; faixa 6 - 50.000 a menos de 100.000; faixa 7 - 100.000 a menos de 200.000; faixa 8 - 200.000 a menos de 500.000, faixa 9 - 500.000 a menos de 1 milhão; faixa 10 - acima de 1 milhão. O valor total que a própria candidata aplicou em sua campanha também foi dividido em faixas: faixa 1 – nenhum valor; faixa 2 - 1,00 a menos de 5.000; faixa 3 - 5.000 a menos de 10.000; faixa 4 - 10.000 a menos de 15. 000; faixa 5 - 15.000 a menos de 20.000; faixa 6 - 20.000 a menos de 30.000; faixa 7 - 30.000 a menos de 40.000; faixa 8 – 40.000 a menos de 50.000; faixa 9 – 50.000 a menos de 100.000; faixa 10 – acima de 100.000. Estas faixas darão indicativo a respeito da necessidade ou não de se ter recursos financeiros próprios para uma campanha eleitoral, o que pode corroborar ou não com o argumento sobre a importância de as mulheres conseguirem acesso à redistribuição econômica, com base na teoria de Fraser (2006, 2007).

Relativamente à análise dos principais doadores pessoas jurídicas, serão aglutinadas as 10 maiores empresas que efetuaram doações diretas às candidaturas individuais nas campanhas eleitorais ocorridas no período. Os dados serão coletados das prestações de contas das eleições, efetuadas ao TSE, por cada uma das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos doadores, constante na prestação de contas das deputadas, será lançado no site da Receita Federal para que se possa consultar a atividade principal.

Diversos são os doadores pessoas jurídicas em cada campanha política e cada doador pode aportar livremente valores sem que haja um teto mínimo ou máximo legalmente definido. Para fins deste estudo serão considerados apenas os 10 que aportaram os maiores valores para candidatas individuais em cada legislatura. Esta análise permitirá que se verifique de quais áreas são os maiores doadores pessoa jurídica que apoiaram financeiramente essas deputadas federais.

Speck e Marciano (2015) analisaram o financiamento privado da campanha de 2002, 2006 e 2010, e apresentaram tabela contendo os maiores financiadores individuais, que será utilizada para fins de comparação com os financiadores desse grupo de deputadas.

Dentro da categoria trajetória política alguns itens foram subdivididos: o espectro partidário, a existência de parentesco na política, o tipo de capital político, a experiência na área pública, a quantidade de reeleições para o cargo de deputada federal. No que tange ao partido pelo qual foi eleita, o espectro político partidário utilizado foi de “esquerda, centro e direita” que é uma classificação usual na literatura (MIGUEL; QUEIROZ, 2006³³; RODRIGUES, 2009³⁴; CARREIRÃO; KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2014; KRAUSE; GODOI, 2010³⁵; SOUZA, 2010³⁶; FLEISCHER, 2010³⁷; MIGUEL; MACHADO, 2010³⁸), embora existam outros tipos de

³³ Miguel e Queiroz classificaram como “[...] de "esquerda" PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV, PMN, PCB, PSTU e PCO; no "centro", ficaram PMDB e PSDB; e, na "direita", PFL, PPB/PP, PTB, PL, PRONA e todos os outros micropartidos” (MIGUEL, QUEIROZ, 2006, p. 373).

³⁴ O autor indica que “[...] foram considerados partidos de direita: PFL, PPB, PL, PSD, PSC, Prona, PSL, PST; como partidos de centro: PMDB, PSDB, PTB; como partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PMN e PV. Essa classificação acompanha a da maioria dos cientistas políticos anteriormente citados” (RODRIGUES, 2009, p. 147).

³⁵ A autora e o autor consideram de direita o PFL/DEM, PDS/PPR/PPB/PP, PTB e PL/PR; centro o PMDB e o PSDB; de esquerda o PDT, PSB, PPS e PT (KRAUSE e GODOI, 2010, p. 84-89).

³⁶ O autor analisa as coligações eleitorais nas eleições de 1998, 2002 e 2006 e para classificação dos partidos utiliza os campos “direita, esquerda e centro” adotados por cientistas políticos em encontro realizado no Rio de Janeiro no ano de 2009 (SOUZA, 2010, p. 136).

³⁷ Este autor também utilizou a classificação adotada por pesquisadores em reunião no Rio de Janeiro no ano de 2009. Ele classifica como de esquerda o PDT, PT, PSB, PV, PSTU, PCB, PPS, PCdoB, PMN, PCO, PHS, e PSOL; centro o PMDB, PSDB, PFL, PTB, PP, PPR, PSC; de direita o PRN, PL, PRP, PRTB, PRONA, PSD, PST, PTdoB, PTN, PSL, PAN, PSDC, PTC, PRB (FLEISCHER, 2010, p.190).

classificações³⁹. Com base nos espectros “esquerda, centro e direita”, para fins deste estudo serão considerados como: partidos de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Verde (PV), o Partido da Mobilização Nacional (PMN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido da Causa Operária (PCO) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); no centro, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); na direita o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Progressista (PPB/PP), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Liberal (PL), o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), o Democratas (DEM), o Partido Social Cristão (PSC), o Partido da República (PR) e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS).

Ainda no que tange à trajetória política, os dados também serão analisados em quatro aspectos que podem favorecer a inclusão das mulheres no campo político e são associados ao tipo de capital político: (a) capital familiar, (b) capital oriundo da participação em movimentos sociais, (c) capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos e (d) capital convertido de outros campos (PINHEIRO, 2006, p. 108-115). O capital familiar é uma forma de “poder tradicional”, entendido nos termos da concepção weberiana, como um poder fundado na figura do patriarca (WEBER, 2011, p. 30). Este tipo de poder também é denominado como “capital de tipo familiar” ou “capital familiar”, herdado “de pais, irmãos ou maridos” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 95; PINHEIRO, 2006, p. 109).

Por sua vez, o capital oriundo da participação em movimentos sociais, via sindicatos, associações - estudantis, de bairros ou profissionais -, garante a eleição de mulheres que representam alguns setores específicos (PINHEIRO, 2006, p. 112). O capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos se converte em uma forma de *expertise*, que lhes confere um notório saber especializado dando-lhes visibilidade naquele campo, assim, elas se sobressaem por esse acúmulo do saber técnico (PINHEIRO, 2006, p. 114).

³⁸ Referem-se ao *workshop* realizado no Rio de Janeiro, no ano de 2009, em que cientistas políticos referendaram as divisões dos partidos em direita, centro e esquerda. Apresentam como de esquerda o PCB, PCdoB, PCO, PDT, PHS, PMN, PPS, PSB, PSOL, PSTU, PV e PT; como centro o PMDB e PSDB; de direita o PFL/DEM, PL/PR; PPB, PRB, e PTB, além dos micro-partidos (PRP, PAN, PGT, PRN, PRONA, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PSN, PST, PTC, PTdoB e PTN) (MIGUEL e MACHADO, 2010, p. 355).

³⁹ Rodrigues faz uma revisão de literatura a respeito da classificação partidária indicando que o espectro direita, esquerda e centro é o mais utilizado na ciência política, embora haja outras classificações (RODRIGUES, 2009, p.37-39).

O capital convertido de outros campos é aquele se verifica, por exemplo, por ocasião da eleição de atletas, artistas ou pessoas de projeção na mídia (PINHEIRO, 2006, p. 115). Pode-se dizer que por meio de um desses tipos de capital político preponderante as mulheres conseguem se eleger para ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. No que diz respeito à quantidade de vezes eleita deputada federal separou-se em 1, 2 ou 3 vezes, considerando que o período em análise é da 52ª à 53ª legislatura. Com relação à experiência na área pública adotou-se a clássica tripartição de poderes elaborada por Montesquieu. Assim, a experiência na área pública será analisada por Poder: Executivo, Legislativo e Judiciário; se a deputada possuiu anteriormente ao mandato, experiência em algum dos órgãos desses poderes, tanto na esfera municipal, estadual ou federal.

A análise dessas informações dará indicativos do perfil coletivo, como por exemplo, se as deputadas federais possuem as mesmas características à do “grupo dos governantes, em relação ao conjunto da população, tende a ser muito mais masculino, rico, instruído e branco” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 26; MIGUEL, 2014, p. 190). Talvez elas sejam mais instruídas e oriundas de famílias tradicionalmente vinculadas à área política, o que lhes acrescentaria capital político do tipo familiar.

A seguir apresenta-se quadro contendo as categorias e os elementos acima descritos.

Quadro 2- Perfil prosopográfico das deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislatura

Perfil social e biográfico	Nome completo
	Naturalidade (Capital ou interior do Estado)
	Escolaridade (Ensino fundamental, médio, superior, especialização)
	Religião (Católica, evangélica, espírita, umbanda/candomblé, outra)
	Cor da pele (Amarela, branca, parda, preta)
	Estado Civil (Solteira, casada, separada/divorciada, viúva, união estável)
	Profissão
	Número de filhos(as) ou enteados(as) Sem filhos ou enteados 1, 2, 3, 4, 5 e acima de 5
	Faixa Etária 21-29; 30-39; 40-49; 50-59; 60 e acima de 60
C o m	Patrimônio declarado (em reais) Baixo patrimônio - menos de 200 mil

	<p>Médio-baixo patrimônio - 200 mil a menos de 500 mil</p> <p>Médio-alto patrimônio - de 500 mil a 2 milhões</p> <p>Alto patrimônio - mais de 2 milhões</p>
	<p>Total da receita arrecadada na prestação de contas final (em reais)</p> <p>Pessoa física (PF) e pessoa jurídica (PJ)</p> <p>Faixa 1 - menos de 5.000</p> <p>Faixa 2 - 5.000 a menos de 10.000</p> <p>Faixa 3 - 10.000 a menos de 15.000</p> <p>Faixa 4 - 15.000 a menos de 20.000</p> <p>Faixa 5 - 20.000 a menos de 50.000</p> <p>Faixa 6 - 50.000 a menos de 100.000</p> <p>Faixa 7 - 100.000 a menos de 200.000</p> <p>Faixa 8 - 200.000 a menos de 500.000</p> <p>Faixa 9 - 500.000 a menos de 1 milhão</p> <p>Faixa 10 - acima de 1 milhão</p>
	<p>Valor total que a própria candidata aplicou em sua campanha (em reais)</p> <p>Faixa 1 - nenhum valor</p> <p>Faixa 2 - 1,00 a menos de 5.000</p> <p>Faixa 3 - 5.000 a menos de 10.000</p> <p>Faixa 4 - 10.000 a menos de 15.000</p> <p>Faixa 5 - 15.000 a menos de 20.000</p> <p>Faixa 6 - 20.000 a menos de 30.000</p> <p>Faixa 7 - 30.000 a menos de 40.000</p> <p>Faixa 8 - 40.000 a menos de 50.000</p> <p>Faixa 9 - 50.000 a menos de 100.000</p> <p>Faixa 10 - acima de 100.000</p>
	<p>10 maiores doadores pessoa jurídica</p>
Trajetória política	<p>Partido pelo qual foi eleita</p> <p>Espectro ideológico: esquerda, centro, direita</p>
	<p>Possui parentesco na política</p> <p>Sim/Não</p>
	<p>Tipo de capital político preponderante:</p> <p>(a) capital familiar</p> <p>(b) capital oriundo da participação em movimentos sociais</p> <p>(c) capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos</p> <p>(d) capital convertido de outros campos</p>
	<p>Quantidade de vezes eleita deputada federal</p> <p>1, 2, 3</p>
	<p>Possui experiência na área pública</p> <p>() Poder Executivo</p> <p>() Poder Legislativo</p> <p>() Poder Judiciário</p> <p>() Experiência mista (Poderes Executivo e Legislativo)</p> <p>() Não teve experiência em cargos públicos</p>

Fonte: elaboração própria com base em estudo de Braga e Nicolas (2008), Rodrigues (2009), Pinheiro (2006), Miguel e Queiroz (2006).

Desta forma, com a análise do perfil social e biográfico, da trajetória política e do comportamento eleitoral será possível traçar um perfil coletivo deste grupo de elite parlamentar que ocupou os cargos de presidência e vice-presidência de comissões permanentes, conforme será tratado nos próximos capítulos.

3 AS DEPUTADAS FEDERAIS NA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

A Câmara dos Deputados começou a dar maior visibilidade ao tema gênero com a criação da Procuradoria Especial da Mulher. A bancada feminina, nos últimos 20 anos, mesmo informalmente, foi se constituindo como referência para esse tema, até conseguir a formalização desse espaço. A Câmara dos Deputados por causa da baixa representatividade feminina sofria pressões internas (das próprias deputadas) e externas (de movimentos de mulheres perante o governo aliada à “crise de representação”). A junção de pressões externas cumuladas com a vontade da Bancada Feminina e o apoio da presidência da Câmara dos Deputados fizeram com que fossem formalizadas e implementadas: a Procuradoria Especial da Mulher e a Secretaria da Mulher. A primeira foi criada em 2009, a segunda, em 2013, e, esses dois órgãos contribuíram para alterar o panorama institucional (ROCHA, 2015, p. 36-39).

Rocha (2015) trabalhou na Procuradoria da Mulher e acompanhou o processo de institucionalização da Secretaria da Mulher. Ela aponta que esta estrutura tem poder de fato e de direito:

Pode-se dizer, assim, que a Resolução n. 31 de 2013 nivelou a nova estrutura aos demais órgãos similares existentes na Casa, como a Ouvidoria e a Procuradoria Parlamentar, conferindo à Secretaria da Mulher tanto o poder de fato, por meio da estruturação do espaço físico, cargos com nomeação de assessores e direito a carro oficial, entre outros benefícios de natureza administrativa, como também poder de direito, ampliando suas competências e poder regimentais, dando, desta forma, um passo mais efetivo para a sua real institucionalização. (ROCHA, 2015, p. 67).

Em 2013, foi aprovada uma resolução que cria a Secretaria da Mulher (RESOLUÇÃO n° 31/2013), composta pela Procuradoria da Mulher e pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher. Com a criação da Secretaria da Mulher, a Bancada Feminina passou a ter espaço para manifestação e voto no Colégio de Líderes, para apresentar projetos de interesse das parlamentares. Também obteve disponibilidade de horário de liderança quando há comunicações no plenário e prioridade na divulgação de suas ações nos espaços do órgão (SECRETARIA DA MULHER).

A criação desta Secretaria, que é um órgão político e institucional, pode ser considerada um exemplo de ruptura do teto de vidro nas estruturas internas da Câmara pelas deputadas, em que as

elas conseguiram superar barreiras institucionais para que o órgão fosse criado e pudesse entrar em funcionamento.

A ocupação dos espaços internos da Câmara dos Deputados é feita por homens e mulheres, observando tanto as prescrições regimentais como os acordos informais. Por exemplo, quando foi criada a Procuradoria Especial da mulher, no ano de 2009, não havia previsão de servidores, motivo pelo qual foram utilizados procedimentos informais, como a cessão de duas funções comissionadas e a disponibilização de uma sala para funcionamento (ROCHA, 2015, p. 64). Para os trabalhos iniciais da Procuradoria preponderaram os acordos informais para viabilizar tanto pessoal como espaço físico e estrutura. E não é só no caso da Procuradoria que os acordos informais foram utilizados, pois eles ocorrem em outras situações, como se discutirá adiante.

O formato institucional regimental, combinado com as regras informais incorporadas à instituição, confere à posição de presidência de comissão papel importante na condução do processo legislativo, o que implica grande poder no comando dos trabalhos. Assim, é pertinente analisar o que são as comissões, como estão constituídas, quais as atribuições de quem ocupa postos-chaves como a presidência e vice-presidência. É o que será tratado neste capítulo, em que também serão apresentados os resultados da pesquisa efetuada com relação à ocupação das deputadas da presidência e vice-presidência das comissões permanentes.

3.1 Um olhar sobre as comissões permanentes da Câmara dos Deputados

A palavra “comissão” é uma “invenção histórica” que inicialmente tinha o nome de “comissão real”, composta por um grupo de pessoas designadas pelo rei para apresentar solução a um problema. Para tanto, o primeiro passo era o desígnio real desse grupo de pessoas respeitáveis, consideradas sábias e hábeis para resolver o problema, e, o segundo passo, era o tratamento do problema em si, em que a comissão teria a missão de encontrar alguma solução para o problema apresentado (BOURDIEU, 2014, p. 56-58).

Assim, pode-se fazer uma analogia com as atuais comissões integrantes da estrutura do Poder Legislativo brasileiro, na parte relativa aos debates dos problemas sociais, os quais são

apresentados, discutidos e votados na forma de projetos de leis, que, em tese, serviriam para solucioná-los ou minimizá-los.

As comissões parlamentares foram criadas, no Brasil, em 1823, por ocasião da Assembleia Constituinte, e depois passaram a ser instrumentos previstos na Constituição Imperial de 1824 e em Constituições posteriores (PARO, 2014). Elas são estruturas internas que integram o Poder Legislativo federal, estadual e municipal. Estão constitucionalmente previstas, as comissões, no art. 58, da CF/88, e devem assegurar, na medida do possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares.

Nas comissões permanentes são discutidos e votados projetos de lei, exceto os que devem ser levados a plenário. Ainda, dentre as competências das comissões está a de realizar audiências públicas; convocar Ministros de Estado para que prestem informações sobre assuntos relativos às suas atribuições; receber de qualquer pessoa petições, reclamações, representações ou queixas contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

As comissões permanentes possuem o poder conclusivo de matérias e, além deste, algumas delas possuem o poder terminativo. Aquelas com poder conclusivo substituem as deliberações do plenário no que diz respeito ao mérito da matéria. As com poder terminativo, como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e a de Finanças e Tributação, substituem as deliberações na análise de preliminares relativas à constitucionalidade e juridicidade e à adequação orçamentária ou financeira (CARNEIRO, 2009, p. 46).

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados possui o capítulo IV (arts. 22 a 64) que trata dos aspectos formais das comissões. Conforme artigo 22 do Regimento Interno, elas podem ter caráter permanente ou temporário, estas últimas podem ser especiais, de inquérito ou externas. Além das permanentes e das temporárias, o Regimento Comum do Congresso Nacional traz as comissões mistas, compostas por deputados e senadores (arts. 9º a 21 do Regimento Comum). Contudo, considerando que o foco deste trabalho está centrado comissões permanentes não se adentrará nas especificidades das demais.

Paro (2014) aponta para a multiplicidade dos objetivos das comissões, uma vez que elas são “[...] órgãos de estudo, análise e discussão das proposições, bem como instância legislativa onde se

apresentam pareceres e são exercidas funções de controle e fiscalização dos planos e programas de governo” (PARO, 2014, p. 30).

As comissões estão estruturadas pelo “princípio de divisão do trabalho” em que um grupo mais reduzido de parlamentares - em tese formado por pessoas que conhecem o tema das comissões e que possuem a seu dispor recursos humanos e materiais adequados – conseguiriam obter resultados melhores, tanto em tempo quanto em qualidade, do que se o mesmo assunto fosse analisado em Plenário (MONTERO; LOPEZ, 2002, p. 5).

Elas são compostas por um corpo técnico e outro político. O corpo técnico é formado por servidores (as) que organizam a pauta após ser aprovada pelo presidente da comissão, recebem, elaboram e encaminham documentos, secretariam reuniões, em suma, executam trabalhos administrativos para que as comissões funcionem. No entanto, os rumos e decisões são tomadas pelos agentes políticos.

De acordo com Bourdieu, os membros da comissão seriam pessoas particulares que teriam interesses particulares, mas trabalhariam de forma a transformar o particular em universal. Ele cita como exemplo a luta de banqueiros para defender o interesse dos associados de seus bancos ou a luta promotores de vendas para conseguir uma legislação favorável para comercializar determinados produtos. Esse grupo de pessoas particulares, oficialmente nomeadas pelo Estado para agir, utilizaria o recurso simbólico de mobilizar os outros pares do grupo de forma a conseguir transformar a solução do problema ou as proposições enunciadas em ato normativo (BOURDIEU, 2014, p. 67-68).

De certa forma, isto que Bourdieu descreveu é o que acontece nas comissões parlamentares brasileiras. O corpo político delas é composto por parlamentares de diversos segmentos sociais, tais como advogados, empresários, médicos, ruralistas, professores, agricultores, bancários, religiosos, etc. Pode-se dizer que estes parlamentares eleitos possuem apoio desses setores que poderão acompanhar o seu mandato e também apresentar suas reivindicações. Estas podem ser acatadas pelo deputado que as formatará como projetos de leis ou outra proposição, as quais tramitarão nas comissões. Conforme os interesses que cercam determinado tema da proposição, a tramitação pode ser mais rápida ou mais lenta e ao final, ela pode ser aprovada, reprovada ou arquivada. Enfim, cada membro da comissão pode atuar de acordo com o seu interesse particular e de seus apoiadores, e pode tentar influenciar seus pares para obter êxito nas votações de suas proposições, que, se aprovadas nas áreas pertinentes, poderão se transformar em normas legais.

Bourdieu explica:

A lógica das comissões é criar um grupo constituído de tal forma que dê todos os sinais exteriores, socialmente reconhecidos e reconhecíveis, oficiais, da capacidade de expressão a opinião digna de ser expressa, e nas formas conformes. Um dos critérios tácitos mais importantes na seleção dos membros da comissão, em especial de seu presidente, é a intuição que têm as pessoas encarregadas da composição da comissão de que a pessoa considerada conheça as regras táticas do universo burocrático e as reconheça: em outras palavras, alguém que saiba jogar o jogo da comissão de maneira legítima, esta que vai além das regras do jogo, que legitima o jogo [...]. (BOURDIEU, 2014, p. 101)

Para o sociólogo francês, o presidente de uma comissão deve ser alguém que conhece o funcionamento daquele microcosmo, que conhece as regras do jogo, formais e informais, que sabe se locomover naquele campo. Pode-se pensar como relevante a figura do presidente de uma comissão, pois, em tese, é alguém que deve conhecer o funcionamento político e burocrático de uma comissão e tomar as decisões para determinar o ritmo de seu funcionamento.

O presidente de uma comissão pode ser considerado uma figura importante porque – entre as várias atribuições previstas no art. 41 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tais como assinar correspondências, convocar e presidir as reuniões da comissão, dar conhecimento à comissão de todas as matérias recebidas, assinar pareceres – é quem decide a pauta, os projetos e demais proposições que serão votadas naquele microcosmo. Outra incumbência do presidente de uma comissão permanente é definir os relatores dos projetos de leis que tramitam no campo daquela estrutura. São os atores políticos – principalmente os presidentes - que direcionam o funcionamento e o ritmo às comissões conforme lhe aprouver, tanto é que não há no Regimento Interno dispositivo fixando uma quantidade mínima de reuniões anuais ou indicando um número mínimo de proposições que devem ser analisadas durante o período de cada sessão legislativa ordinária anual.

Também não há no Regimento Interno um prazo específico para que o presidente de uma comissão designe um parlamentar como relator de uma proposição. Analisando-se desta maneira, pode-se dizer que o presidente de uma comissão exerce um poder sobre os demais integrantes da comissão, pois é quem decide a relatoria dos projetos e a pauta. É alguém que pode, por exemplo, deixar uma proposição sem relatoria por um bom tempo ou sem incluir na pauta a depender de sua vontade e das articulações políticas que efetua.

É relevante lembrar que as comissões permanentes são formadas por deputados(as) de diversos partidos políticos, cada qual com suas visões de mundo e ideologias. Assim, elas não são campos neutros e imparciais, ao contrário, são espaços onde surgem conflitos de posições

ideológicas, lutas pela conquista de poder e visibilidade para formação e ampliação do capital político. Embora as comissões possam ser vistas como espaços onde ocorrem tensões porque há disputa de poder, também podem ser espaços onde o consenso é construído a depender dos interesses sobre o assunto em discussão. Lemos menciona que as comissões teriam como vantagens, dentre outras, o favorecimento da participação de grupos organizados e minorias e possibilitariam a criação de ambiente de negociação e consenso (LEMOS, 2006, p. 156).

Essa autora explica que devido à autonomia das Comissões em relação ao Plenário, dentro delas podem ser criados espaços privilegiados em que as lideranças façam negociações com grupos de interesse, lobistas e grupos de pressão visando obter benefícios políticos para si próprias, sem a transparência necessária que deveria ter primazia nos procedimentos democráticos (LEMOS, 2006, p. 156). Um exemplo, ocorrido recentemente, de pressão de alguns grupos sociais, apesar de manifestações contrárias de outros, foi a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Decreto Legislativo nº 1491/2014 (PDC nº 1491/2014), que “susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências”⁴⁰.

Mesmo entre tensões e disputas, os representantes políticos buscam atuar e dar visibilidade ao seu trabalho como forma de ampliar seu capital político. Bourdieu refere que “o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido” (BOURDIEU, 2011, p. 204). O capital político de uma deputada decorrerá do tamanho do seu partido e também de como ela é vista e reconhecida dentro do seu partido, de como ela se relaciona com seus pares.

Isso é importante porque são os líderes partidários que indicam os deputados e deputadas de seu partido que irão compor as Comissões. De acordo com o previsto no art. 28 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os líderes informam à Presidência o nome dos membros titulares e suplentes de suas bancadas partidárias que irão integrar cada comissão. Caso o líder não indique os nomes para as comissões o presidente da Câmara pode designar os integrantes de ofício, respeitados os prazos regimentais. Assim, se o parlamentar tiver um bom relacionamento com o líder, é possível que tenha mais chances de ser indicado para uma comissão que é de seu interesse,

⁴⁰ Este PDC está em tramitação no Senado Federal. Para consulta do inteiro teor vide: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617737>>. Acesso em: 09 jan. 2016.

pois o líder partidário é uma figura chave para que um deputado possa obter indicação para uma presidência de comissão.

Nesse aspecto, Abreu Júnior (2009) apresenta os líderes partidários como personalidades centrais para negociar de projetos de leis, indicar deputados para os cargos e, inclusive, para o funcionamento do presidencialismo de coalizão:

Os projetos muitas vezes são discutidos com os líderes antes de serem enviados ao Congresso. **Estes indicam e substituem os deputados das comissões que irão apreciá-los, bem como os deputados que irão ocupar postos-chave, como presidente e relator de comissão;** os parlamentares apresentam emendas; os líderes podem decidir no Colégio de Líderes se o projeto tramitará em regime de urgência; se e quando o projeto será votado; quais emendas poderão ser votadas separadamente, e não em bloco, juntamente com as demais. O líder partidário é, portanto, peça fundamental para que o presidencialismo de coalizão possa funcionar satisfatoriamente em todos os governos. Disso o sabem tanto os membros dos partidos políticos, que procuram fortalecer a figura do líder, quanto aqueles que fazem parte do Poder Executivo, ou têm a sua delegação, que sempre o procuram para negociar. (ABREU JÚNIOR, 2009, p. 17) (grifei)

Mesmo com a ausência de previsão regimental “na prática também cabe aos líderes a indicação dos nomes para a disputa pelos cargos de presidente de comissão, que devem ser escolhidos pelos respectivos membros titulares do órgão” (FIGUEIREDO, 2010, p. 40). O papel executado pelos líderes partidários, na indicação de cargos nas comissões, na negociação de projetos de leis ou em outras atribuições, reforçam o entendimento de que eles têm um considerável poder.

Miranda (2010), ao analisar o papel das lideranças no Senado Federal e na Câmara dos Deputados concluiu que para algum parlamentar ocupar um cargo em alguma comissão precisa estar em consonância com as preferências do seu líder partidário:

Na comparação das prerrogativas das lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi verificada, em primeiro lugar, **a centralidade das lideranças nas estratégias de maximização das preferências dos parlamentares em torno de políticas e de cargos.** Para que o parlamentar comum, ou seja, aquele que não tem perfil para compor a Mesa, Ouvidoria, Procuradoria e outros órgãos similares, possa maximizar suas preferências em torno de cargos, **o que significa ser indicado para compor uma comissão hierarquicamente mais valorizada, ele precisa estar alinhado com as preferências de seu líder nas duas Casas.** (MIRANDA, 2010, p. 220) (grifei)

Daí a importância das deputadas superarem os tetos de vidro e obterem o reconhecimento identitário junto às suas lideranças partidárias como forma de ser indicadas para cargos na

presidência das comissões permanentes. Caso contrário, sem esse reconhecimento parece difícil que elas sejam indicadas a ocupar esses cargos no topo das comissões.

As comissões permanentes são espaços de poder e quem ocupa estes espaços, via de regra, está em conflito permanente para conseguir ampliar seu poder, afinal, “[...] toda luta parlamentar é evidentemente uma luta não apenas em torno de divergências objetivas, mas também por poder pessoal” (WEBER, 2004, p. 561). Nas comissões permanentes é possível que as deputadas consigam se sobressair mais com suas ações, posições e discursos, fortalecer seu capital político e ampliar seu poder pessoal do que disputando espaço no Plenário, que é composto por um número muito maior de representantes.

No aspecto formal, cada comissão permanente é composta por um presidente e três vice-presidentes, eleitos pelo período de um ano, vedada a reeleição (art. 39, Regimento Interno). O presidente será, nos seus impedimentos, substituído por um vice-presidente, na sequência ordinal, isso quer dizer, que são mais remotas as possibilidades do 2º e 3º vice-presidentes chegarem a assumir a presidência, porque antes deles, na sequência, assume o 1º vice-presidente. Ressalta-se que o presidente de uma comissão é um cargo importante, porém, aqueles que ocupam a 2ª e 3ª vice-presidência dificilmente chegarão a assumir a presidência durante o exercício, ficam na reserva, embora, mesmo nessa situação, ainda assim é interessante estar nesses cargos, porque carregam um poder simbólico⁴¹.

Entretanto, para além do aspecto formal, é preciso ressaltar que existem aspectos informais nas comissões permanentes, que não estão escritos, mas são cumpridos pelos parlamentares. As regras informais possuem duas características centrais: (a) regulação e limitação comportamental sem a existência de “um aparato legal, coercitivo e jurídico para que tenham efeito”, e, (b) são “socialmente compartilhadas geralmente não escritas, que são criadas, comunicadas e validadas fora dos canais oficialmente sancionados” (AGUIAR, 2015, p. 34). Essas regras informais podem influenciar para facilitar ou dificultar que deputados e deputadas acessem os cargos de presidente e vices nas comissões, afinal, grande parte do poder fica nas mãos dos líderes partidários.

Aguiar (2015) ao realizar entrevistas com servidores da Câmara, assessores de plenário, chefes de lideranças partidárias, e ao analisar matérias publicadas no Jornal da Câmara, constatou a presença das regras informais na escolha da presidência das comissões permanentes da 54ª

⁴¹ Bourdieu refere que “[...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

legislatura, expressas em “acordos” de lideranças. No caso de descumprimento dos acordos o infrator estaria sujeito a punições, como a sua substituição na comissão permanente ou até mesmo interferência do presidente da Câmara para garantir o cumprimento do acordo (AGUIAR, 2015, p. 73).

Na escolha de presidentes de comissões permanentes são observadas as regras formais, porque são realizadas as eleições onde há escolha dos representantes. Porém, por meio de regras informais, as lideranças partidárias fazem acordos prévios para definir com quais comissões elas ficarão (AGUIAR, 2015, p. 56-73). Com relação às regras informais para a escolha de presidentes de comissões, este autor concluiu que elas servem para dar estabilidade e equilíbrio, servindo como “mecanismos regulatórios do *status quo*”, ou seja, elas trazem segurança para manter as decisões já tomadas, uma vez que, pelas regras formais, a eleição de presidentes de comissões geraria insegurança para os partidos políticos (AGUIAR, 2015, p. 72-73).

Conforme estudo de Aguiar (2015), as regras informais contribuem para trazer segurança aos processos de escolha de presidentes de comissões. Com isso, pode-se dizer que as regras formais são importantes, mas não exclusivas quando se trata das escolhas de presidentes de comissões, porque podem ocorrer acordos informais que influenciam significativamente o processo de escolha.

Outro exemplo que evidencia a presença de informalidade é a eleição dos líderes. Ela ocorre por acordos informais dentro de cada bancada partidária, exceto para três partidos (PSDB, PP e PR) que possuem regras formais detalhadas em seus estatutos (ABREU JÚNIOR, 2009, p. 63). Esses acordos informais parecem estar incorporados em algumas das rotinas políticas da Câmara dos Deputados como a escolha dos líderes partidários pela maioria das bancadas e a indicação de parlamentares feita pelos líderes para ocupação de cargos na presidência e vice-presidência de comissões permanentes.

Pitkin (1985) também faz menção às regras formais e informais do Legislativo. Ela afirma que o representante moderno é um político profissional e, como tal, faz parte de um partido e procura sua reeleição. E, como membro do Poder Legislativo, tem obrigações e expectativas. E para que tenha uma atuação com eficácia deve levar em conta as regras formais e informais do corpo legislativo que integra (PITKIN, 1985, p. 244-245). A autora considera tanto a formalidade quanto a informalidades necessárias para que um parlamentar tenha uma atuação eficaz.

Desta forma, ao se considerar o campo político e a escolha da presidência e vice-presidências das comissões permanentes deve-se lembrar de que são permeadas tanto por normas formais como também pela existência daquelas informais, embora estas sejam realizadas de forma menos explícita do que aquelas, e podem contribuir para aproximar ou afastar as deputadas desses cargos. Diante do exposto, a próxima seção deste capítulo analisará os dados coletados referentes à ocupação da presidência e vice-presidências de comissões permanentes.

3.2 Análise dos dados: a ocupação da presidência e vice-presidência das comissões permanentes

Estiveram na presidência e vice-presidências das comissões permanentes da Câmara dos Deputados, na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, respectivamente, 33, 39 e 30 vezes as deputadas federais, o que totaliza a ocupação de 102 vezes nesses cargos durante essas três legislaturas, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 – Quantitativo de vezes que as deputadas foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes por legislatura

Quantitativo de vezes que as deputadas estiveram em cargos de presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes por legislatura	
Legislatura	Nº absoluto
52 ^a legislatura	33
53 ^a legislatura	39
54 ^a legislatura	30
Total geral	102

Fonte: elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados.

De acordo com o Quadro 3, verifica-se que na 54^a legislatura houve uma redução no quantitativo de vezes que as deputadas ocuparam cargos na presidência e vice-presidência das comissões permanentes. Por que isso ocorreu? Houve atuação da Secretaria da Mulher para que fossem indicadas mais deputadas para as comissões permanentes nessa legislatura? Ou essa redução

foi fato isolado que ocorreu somente na 54ª legislatura? Essas questões podem servir para futuras investigações.

Muitas parlamentares ocuparam a presidência ou as vice-presidências várias vezes em cada legislatura. O número total de deputadas, excluídos os casos de reeleições, foram de 55 deputadas federais que ocuparam os cargos de presidente e vice-presidente de comissões permanentes (Quadro 4).

Quadro 4 - Deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª, 53ª e 54ª legislaturas

Nome Parlamentar	Nome Civil	Partido/UF
Alice Portugal	Alice Mazzuco Portugal	PCdoB/BA
Almerinda de Carvalho	Almerinda Filgueiras de Carvalho	PMDB/RJ
Ana Arraes	Ana Lúcia Arraes de Alencar	PSB/PE
Andreia Zito	Andreia Almeida Zito Dos Santos	PSDB/RJ
Angela Amin	Angela Regina Heinzen Amin Helou	PP/SC
Angela Guadagnin	Angela Moraes Guadagnin	PT/SP
Antônia Lúcia	Antônia Luciléia Cruz Ramos Câmara	PSC/AC
Celcita Pinheiro	Celcita Rosa Pinheiro da Silva	PFL/MT e DEM/MT
Cida Borghetti	Maria Aparecida Borghetti	PROS/PR
Cida Diogo	Maria Aparecida Diogo Braga	PT/RJ
Dalva Figueiredo	Maria Dalva de Souza Figueiredo	PT/AP
Dra. Clair	Clair da Flora Martins	PT/PR
Elcione Barbalho	Elcione Therezinha Zahluth Barbalho	PMDB/PA
Eryka Kokay	Érika Jucá Kokay	PT/DF
Fátima Bezerra	Maria de Fátima Bezerra	PT/RN
Fátima Pelaes	Fátima Lúcia Pelaes	PMDB/AP
Flávia Moraes	Flávia Carreiro Albuquerque Moraes	PDT/GO
Francisca Trindade	Francisca Das Chagas da Trindade	PT/PI
Gorete Pereira	Maria Gorete Pereira	PL/CE e PR/CE
Iriny Lopes	Iriny Nicolau Corres Lopes	PT/ES
Íris de Araújo	Íris de Araújo Rezende Machado	PMDB/GO
Jandira Feghali	Jandira Feghali	PCdoB/RJ
Janete Capiberibe	Janete Maria Góes Capiberibe	PSB/AP
Janete Pietá	Janete Rocha Pietá	PT/SP
Jô Moraes	Maria do Socorro Jô Moraes	PCdoB/MG
Juíza Denise Frossard	Denise Frossard Loschi	PPS/RJ
Kelly Moraes	Neiva Teresinha Marques	PTB/RS
Laura Carneiro	Maria Laura Monteza de Souza Carneiro	PFL/RJ
Lídice da Mata	Lídice da Mata e Souza	PSB/BA
Liliam Sá	Liliam Sá de Paula	PROS/RJ

Luci Choinacki	Luci Teresinha Koswoski Choinacki	PT/SC
Luciana Santos	Luciana Barbosa de Oliveira Santos	PCdoB/PE
Luiza Erundina	Luiza Erundina de Sousa	PSB/SP
Maninha	Maria José Conceição Maninha	PSOL/DF
Manuela D'Ávila	Manuela Pinto Vieira D'Ávila	PCdoB/RS
Maria do Carmo Lara	Maria do Carmo Lara Perpétuo	PT/MG
Maria do Rosário	Maria do Rosário Nunes	PT/RS
Maria Helena	Maria Helena Veronese Rodrigues	PSB/RR
Maria Lúcia	Maria Lucia Netto Dos Santos	PMDB/RJ
Maria Lúcia Cardoso	Maria Lúcia Cardoso	PMDB/MG
Mariângela Duarte	Mariângela de Araújo Gama Duarte	PT/SP
Marina Magessi	Marina Terra Magessi de Sousa	PPS/RJ
Neyde Aparecida	Neyde Aparecida da Silva	PT/GO
Perpétua Almeida	Maria Perpétua de Almeida	PCdoB/AC
Prof ^a . Raquel Teixeira	Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira	PSDB/GO
Prof ^a Marcivânia	Marcivania do Socorro da Rocha Flexa	PT/AP
Rebecca Garcia	Rebecca Martins Garcia	PP/AM
Rose de Freitas	Rosilda de Freitas	PMDB/ES
Selma Schons	Selma Maria Schons	PT/PR
Solange Amaral	Solange Amaral	DEM/RJ
Sueli Vidigal	Sueli Rangel Silva Vidigal	PDT/ES
Terezinha Fernandes	Terezinha Das Neves Pereira	PT/MA
Vanessa Grazziotin	Vanessa Grazziotin	PCdoB/AM
Zelinda Novaes	Zelinda Novaes e Silva Jarske	PFL/BA
Zulaiê Cobra	Zulaiê Cobra Ribeiro	PSDB/SP

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados

Dentre esse grupo de elite de 55 parlamentares, 9 delas figuravam por diversas vezes na lista de “Os Cabeças do Congresso Nacional”, que é elaborada pelo DIAP⁴². Essa lista é elaborada com base em cinco critérios para classificar os parlamentares como: formadores de opinião, articuladores/organizadores, negociadores, debatedores e formuladores.

⁴² Os Cabeças do Congresso Nacional ano 2003: Jandira Feghali, Juíza Denise Frossard, Luiza Erundina; ano 2004, Jandira Feghali e Luiza Erundina; ano 2005, Maninha, Jandira Feghali e Luiza Erundina; ano 2006, Jandira Feghali e Luiza Erundina; ano 2007, Luiza Erundina; ano 2008; Luiza Erundina; ano 2009, Luiza Erundina; ano 2010, Vanessa Grazziotin, Alice Portugal, Luiza Erundina; ano 2011, Alice Portugal, Rose de Freitas, Ana Arraes, Manuela D'Ávila e Luiza Erundina; ano 2012, Alice Portugal, Manuela D'Ávila e Luiza Erundina; ano 2013, Alice Portugal, Rose de Freitas, Jandira Feghali, Manuela D'Ávila e Luiza Erundina; ano 2014, Alice Portugal, Jandira Feghali e Manuela D'Ávila. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=513&view=viewcategory&catid=13>. Acesso em: 30 out. 2015.

Comparando-se a ocupação dos cargos nas comissões permanentes entre as deputadas e os deputados (Quadro 5), proporcionalmente, para não gerar distorções, uma vez que o número de representantes femininas é menor do que o masculino, no período, tem-se percentuais diferenciados. Considerando-se o total geral, eles ocuparam 26% de vezes a presidência das comissões, que é um cargo de destaque, enquanto que elas ocuparam 22%. Ou seja, no cômputo geral, eles se concentraram mais na presidência das comissões do que elas. Analisando como ocorreu a ocupação masculina dos cargos, no total geral, eles estiveram mais concentrados na presidência e na 1ª vice-presidência das comissões, com percentuais de 26%. Situação inversa ocorreu com elas, que ficaram mais concentradas na 3ª e 1ª vice-presidência, com percentuais, respectivamente, de 28% e 27%. Isso demonstra que em cargos menores, como a 3ª vice-presidência, elas estiveram presentes maior número de vezes.

Quadro 5 - Comparativo por sexo e legislatura da ocupação da presidência e vice-presidência das comissões permanentes

Legislatura	52ª legislatura				53ª legislatura				54ª legislatura				Total Geral			
	Nº absoluto		Percentual		Nº absoluto		Percentual		Nº absoluto		Percentual		Nº absoluto		Percentual	
Sexo	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Presidente	73	7	26%	21%	73	10	25%	26%	82	5	27%	17%	228	22	26%	22%
1º Vice	75	6	26%	18%	70	14	24%	36%	79	8	26%	27%	224	28	26%	27%
2º Vice	71	8	25%	24%	71	8	25%	21%	72	7	24%	23%	214	23	24%	23%
3º Vice	67	12	23%	36%	73	7	25%	18%	70	10	23%	33%	210	29	24%	28%
Total	286	33	100%	100%	287	39	100%	100%	303	30	100%	100%	876	102	100%	100%

Fonte: elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados

Obs.: M = masculino; F = feminino

Quanto à ocupação da presidência as deputadas conseguiram estar neste cargo nas comissões de CSPCCO, CDC, CDHM, CE, CINDRA, CLP, CREDN, CSSF, CTUR, CCULT e CDU. De um total de 22 comissões permanentes, elas estiveram na presidência dessas 11 comissões e ocuparam esse posto 22 vezes. De outro lado, estiveram ausentes da presidência, nestes doze anos, das comissões: CAPADR, CCJC, CDEIC, CFT, CFFC, CME, CVT, CCTCI, CTASP, CESPO e CMADS (Quadro 6).

Se for feita comparação da presidência com o cargo mais próximo na linha sucessória, que é o da 1ª vice-presidência, neste elas estiveram 28 vezes, ou seja, houve um acréscimo em comparação à presidência. Elas estiveram ocupando esse cargo em 11 comissões: CME, CSPCCO,

CCTCI, CREDN, CTAPS, CDHM, CE, CINDRA, CSSF, CCULT e CDU. Percebe-se que elas estiveram em algumas comissões diferentes daquelas em que foram presidentes, como a CCTCI, a CME, e a CTASP. Na CSPCCO, CDHM, CE, CINDRA, CREDN, CSSF, CCULT e CDU elas estiveram na presidência e na 1ª vice-presidência (Quadro 6).

Quando se observam os dados conforme a tipologia *hard*, *midle* e *soft politics* (vide Quadro 6) percebe-se que as deputadas estiveram na presidência de apenas uma das comissões *hard politics*, a CSPCCO, porém, ocuparam espaço nas vice-presidências, à exceção da CFT (nesta estiveram ausentes). Essa situação também ocorre nas comissões de *midle politics* em que elas estiveram ocupando a presidência em uma das comissões: CREDN. De outro lado, elas estiveram nas três vice-presidências de todas as comissões *midle politics*. Nas comissões consideradas *soft politics* elas estiveram na presidência de quase todas as comissões deste grupo, exceto na CESPO e CMADS, ou seja, estiveram na presidência de nove comissões: a CDC, a CDHM, a CE, a CINDRA, a CSSF, a CTUR, a CCULT, a CDU e a CLP.

Quadro 6 – Presidência e vice-presidência das deputadas federais por comissão permanente e tipologia

Tipologia	Comissão	Nº Deputadas Presidentes	Nº 1ªVice-presidência	Nº 2ªVice-presidência	Nº 3ªVice-presidência
<i>Hard politics</i>	CAPADR	0	0	1	0
	CCJC	0	0	0	1
	CDEIC	0	0	1	0
	CFT	0	0	0	0
	CFFC	0	0	3	1
	CME	0	2	3	0
	CSPCCO	1	1	0	0
	CVT	0	0	0	1
Sub-total 1		1	3	8	3
<i>Midle Politics</i>	CCTCI	0	1	2	1
	CREDN	2	3	2	3
	CTASP	0	5	2	2
Sub-total 2		2	9	6	6
<i>Soft Politics</i>	CDC	1	0	0	0
	CDHM	3	3	4	3
	CE	3	4	2	3

	CESPO	0	0	0	0
	CINDRA	3	2	1	3
	CMADS	0	0	0	2
	CSSF	2	2	0	3
	CTUR	2	0	1	3
	CCULT	2	1	0	0
	CDU	2	4	0	1
	CLP	1	0	1	2
	Sub-total 3	19	16	9	20
	Total Geral	22	28	23	29

Fonte: elaboração própria com base em dados da Câmara dos Deputados.

É pertinente lembrar que a presença em uma comissão permanente ou até mesmo a ocupação da presidência depende da indicação partidária e dos acordos informais firmados. Pode-se dizer que os acordos políticos informais feitos pelos líderes partidários – que são majoritariamente homens – já incorporaram a dominação masculina ao praticamente não indicarem mulheres para ocupar a presidência de comissões *hard politics*, que são comissões consideradas de maior peso político. Talvez essa possa ser uma das explicações que justifique a maior concentração delas na presidência de comissões *soft politics* e a baixíssima presença de mulheres na presidência de comissões *hard politics*.

Outra explicação para a maior concentração delas na presidência de comissões *soft politics* é o fato de que nelas são abordadas temáticas naturalizadas como de responsabilidade “feminina”, como as questões voltadas para a educação, a saúde, a assistência social, assuntos que envolvem a família, associados à lógica de cuidados, compreensão, afeto; questões que, de certa forma, reproduzem a esfera privada como extensões da casa.

Para Miguel e Biroli, “a percepção estereotipada das ‘inclinações femininas’, dentro dos partidos, contribui então para insular as deputadas na política *soft*” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 112). Estes autores assinalam, quando analisam a presença das mulheres nas comissões permanentes a 51ª e 52ª legislaturas, que as preferências pelas deputadas podem ser influenciadas pelas oportunidades que vão aparecendo. Assim, estar em uma comissão *soft* poderia ser mais favorável do que estar em outra. Isso ocorreria porque elas estariam agindo favoravelmente aos estereótipos de gênero e não contra eles (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 112). Pode ser que as deputadas estejam mais na presidência de comissões *soft politics* da 52ª, 53ª e 54ª legislaturas por

ser o campo onde elas mais conseguem espaço para se sobressair ou por encontrarem tetos de vidro para chegarem à presidência de outras.

Entretanto, é preciso salientar que para as deputadas é um desafio “chegar às posições centrais do campo” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 109). Tarefa que nem sempre é fácil, uma vez que elas “atuam menos em áreas e temas tidos como de maior relevância, enquanto os homens estão mais presentes justamente nas áreas e temas que mais contribuem para a promoção de sua carreira política” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.14). Ou seja, depois que as mulheres estão dentro do campo político, elas são “associadas de maneira automática às posições inferiores, e, justamente por isso, sua capacidade de transformar as hierarquias do campo é reduzida” (MIGUEL, 2014, p. 233). Isso é perceptível pela escassa presença delas seja na Mesa da Câmara, no Colégio de Líderes ou mesmo na presidência de algumas comissões permanentes. Em parte, tal fenômeno pode ser explicado pelo *habitus* constituído e pela violência simbólica⁴³ decorrente da dominação masculina (BOURDIEU, 2012), o que pode fazer com que fiquem em campos secundários na maior parte das comissões permanentes. Verificou-se que esse grupo de deputadas ocupou mais os campos das vice-presidências do que as presidências. E dentre as vice-presidências, ficaram mais concentradas na 3ª vice-presidência, que é um espaço mais secundário no campo das comissões.

Os dados apresentados parecem evidenciar a existência de um teto de vidro, em que as deputadas encontram barreiras invisíveis para acessar as presidências e vice-presidências de comissões *hard politics*, atuando mais nas comissões *soft politics*. Nas três legislaturas em análise somente uma delas conseguiu ultrapassar esse teto de vidro e ser presidente da CSPCCO, que é *hard politics*.

Ainda, os dados indicam que elas estão mais concentradas na presidência de comissões *soft politics*. Estas comissões parecem concentrar temas com menor poder de barganha, se comparadas às *hard politics*, que são aquelas apontadas pela literatura⁴⁴ como as que atuam em aspectos mais importantes do processo político, relacionadas ao poder de Estado e às questões econômicas. Parece que elas estão inseridas em um ciclo gendrado⁴⁵, em que transferem ocupações naturalizadas como

⁴³ A violência simbólica pode ser entendida como a forma com que o dominante impõe suas ideias e seu poder ao dominado, de tal modo, que, é o equivalente ao que obteria se usasse a força. O dominante consegue se impor, por exemplo, pelo poder de suas palavras, pelos gestos, pelo uso de símbolos, de tal forma que essa imposição é considerada legítima, fazendo com que esse poder simbólico produza efeitos reais (BOURDIEU, 1989).

⁴⁴ Vide MIGUEL e BIROLI (2011).

⁴⁵ “O vocábulo gendrado, oriundo de gender (palavra inglesa para gênero), tem sido utilizado por feministas, na falta de um adjetivo correspondente ao substantivo gênero. Trata-se de um neologismo, incorporado do inglês (gendered) e

femininas no espaço privado para sua atuação no espaço público. Em outras palavras, saem da esfera privada para a pública, mas continuam a exercer papéis similares àqueles que exerciam na esfera privada relacionados aos cuidados, à família, à saúde.

O fato de as mulheres estarem mais nas comissões *soft politics* não é exclusividade do Brasil. Nesse aspecto, apresenta-se análise comparativa da ocupação da presidência das comissões, relativamente ao exercício de 2008, com a Argentina, Chile e Uruguai. As comissões de produção equivalem às *hard politics*, as de reprodução às *soft politics* e as de preservação do sistema às *midle politics*. De acordo com o Quadro 7, percebe-se que, em 2008:

- (a) Mesmo que o número de comissões seja diferente em cada país, sendo na Argentina 52, no Chile 36, no Uruguai 26 e no Brasil 20⁴⁶, considerando o total de homens e mulheres nas presidências das comissões, percebe-se que em todos os países elas estão em menor número;
- (b) A Argentina é o país onde há maior concentração de mulheres na presidência de comissões (36,5%), seguida do Uruguai (15,4%), do Chile (13,9%) e do Brasil (10%); de outro lado, o Brasil é o país com maior percentual de homens na presidência de comissões (90%), seguido pelo Chile (86,1%), Uruguai (84,6%) e a Argentina (63,5%);
- (c) No Brasil, no exercício de 2008, as deputadas estiveram ausentes nas comissões de produção (equivalente às *hard politics*), enquanto que nos demais países elas marcaram presença nessas comissões, em percentuais diferenciados conforme o país, com 26,1% na Argentina, 33,3% no Chile e 42,85% no Uruguai;
- (d) Na presidência de comissões de reprodução (similares à *soft politics*) elas estiveram presente em três países, à exceção do Chile. Na Argentina, ocuparam 46,6% de presidências, no Brasil, 28,6% e no Uruguai apenas 7,69%;
- (e) Na presidência de comissões de preservação do sistema (equivalente à *midle politics*) elas estiveram presentes em dois países, na Argentina e no Chile, e, ausentes no Uruguai e no Brasil.

ainda não dicionarizado. Pode-se falar em corpo gendrado para designar não o corpo sexuado, mas o corpo formatado segundo as normas do ser mulher ou do ser homem.” (SAFFIOTI, 2011, p. 77)

⁴⁶ No Brasil, em 2008, ainda não haviam sido desmembradas as comissões de Cultura e a do Esporte, por isso havia 20 comissões permanentes.

Quadro 7 - Comparativo de países, por sexo e presidência de comissões em 2008

País	Total		Comissões de produção		Comissões de Reprodução		Comissões de preservação do sistema	
	M	H	M	H	M	H	M	H
Argentina	19	33	6	17	7	8	6	8
	36,5%	63,5%	26,1%	73,9%	46,6%	53,4%	42,9%	57,1%
Chile	5	31	4	8	0	20	1	3
	13,9%	86,1%	33,3%	66,6%	0%	100%	25%	75%
Uruguai	4	22	3	4	1	12	0	6
	15,4%	84,6%	42,85%	57,15%	7,69%	92,3%	0%	100%
Brasil	2	18	0	9	2	5	0	4
	10%	90%	0%	100%	28,6%	71,4%	0%	100%

Fonte: elaboração própria com relação aos dados do Brasil; os demais países foram extraídos do estudo de Martínez e Garrido (2013, p. 163).

3.3 Conclusões do capítulo

As comissões permanentes são espaços de poder que compõem a estrutura da Câmara dos Deputados que possuem dinâmicas próprias de funcionamento. São espaços onde são discutidos, debatidos e pautados temas que afetam a sociedade, onde acontecem lutas simbólicas por poder, em que deputados e deputadas tentam pautar ou dar andamento a projetos que consideram importantes para seu mandato ou para sua visibilidade política e/ou partidária. Cada comissão possui um corpo técnico e um corpo político. A composição política de cada comissão ocorre por indicação partidária. A escolha das presidências e vice-presidências é pautada por processos formais, expressos no Regimento Interno, e por processos informais, não escritos, onde são feitos “acordos” entre lideranças partidárias.

Na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, as deputadas, em comparação com os deputados, ocuparam, proporcionalmente, mais cargos na 3^a e 1^a vice-presidência, enquanto que eles estiveram mais na presidência e 1^a vice-presidência de comissões permanentes.

As deputadas federais, no período em análise, estiveram na presidência das comissões CSPCCO, CLP, CREDN, CDC, CDHM, CE, CINDRA, CSSF, CTUR, CCULT e CDU. Porém, nessas 3 legislaturas, não conseguiram chegar à presidência das comissões CAPADR, CCJC, CDEIC, CFT, CFFC, CME, CVT, CCTCI, CTASP, CESPO e CMADS.

Considerando a tipologia *hard*, *midle* e *soft politics* percebeu-se que as deputadas estiveram na presidência de apenas uma das comissões *hard politics*, a CSPCCO, porém, ocuparam as três vice-presidências de comissões *hard*. As deputadas majoritariamente ficaram concentradas na presidência de comissões *soft* e *midle politics*, o que demonstra que, no espaço político, elas encontram mais dificuldades para ascender às posições de comando de comissões de *hard politics*.

Os dados coletados parecem indicar a existência de um teto de vidro, em que as deputadas encontram barreiras invisíveis para acessar as presidências e vice-presidências de comissões *hard politics*, pois no período de três legislaturas elas somente chegaram uma vez à presidência de comissões *hard politics*. Entretanto, há que se ressaltar que pelo menos uma delas conseguiu ultrapassar esse teto de vidro e ser presidente de uma comissão *hard politics*.

As comissões *softs politics* abrigam os temas que são classificados como “femininos”, segundo os esquemas de classificatórios regidos pela lógica da dominação masculina. São atividades enraizadas culturalmente na esfera privada como extensões da casa; educação, saúde, enfermagem, ensino, etc., que reproduzem a visão machista de divisão do trabalho. De outro lado, percebeu-se que nas comissões *hard politics* as mulheres praticamente estiveram ausentes da presidência. Essas comissões são espaços que também seguem a lógica da dominação masculina, onde os acordos informais de líderes partidários privilegiam a indicação de parlamentares do sexo masculino.

Após análise sobre a distribuição das deputadas federais em cargos na presidência e vice-presidência de comissões permanentes será apresentado, no próximo capítulo, o perfil coletivo das parlamentares brasileiras que ocuparam esses cargos de destaque na estrutura interna da Câmara dos Deputados na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas.

4 ANÁLISE DO PERFIL PROSOPOGRÁFICO DAS DEPUTADAS FEDERAIS PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DAS COMISSÕES PERMANENTES

Este capítulo objetiva descrever o perfil prosopográfico das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes na 52^a, na 53^a e 54^a legislaturas. Para tanto, será dividido em três seções que abordarão, respectivamente, o perfil social e biográfico dessas parlamentares, o comportamento eleitoral e a trajetória política.

4.1 Perfil social e biográfico

Com relação ao perfil social serão observados a naturalidade, a escolaridade, a religião, a cor da pele, o estado civil, a profissão, o número de filhos e a faixa etária das deputadas federais brasileiras, presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, a fim de que se possa construir o perfil coletivo desse grupo de elite. Ao total, excluídas as duplicidades de quando elas se reelegeram de uma legislatura para outra e voltaram a ocupar as presidências e vice-presidências das comissões permanentes, foram 55 diferentes deputadas que estiveram na presidência e vice-presidência das comissões permanentes nessas legislaturas.

Com relação à naturalidade dessas parlamentares, ou seja, o local de nascimento delas, em números absolutos, 23 são naturais de capitais de Estados e 32 são de municípios do interior (Quadro 8). Em termos percentuais tem-se 42% dessas deputadas federais naturais de capitais, enquanto que 58% nasceram em cidades do interior.

Quadro 8 - Naturalidade das Deputadas Federais – 52^a, 53^a, 54^a legislaturas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Naturalidade	Número absoluto	Percentual
Capital	23	42%
Interior	32	58%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e da Câmara dos Deputados

Quando se analisa os dados relativos à naturalidade por região (Quadro 9), considerando-se as três legislaturas em conjunto, destaca-se como região “celeiro de deputadas” a Sudeste, que originou o maior número de deputadas provenientes da capital (20%). Com relação às deputadas naturais do interior, as regiões Sudeste e Sul estão em mesmo patamar, ambas com 16%.

Messenberg (2002) estudou a elite parlamentar do Pós-Constituinte e constatou a existência de três agrupamentos elitistas nas regiões do Nordeste, Sudeste e Sul, que possuíam uma multiplicidade de culturas políticas regionais. Por exemplo, a autora verificou que a elite do Nordeste era oriunda do interior e com tradição política no Parlamento, possuíam curso de nível superior e tinham exercido postos de destaque nas administrações municipais e estaduais, além de terem investido de maneira significativa na ocupação de cargos na estrutura do Congresso Nacional. Por sua vez, os do Sudeste eram preponderantemente naturais das capitais dos Estados, alguns haviam migrado da região Nordeste, possuíam diferentes graus de escolaridade e, em sua trajetória política, haviam assumido posições nos altos escalões de setores públicos e também em empresas. Os da região Sul teriam como características o fato de que a maior parte deles era proveniente do interior de seus Estados e com tradição política arraigada, possuíam formação educacional de nível superior; similarmente aos do Sudeste que haviam exercido cargos nas mais altas estruturas dos órgãos públicos e empresas estatais (MESSENBURG, 2002, p. 137-138).

Com relação à naturalidade, a autora verificou que:

(...) observa-se [...] ligeira predominância de Congressistas naturais do Nordeste (36,2%) na elite, seguidos de perto pelos parlamentares do Sudeste (34%). Nota-se que a presença de parlamentares oriundos das capitais dos Estados foi muito superior à verificada no Parlamento como um todo para a Região Sudeste. Enquanto no Congresso, durante as duas legislaturas em foco, cerca de 31% dos parlamentares eram naturais das capitais, na elite essa proporção subiu para 46,8%. À exceção do Sul, também se constatam entre os membros da elite percentuais mais elevados de parlamentares naturais das capitais dos Estados do que entre os congressistas de modo geral. De fato, 56,3% dos parlamentares do Sudeste e 47,1% do Nordeste pertencentes à elite eram oriundos das capitais, contra, respectivamente, 31,7% e 34,5% no Congresso. A elite parlamentar do pós-Constituinte era composta predominantemente de congressistas naturais do Nordeste e do Sudeste. Entre os nascidos no Sudeste, Norte ou Centro-Oeste prevaleciam os parlamentares de origem metropolitana, ao contrário dos que eram originários do Nordeste ou do Sul, cuja maioria provinha do interior dos estados. (MESSENBURG, 2002, p. 70-71).

Os dados (Quadro 9) demonstram que na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas essa elite de deputadas presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes seguiram a tendência apontada por Messenberg (2002). Constata-se que esse rol de deputadas é, majoritariamente, natural do Sudeste e

provenientes de capitais, correspondendo a 20% delas. Em seguida, em termos percentuais, aparecem as deputadas de elite provenientes do Sudeste e do Sul, porém, de áreas estaduais interioranas, com 16%, respectivamente. Na sequência surgem as deputadas do interior do Nordeste com 11%. Em percentuais mais reduzidos aparecem as da região Norte, sendo 9% oriundas do interior e 7% das capitais; da região Centro-Oeste, com 5% delas provenientes de capitais; depois, vem aquelas que são das capitais da região Sul, com 4%, e por último, as naturais de capitais da região Centro-Oeste, com 2%.

Quadro 9 – Naturalidade X Região de deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas

NATURALIDADE X REGIÃO			
Região	Naturalidade	Nº absoluto	Percentual
Norte	Interior	5	9%
	Capital	4	7%
Nordeste	Interior	6	11%
	Capital	5	9%
Centro-oeste	Interior	3	5%
	Capital	1	2%
Sudeste	Interior	9	16%
	Capital	11	20%
Sul	Interior	9	16%
	Capital	2	4%
Total		55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e Câmara dos Deputados

Considerando-se o domicílio eleitoral (Quadro 10), o maior percentual de deputadas oriundas do interior é da região Sudeste (31%), seguida pela região Sul (22%), enquanto que as deputadas oriundas de capital estão mais concentradas na região Sudeste (39%) e no Centro-Oeste (22%). Ou seja, a região Sudeste predomina enquanto domicílio eleitoral, tanto de deputadas provenientes tanto do interior quanto das capitais.

Messenberg (2007, p. 317) ao analisar o domicílio eleitoral constatou a “supremacia dos representantes do Sudeste” e explicou o fato relacionando-o ao desenvolvimento econômico da região, à alta densidade demográfica e à diversidade econômica e sociocultural, são fatores que contribuem para a formação de diferentes tipos de lideranças. O mesmo fenômeno também pode ser

aplicado ao grupo de parlamentares em análise, pois elas foram eleitas, majoritariamente, pela região Sudeste.

Quadro 10 – Naturalidade X Domicílio eleitoral das deputadas federais presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas

NATURALIDADE X DOMICÍLIO ELEITORAL						
Região	Interior		Capital		Total	
	Nº absoluto	Percentual	Nº absoluto	Percentual	Nº absoluto	Percentual
Norte	6	19%	4	17%	10	18%
Nordeste	5	16%	4	17%	9	16%
Centro-oeste	4	13%	5	22%	9	16%
Sudeste	10	31%	9	39%	19	35%
Sul	7	22%	1	4%	8	15%
Total	32	100%	23	100%	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em informações da Câmara dos Deputados

No que tange ao grau de escolaridade (Quadro 11), pode-se dizer que esse grupo de deputadas possui um grau alto em comparação com o restante da população brasileira. Conforme dados da PNAD 2010/IBGE:

A média de anos de estudo do segmento etário que compreende as pessoas de 25 anos ou mais de idade revela o *status* de escolaridade de uma sociedade. No País, a média, em 2009, era de 7,1 anos de estudo neste segmento, o que representa uma escolaridade abaixo da conclusão do ensino fundamental. Este indicador, visto pelo rendimento mensal familiar *per capita*, mostra que nos 20% mais ricos a média também está abaixo da conclusão da educação básica, 10,4 anos de estudo [...]. (IBGE, 2010, p.50)

Esses dados da PNAD mostram que, a nível de Brasil, em média, as pessoas com 25 anos de idade ou idade superior a 25 possuíam 7,1 anos de estudo. As deputadas federais da 52ª a 54ª legislatura, na maioria, possuem nível superior (82% delas com curso superior e 11% com superior incompleto). Somando-se as que possuem nível superior completo com aquelas que possuem nível superior incompleto, elas correspondem a 93% do grupo. Ou seja, essas parlamentares possuem 12 anos ou mais de escolaridade, o que corresponde a quase o dobro daquele da população brasileira em geral. Isso reforça o argumento de que elas fazem parte de uma elite parlamentar, uma vez que possuem maior tempo de estudo do que o restante da população. Inclusive a literatura indica ser a escolaridade um fator importante para o sucesso eleitoral, pois os mais altos níveis de instrução

estariam relacionados positivamente ao êxito eleitoral (RODRIGUES, 2009, p. 73; ARAÚJO, 2013, p. 8; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p. 307-308; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p. 135).

Santos (2000, p. 96-97) constatou que no período de 1946 a 1967 87,8% dos deputados federais possuíam nível superior, no período de 1967-1987 esse percentual aumentou para 91,3%, e, de 1987 a 1999 foi de 84,8%. Mucinhato foi outro que estudou o perfil biográfico dos deputados no período de 1986 a 2012. Ele verificou que “no total, 77,3% dos deputados possuíam o ensino superior completo, além de 9,6% que declararam ter o ensino superior incompleto” (MUCINHATO, 2014, p. 69).

Similar informação a respeito do nível educacional foi observada por Messenberg (2002) com relação ao Congresso Nacional: no período de 1987 a 1991 os deputados e senadores federais com nível superior completo correspondiam a 87,1% do total dos parlamentares, e, em 1991 a 1995 eram 82,7%. Ela argumentou no sentido de que esses dados traduziam o elitismo existente na trajetória política do país, revelando uma grande diferença entre representantes e representados, uma vez apenas 6,7% da população na faixa etária de 20 a 24 anos estava na universidade e mais de 15% das pessoas com idade superior a 15 anos eram analfabetos (MESSEMBERG, 2002, p. 60-61). A autora também constatou, através da realização de nova pesquisa, que no período de 1995 a 2004 a maioria absoluta (88,9%) dos Congressistas possuía diploma de curso superior (MESSEMBERG, 2007, p. 319-320). Assim, pode-se dizer que, em geral, o grau de instrução dos deputados e deputadas federais é alto quando comparado à população brasileira.

Quadro 11 – Escolaridade das deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas

Escolaridade	Número absoluto	Percentual
Fundamental	2	4%
Fundamental Incompleto	1	2%
Médio	1	2%
Médio incompleto	0	0
Superior	45	82%
Superior incompleto	6	11%
Total	55	100%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE e Câmara dos Deputados

Quando se efetua análise da escolaridade por região (Quadro 12) constata-se que as deputadas com grau de escolaridade primário, primário incompleto e médio ficaram concentradas em apenas duas regiões: Sul e Sudeste.

O Atlas Brasil 2013 do PNUD faz análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Os índices variam de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Neste Atlas, os dez melhores municípios estão concentrados na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com índices variáveis entre 0,7 e 0,8. De outro lado, os dez piores estão na região Norte e Nordeste, com índices entre 0,2 e 0,3 (PNUD, Ranking IDHM Municípios 2010).

Então, ao contrário do que se poderia pensar, a pesquisa efetuada demonstra que as deputadas da 52ª a 54ª legislaturas que foram presidentes ou vices das comissões permanentes, com menor nível de escolaridade ficaram concentradas nas regiões Sul e Sudeste e não na Norte ou no Nordeste.

Quadro 12 – Escolaridade X Região das deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas

Escolaridade	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul	Total
Fundamental	-	-	-	-	2	2
Fundamental incompleto	-	-	-	1	-	1
Médio	-	-	-	1	-	1
Médio incompleto	-	-	-	-	-	-
Superior incompleto	1	1	-	4	-	6
Superior	9	8	9	13	6	45
Total	10	9	9	19	8	55

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e Câmara dos Deputados

Quanto à religião dessas parlamentares, tais informações não estão especificadas nas publicações do DIAP, nem constam em dicionários biográficos ou no site do TSE ou nas publicações do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados. A informação foi obtida no Centro de Informação e Documentação da Câmara dos Deputados. Das 55 deputadas federais que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes, 71% são de religião católica, 9%

evangélica⁴⁷, 18% não informaram se seguem algum credo religioso e 2% indicaram ser de outro credo sem especificar qual (Quadro 13).

O perfil religioso dessas parlamentares está em consonância com o dos deputados federais, apontado por Mucinhato (2014). Este autor estudou o perfil biográfico dos deputados brasileiros no período de 1986 a 2012. Ele constatou que a maioria dos deputados se declarou como de religião católica (70,5%), enquanto que 10,1% se declararam seguidores de religiões protestantes e 0,9% da religião espírita (MUCINHATO, 2014, p. 79). Com base nesse autor e de acordo com os dados pesquisados pode-se dizer que, tanto essas deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões quanto os deputados em geral prepondera a maioria dos que declaram ser da religião católica.

No Brasil, de acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE, de 2010, 64,6% da população era de religião católica e 22,2%, evangélica (IBGE, 2010, p.91). Assim, constata-se que o perfil das deputadas, quanto à religião, segue a tendência da maior parte da população brasileira, que é a religião católica.

Quadro 13 – Religião das deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislatura

Religião	Número absoluto	Percentual
Católica	39	71%
Evangélica	5	9%
Não informado	10	18%
Outras	1	2%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados da Câmara dos Deputados

Com relação ao número de filhos (Quadro 14), os dados foram extraídos de duas fontes principais: o DHBB/FGV e o Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados. Também houve pesquisa em um portal institucional de Assembleia Legislativa Estadual⁴⁸, onde constaram informações do cônjuge e sua relação marital com uma deputada, uma vez que ela optou por não incluir tais dados em sua biografia. O referido portal continha informação sobre o estado civil e o

⁴⁷ Das deputadas que se declararam evangélicas, a maioria se declarou evangélica tradicional, seguida por aquelas que se declararam evangélicas pentecostais.

⁴⁸ Consultada a página da Assembleia Legislativa de Goiás. O parlamentar George de Moraes Ferreira diz ser cônjuge de Flávia Carreiro Albuquerque Moraes. Disponível em: <<http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1372>>. Acesso em: 25 out. 2015.

respectivo quantitativo de filhos ou enteados do cônjuge. Outra deputada⁴⁹ não informou no DHBB/FGV e no Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados seu vínculo com o cônjuge e a prole, mas foi possível a análise uma vez que seu cônjuge, também parlamentar, tornou pública a informação.

Do total das 55 parlamentares em estudo, encontrou-se informação relativa a 41. De 13 delas não constou informação em nenhuma dessas fontes oficiais, porém, a ausência de informação não significa que elas não tenham filhos ou enteados, pode ser que preferiram não tornar público este tipo de informação. Das 41 parlamentares que possuem filhos ou enteados, 18% têm filho único; 31% são mães de 2 filhos; 16% de 3 filhos, 7% de 4 filhos, 2% delas possuem 5 filhos. Nenhuma delas tem mais de 5 filhos, e, 2% delas não possuem filhos ou enteados. As 13 parlamentares que não se obteve informação constituem 24% do grupo total. Percebe-se, dentre aquelas que se obteve a informação, que uma parte significativa delas (49%) possui entre 1 e 2 filhos, ou seja, estão dentro da taxa de fecundidade média brasileira, que é de 1,72 filhos, conforme dados do IBGE⁵⁰.

Quadro 14 – Quantidade de filhos(as) ou enteados(as) das deputadas presidente e vice-presidente de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislaturas

Quantidade de filhos(as) ou enteados (as)	Nº Absoluto	Percentual
Sem filhos(as) ou enteados(as)	1	2%
1 filho(a) ou enteado(a)	10	18%
2 filhos(as) ou enteado(as)	17	31%
3 filhos(as) ou enteado(as)	9	16%
4 filhos(as) ou enteado(as)	4	7%
5 filhos(as) ou enteado(as)	1	2%
Acima de 5 filhos (as) ou enteados(as)	0	0%
Sem informação	13	24%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do DHBB/FGV e o Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, e um portal de Assembleia Legislativa Estadual

⁴⁹ Trata-se da deputada Antônia Luciléia Cruz Ramos Câmara. O deputado Silas Câmara informou ser cônjuge dela e ser pai de 4 filhos, assim, estes podem ser filhos legítimos dela ou enteados. Vide Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados da 54ª Legislatura, pg. 818, e Repertório Biográfico da 53ª Legislatura, p. 1011. Considerando que ele declarou ser casado com ela e declarou o número de filhos no Repertório Biográfico da Câmara, a informação prestada por ele foi utilizada na análise, uma vez que os filhos podem ser legítimos ou enteados, porém, em tese, fazem parte daquela unidade familiar.

⁵⁰ Vide IBGE Taxa de Fecundidade Total – Brasil – 2000 a 2015. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total>>. Acesso em 11 out. 2015.

Relativo à cor da pele, pode-se dizer que ela é autodeclarada. A autodeclaração sobre a cor da pele está prevista em duas leis. Na Lei nº 12.990/2014, que reserva vagas para candidatos negros em concursos públicos, e na Lei nº 12.711/2002, que trata do ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, prevê reserva de vagas para estudantes negros, pardos, indígenas. Ambas referem que a questão da cor da pele é autodeclarada.

Não foi possível encontrar informação relativa a esse quesito para todas as 55 parlamentares. O TSE incluiu o item cor da pele somente para as eleições de 2014, porém, não nas anteriores. Entretanto, verificou-se que 18 deputadas das 52^a, 53^a e 54^a legislaturas concorreram às eleições de 2014. Para essas 18 parlamentares utilizou-se a informação que elas autodeclararam⁵¹ ao TSE para as eleições de 2014. Essas 18 parlamentares correspondem apenas a 32% do total em análise. Considerando que o registro visual é insuficiente para suprir essa lacuna, até porque raça⁵² é algo que ultrapassa as características biológicas e envolve a questão social, considerando, ainda, que não foi possível encontrar informações da maioria das parlamentares, para evitar distorções, esta categoria não será analisada.

No que diz respeito ao estado civil das deputadas (Quadro 15), majoritariamente, são casadas. Aquelas que são casadas correspondente a 49%. Em seguida, estão as solteiras, com 27%; 18% divorciadas, 4% viúvas e 2% separadas judicialmente. Se forem somadas as solteiras com as divorciadas, as separadas e as viúvas, essa informação se altera, elas passam a ser a maioria, pois corresponderiam a 51%. Conciliar a vida familiar com a política pode ser um dificultador, principalmente para as mulheres, que podem sofrer com cobranças pelas ausências, uma vez que a vida política é exaustiva, permeada por agendas intensas, inclusive aos finais de semana. Os dados mostram que a vida matrimonial parece não ter impedido aquelas casadas de chegarem à presidência de comissões, pois elas representam 49% do grupo em análise.

⁵¹ A título de ilustração, das 18 parlamentares que autodeclararam a cor da pele ao TSE, para as eleições de 2014, e, que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas, doze delas se declararam como brancas, uma como amarela, quatro como pardas e uma como preta.

⁵² “Raça refere-se ao âmbito biológico; referindo-se a seres humanos, é um termo que foi utilizado historicamente para identificar categorias humanas socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética, amplamente utilizada como característica racial, constitui apenas uma das características que compõem uma raça” (SANTOS et al., 2012, p. 124). No texto *Raça É Signo*, a autora explica que “[...]“raça é signo”- significante produzido no seio de uma estrutura onde o estado e os grupos que com ele se identificam produzem e reproduzem seus processos de instalação em detrimento de e a expensas dos outros que este mesmo processo de emergência justamente secreta e simultaneamente segrega” (SEGATO, 2005, p. 10). Vide também as reflexões trazidas por Fanon (1968; 2005).

Quadro 15 – Estado civil das deputadas federais – 52ª, 53ª, 54ª legislaturas presidentes e vices de comissões permanentes

Estado Civil	Número absoluto	Percentual
Solteira	15	27%
Casada	27	49%
Separada judicialmente	1	2%
Divorciada	10	18%
Viúva	2	4%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e Câmara dos Deputados

Com relação à profissão, deve-se fazer a ressalva de que algumas informações relativas à profissão declaradas no TSE são diferentes daquelas informadas no portal da Câmara. Araújo alerta que “[...] no TSE, formação acadêmica e profissão se confundem, porque os dados se referem à “ocupação principal”, que tanto pode decorrer da formação acadêmica (advogado, médico, engenheiro...) quanto de outras experiências dos parlamentares (empresário, político, metalúrgico)” (ARAÚJO, 2013, p. 6).

De acordo com dados informados no site do TSE (Quadro 16), relativamente à profissão, 34,5% delas declararam ser deputadas; 14,5% disseram ser professoras (de ensino federal, estadual ou municipal) ou pedagogas; 9,1% senadoras, deputadas ou vereadoras, 7,3% servidoras públicas dos diversos níveis. Com 3,6% estão profissionais como as advogadas, as empresárias, as administradoras e as médicas. Por último, representaram 1,8% as que dizem ter exercido profissões de bancárias, assistentes sociais, farmacêuticas e aposentadas.

Pode-se questionar: por que será que uma parte delas declarou sua profissão como deputada, senadora ou vereadora? Confrontando-se apenas as que se declararam como deputadas junto ao TSE com a declaração de profissão que efetuaram perante a Câmara dos Deputados, verificou-se que a maior parte dessas informou ser professora ou pedagoga, mas também havia neste rol aquelas com profissões como advogadas, empresárias, jornalistas, socióloga, fisioterapeuta, funcionária pública, radialistas, engenheiras elétricas. Será que possuíam a percepção de que suas profissões são menores? Ou será que declararam porque acreditam que a profissão de deputada é mais valorizada? Ou será que acreditam que ao TSE só importa os cargos políticos que exerceram? Possíveis respostas poderão ser obtidas em pesquisas futuras com entrevistas às parlamentares.

Quadro 16- Profissões das deputadas federais da 52ª a 54ª legislatura presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Profissões	Nº absoluto	Percentual
Deputada	19	34,5%
Senadora, deputada ou vereadora	5	9,1%
Pedagoga ou professora de ensino fundamental ou superior	8	14,5%
Servidoras públicas federais, estaduais ou municipais	4	7,3%
Advogada	2	3,6%
Empresária	2	3,6%
Médica	2	3,6%
Farmacêutica	1	1,8%
Administradora	2	3,6%
Assistente Social	1	1,8%
Bancária	1	1,8%
Aposentada	1	1,8%
Não informado	4	7,3%
Outros	3	5,5%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE

Quando se analisa a profissão das parlamentares com base nos dados constantes no site da Câmara dos Deputados, verifica-se que as informações são diferentes daquelas constantes no site do TSE. Chama a atenção o fato de que 36% delas indicaram ter duas ou mais profissões. A maior parte das que possui duas ou mais profissões acumulam uma função no magistério, como por exemplo, professora e arquiteta, professora e empresária, professora e advogada, professora e economista, etc. Apareceram profissões que não constaram no site do TSE, tais como “do lar”, agricultora, fisioterapeuta e socióloga. Separando-se as profissões por categorias, prepondera em maior número aquelas que disseram ser professoras. Após, numericamente estão as profissões de advogada ou bacharéis em direito, seguidas pelas economistas, médicas, jornalistas e funcionárias públicas. As profissões que possuem menor número de deputadas são as de administradora, agricultora, bancária, assistente social, do lar, empresária, fisioterapeuta, funcionária pública, farmacêutica, policial civil, socióloga e química.

Com relação às profissões, a acumulação de funções como a de magistério parece colocar a escola como uma extensão da esfera privada e de responsabilidade feminina, porque foi naturalizada como função das mulheres a tarefa educativa. Ou seja, a ética do cuidado, típica da

esfera familiar é aplicada também no campo profissional, o que indica a marca de uma cultura machista e patriarcal.

Relativamente à faixa etária (Quadro 17), predominam as deputadas na faixa dos 60 a 69 anos, que correspondem a 43,64% delas. Em seguida, na faixa dos 50 a 59 anos representam 29,09%. É provável que nessas faixas etárias elas tenham mais tempo disponível para entrarem na disputa política e podem ter reunido mais requisitos para entrar, uma vez que para as mulheres a decisão de entrar na política pode ser mais difícil.

Aliás, a literatura mostra que as mulheres têm menor probabilidade dos que os homens de receber incentivos para concorrer, o que influencia sua decisão delas entrarem na arena política e, em comparação aos homens elas também menos probabilidade de se considerar qualificadas para concorrer (LAWLESS, 2012, p. 151-152). Inclusive, é provável que na faixa etária dos 60 a 69 elas já tenham filhos adultos (aquelas que optaram por tê-los), ou seja, isso poderia significar mais tempo livre para se dedicar à política.

Santos (2000) estudou o perfil biográfico dos deputados eleitos no período de 1946 a 1999. Ele constatou que 68% dos deputados que haviam sido eleitos estavam concentrados na faixa etária de 40 a 59 anos (SANTOS, 2000, p.95-96).

Se os percentuais da faixa de 40 a 49 e 50 a 59 anos forem somados, chega-se a quase 42%. Assim, pode-se dizer que a faixa etária desse grupo de deputadas na 52ª, 53ª e 54ª legislaturas é menor do que aquela dos deputados no período de 1946 a 1999, uma vez que elas estão concentradas em faixas mais elevadas, como a dos 60 a 69 anos.

Na faixa etária de 60 a 69 elas podem ser consideradas pessoas idosas, de acordo com o que dispõe a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que define como idoso a pessoa maior de 60 anos.

Quadro 17 – Faixa etária das deputadas federais presidente e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª a 54ª legislaturas

Faixa Etária	Número absoluto	Percentual
Faixa 21 a 29	0	0%
Faixa 30 a 39	1	1,82%
Faixa 40 a 49	7	12,73%
Faixa 50 a 59	16	29,09%
Faixa 60 a 69	24	43,64%
Faixa 70 a 79	6	10,91%
Faixa 80 a 89	1	1,82%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e Câmara dos Deputados

Esta seção ocupou-se em trazer os dados do perfil social e biográfico dessas deputadas, e, na sequência será analisado qual foi o comportamento eleitoral desse grupo de elite.

4.2 Comportamento eleitoral

Neste item será efetuada a análise do comportamento eleitoral das deputadas federais que foram presidentes e vice das comissões permanentes na 52ª a 54ª legislatura. As informações terão como base o patrimônio declarado, no total da receita arrecadada nas eleições para a qual foram eleitas e o total das respectivas despesas declaradas na campanha, o valor aplicado pela própria candidata em sua campanha, bem como identificação do ramo dos dez maiores doadores relativos às pessoas jurídicas.

Primeiramente com relação ao patrimônio pessoal das deputadas federais, o TSE não disponibilizou no site institucional informação relativamente à eleição de 2002, que corresponde à 52ª legislatura. Enviou-se e-mail para o órgão solicitando as informações. A resposta foi a seguinte:

Protocolo de nº: 142894

(...)

A Assessoria de Informações ao Cidadão confirma o recebimento de sua mensagem.

Informo a Vossa Senhoria que a Assessoria de Gestão Estratégica deste Tribunal prestou o seguinte esclarecimento:

"Os dados relativos à declaração patrimonial não eram cadastrados em meio digital até as eleições de 2006. É necessário consultá-los nos processos físicos de registro de candidatura. Sugiro contatar os respectivos tribunais regionais eleitorais para ter acesso às informações solicitadas."

O Tribunal Superior Eleitoral agradece o contato.

Para tentar o acesso às informações consultaram-se os TREs, através da seção “fale conosco” e também por meio de “ouvidorias”, porém, a maior parte deles respondeu que o pedido deveria ser feito por petição protocolada na sede do órgão estadual, motivo pelo qual se inviabilizou a obtenção de informação da 52ª legislatura com relação ao patrimônio pessoal delas.

Contudo, foi possível analisar os dados patrimoniais das deputadas relativamente às eleições de 2006 e de 2010, equivalentes à 53ª e 54ª legislaturas. Percebe-se que entre este grupo de elite prepondera aquelas deputadas com faixa patrimonial baixa (menor de 200 mil), que correspondem a 41%, seguidas por aquelas que estão na faixa médio-baixa (patrimônio pessoal de 200 mil a menos de 500 mil) com 32% (Quadro 18).

O fato de as deputadas estarem mais concentradas em faixas patrimoniais de baixo e médio-baixo patrimônio pode ter algumas explicações. Uma possível explicação é a comparação geral com os dados totais, a nível de Brasil, em 2013, das declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) da Receita Federal da população brasileira. Os dados do órgão mostram que, em relação a gênero, os contribuintes do sexo masculino (15.463.889 homens declarantes) declararam ter em bens e direitos no valor de 4.199,28 bilhões, enquanto que as mulheres (11.022.806 mulheres declarantes) informaram possuir 1.625,34 bilhões. Ou seja, no total dos declarantes do IRPF, as mulheres possuem menos bens e direitos do que os homens.

O valor médio de bens e direitos masculino corresponde a R\$ 271.553,70 enquanto que o feminino é de R\$ 147.452,91 demonstrando que o valor médio de bens e direitos das mulheres corresponde a 54% daquele de propriedade masculina; o valor médio deles corresponde a quase o dobro do que o delas (RECEITA FEDERAL, Grandes Números IRPF, Ano-Calendário 2013). O valor patrimonial desse grupo de deputadas está dentro da média dos bens declarados pelas mulheres no IRPF de 2013.

Rodrigues (2009, p. 58) examinou o patrimônio de 401 deputados da 51ª legislatura. Ele constatou que 29,9% dos deputados possuíam médio-alto patrimônio; 27,9% estavam na faixa de baixo patrimônio; 26,5% enquadravam-se na de médio-baixo, e, 15,7%, alto patrimônio. Comparando-se esta pesquisa com a de Rodrigues (2009) percebe-se que as deputadas na faixa de alto patrimônio correspondem a 7% enquanto que na pesquisa do autor eles correspondiam a 15,7%, ou seja, quase o dobro do que o patrimônio delas. Na faixa de baixo patrimônio os deputados ocupavam 27,9%, enquanto que, na mesma faixa, as deputadas estavam com 41%, desta forma, pode-se dizer que havia mais deputadas na faixa de baixo patrimônio do que deputados. Na faixa de médio-alto patrimônio estão concentradas 20% delas, enquanto que os deputados correspondiam a 29,9%. Os dados mostram que as deputadas possuem menor faixa patrimonial quando comparadas aos deputados.

O fato de as deputadas possuírem patrimônio menor em relação aos deputados também é citado por Rodrigues (2006). O autor apresenta tabela contendo separação, por sexo, dos deputados eleitos em 1998 e reeleitos em 2002. O valor médio declarado à Justiça eleitoral pelas representantes do sexo feminino, em 1998, correspondia a R\$ 272.123,82, enquanto que o masculino foi de R\$ 1.140.396,31; nas eleições de 2002, o valor médio delas foi de R\$ 425.752,81 enquanto que o deles ficou em R\$ 1.614.444,75 (RODRIGUES, 2006, p. 212).

Outra possível explicação para o baixo patrimônio é a de que os seus bens podem não estar todos em seu nome, como ocorre com alguns políticos. Gois (2013) pesquisou alguns políticos homens que conseguiram em quatro anos expandir seu patrimônio acima de 1 milhão de reais. Ele cita que há exemplos de políticos que transferem todo ou uma parte de seus bens para pessoas da família ou ‘laranjas’, com o objetivo de esconder da população o seu enriquecimento; outros, deixam de declarar valores em contas bancárias (GOIS, 2013, p. 21). Rodrigues (2006, p. 18 e 22) também faz a ressalva de que os políticos podem “esconder parte do seu patrimônio na hora de registrar suas candidaturas”. Transferir o patrimônio para outros pode ser uma tática utilizada por políticos de ambos os sexos.

Quadro 18 – Patrimônio pessoal das deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 53ª e 54ª legislatura

Faixa patrimonial (em reais)	Percentual
Baixo patrimônio – menos de 200 mil	41%
Médio-baixo patrimônio – 200 mil a menos de 500 mil	32%
Médio-alto patrimônio – de 500 mil a 2 milhões	20%
Alto patrimônio – mais de 2 milhões	7%

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e faixas patrimoniais descritas por Rodrigues (2009, p. 60).

Sobre a receita arrecadada de pessoas físicas nas campanhas eleitorais por esse grupo de deputadas presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da 52ª, 53 e 54ª legislatura, com base no site do TSE (Quadro 19), constata-se, com relação aos totais arrecadados em reais, que para as eleições de 2002⁵³ o somatório total das arrecadações nas campanhas eleitorais das deputadas doados por pessoas físicas ficou mais concentrado na faixa 5, que corresponde a 20.000 a menos de 50.000; relativamente às eleições de 2006⁵⁴, a faixa que mais concentrou doações de pessoas físicas foi a 6, com valores de 50.000 a menos de 100.000; por fim, com relação às eleições de 2010⁵⁵, a faixa que mais obteve doações totais de pessoas físicas foi a 7, com valores de 100.000 a menos de 200.000. Nas eleições de 2002 e 2006 a faixa máxima arrecadada de pessoas físicas foi a 8, com valores de 200.000 a menos de 500.000. Para as eleições de 2010 constata-se que houve arrecadações, embora poucas, na faixa 9, com valores entre 500.000 a menos de 1 milhão, situação que não havia acontecido nas eleições de 2002 e 2004.

⁵³ As eleições de 2002 são correspondentes às deputadas federais eleita para a 52ª legislatura.

⁵⁴ As eleições de 2006 correspondem às deputadas eleitas para a 53ª legislatura.

⁵⁵ As eleições de 2010 correspondem às deputadas eleitas para a 54ª legislatura

Em síntese, percebe-se que as faixas onde houve maior arrecadação de receita de pessoas físicas foram aumentando, gradativamente, nas campanhas de cada legislatura.

Quadro 19 – Total de receitas arrecadadas de pessoas físicas (PF) nas eleições de 2002, 2006 e 2010, pelas deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Faixa (em reais)	Total arrecadado receita PF eleição 2002	Total arrecadado receita PF eleição 2006	Total arrecadado receita PF eleição 2010
	Nº absoluto	Nº absoluto	Nº absoluto
Faixa 1 - menos de 5.000	4	1	1
Faixa 2 - 5.000 a menos de 10.000	0	0	0
Faixa 3 - 10.000 a menos de 15.000	0	2	0
Faixa 4 - 15.000 a menos de 20.000	0	2	0
Faixa 5 - 20.000 a menos de 50.000	15	5	4
Faixa 6 - 50.000 a menos de 100.000	5	11	7
Faixa 7 - 100.000 a menos de 200.000	6	6	8
Faixa 8 - 200.000 a menos de 500.000	1	4	6
Faixa 9 - 500.000 a menos de 1 milhão	0	0	3
Faixa 10 - acima de 1 milhão	0	0	0

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE

Quanto à receita arrecadada de pessoas jurídicas por essas deputadas, com relação aos totais arrecadados (Quadro 20), percebe-se que:

- (a) Para as eleições de 2002, o total arrecadado de pessoas jurídicas ficou concentrado, em primeiro lugar, na faixa 7 (100.000 a menos de 200.000) e, em segundo lugar, na faixa 5 (20.000 a menos de 50.000);
- (b) Nas eleições de 2006, as faixas com os maiores quantitativos foram, em primeiro lugar, a 7 (100.000 a menos de 200.000) e, em segundo lugar, a 8 (200.000 a menos de 500.000). Tanto na campanha das eleições de 2002 quanto na de 2006 o maior quantitativo correspondeu à faixa 7. O que modificou foi o segundo lugar, que nas eleições de 2002 era uma faixa menor (a faixa, de 20.000 a menos de 50.000) e nas eleições de 2006 passou para uma maior (a faixa 8, com valores de 200.000 a menos de 500.000);
- (c) Para as eleições de 2010 surpreendeu porque em primeiro lugar ficou a faixa 10 em que os valores arrecadados de pessoas jurídicas ficou acima de 1 milhão. Em segundo lugar,

a faixa 8, com valores de 200.000 a menos de 500.000. Ou seja, na campanha de 2010 as deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes conseguiram valores de pessoas jurídicas em faixas correspondentes a mais de 1 milhão.

Em síntese, tanto para as eleições de 2002 quanto para a de 2006, a faixa que mais concentrou doações de pessoas jurídicas foi a 7, que corresponde a valores totais entre 100.000 e menos de 200.000. De outro lado, para as eleições de 2010, o total das doações ficou mais concentrado na faixa 10, com valores superiores a 1 milhão. Assim, é possível pensar que as campanhas eleitorais foram ficando mais caras a cada legislatura, como pode ser que houve maior apoio de doadores pessoa jurídica na campanha da 54ª legislatura do que na 53ª e 52ª legislaturas, o que fez com que elas conseguissem arrecadar mais recursos naquela legislatura do que nestas.

Speck e Marciano (2015) fizeram análise das doações para as campanhas de deputados, relativas às fontes de financiamento, nas eleições de 2002, 2006 e 2010. Eles constataram que os valores foram aumentando de forma crescente em todas as categorias (doações próprias, de pessoas físicas, pessoas jurídicas, candidatos e de partidos). Os autores atribuem este fato a duas causas hipotéticas: ao aumento do custo das campanhas e à maior transparência nas prestações de contas, o que pode ter feito com que os candidatos incluíssem nas suas prestações de contas valores não declarados em outras eleições (SPECK; MARCIANO, 2015, p. 277). Essas causas, mesmo que hipotéticas, também podem se aplicar a este grupo de elite de deputadas.

Quadro 20 - Total de receitas arrecadadas de pessoas jurídicas (PJ) nas eleições de 2002, 2006 e 2010, pelas deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Faixa (em reais)	Total arrecadado receita PJ eleição 2002	Total arrecadado receita PJ eleição 2006	Total arrecadado receita PJ eleição 2010
	Nº absoluto	Nº absoluto	Nº absoluto
Faixa 1 - menos de 5.000	9	1	0
Faixa 2 - 5.000 a menos de 10.000	0	1	1
Faixa 3 - 10.000 a menos de 15.000	2	0	0
Faixa 4 - 15.000 a menos de 20.000	0	1	0
Faixa 5 - 20.000 a menos de 50.000	7	0	1
Faixa 6 - 50.000 a menos de 100.000	5	5	0
Faixa 7 - 100.000 a menos de 200.000	8	15	3
Faixa 8 - 200.000 a menos de 500.000	1	6	9

Faixa 9 - 500.000 a menos de 1 milhão	0	1	5
Faixa 10 - acima de 1 milhão	0	1	10

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE

Com relação às doações que as deputadas fizeram para suas próprias campanhas em 2002, 2006 e 2010⁵⁶ (Quadro 21) as informações mais relevantes são:

- (a) Nas campanhas de 2002, 2006 e 2008, a faixa que mais sobressaiu foi aquela em que as deputadas não aportaram recursos próprios para as suas campanhas. O fato de não terem alocado, diretamente, recursos próprios em suas campanhas não significa que não possa ter sido feito, por exemplo, indiretamente, por doações de familiares, procedimento este que pode ser utilizado tanto por mulheres quanto por homens;
- (b) Nas eleições de 2002, dentre aquelas que aportaram recursos próprios, houve divisão, principalmente, em duas faixas, a faixa 2 e a faixa 5, está em valores de 15.000 a menos de 20.000 e, aquelas, aportaram valores de 1,00 a menos de 5.000;
- (c) Com relação às eleições de 2006, dentre as que investiram financeiramente na própria campanha, estão, principalmente, nas faixas 9 e 2. Percebe-se uma diferença de faixa, entre aquelas que aportaram mais recursos próprios, em valores de 50.000 a menos de 100.000, e aquelas que colocaram valores mais modestos, entre 1,00 a menos de 5.000;
- (d) No que tange às eleições de 2010, dentre as deputadas que doaram recursos pessoais para as campanhas, elas estiveram mais concentradas nas faixas 10 e 9, que correspondem a aportes financeiros altos, acima de 100.000 para a faixa 10, e, entre 50.000 a 100.000 para a faixa 9.

Em resumo, preponderou a faixa 1, de nenhum aporte de recursos próprios nas campanhas. Porém, das que aportaram recursos próprios, nas eleições de 2002 se concentraram, principalmente, em duas faixas, a 2 e a 5; nas eleições de 2006, as faixas foram a 2 e a 9, faixas com valores bastante diferentes, a 2 com valores baixos e a 9 com valores altos; nas eleições de 2010, a concentração maior foi nas faixas 9 e 10, que correspondem a valores mais elevados.

⁵⁶ As eleições de 2002, 2006 e 2010 foram correspondentes às deputadas eleitas para a 52ª, 53ª e 54ª legislaturas, respectivamente.

Assim como nas eleições de 2010 elas receberam doações de pessoas físicas e jurídicas em faixas mais elevadas, também utilizaram recursos pessoais em faixas mais altas, o que pode ser indício de que estavam investindo mais fortemente na carreira de políticas profissionais.

Quadro 21 - Doações pessoais que as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes fizeram para as próprias campanhas

Faixas (em reais)	Eleição 2002	Eleição 2006	Eleição 2010
	Nº absoluto	Nº absoluto	Nº absoluto
Faixa 1 - nenhum valor	7	7	8
Faixa 2 - 1,00 a menos de 5.000	5	5	1
Faixa 3 - 5.000 a menos de 10.000	4	4	2
Faixa 4 - 10.000 a menos de 15. 000	4	3	3
Faixa 5 - 15.000 a menos de 20.000	5	0	2
Faixa 6 - 20.000 a menos de 30.000	3	3	1
Faixa 7 - 30.000 a menos de 40.000	1	0	1
Faixa 8 - 40.000 a menos de 50.000	0	1	2
Faixa 9 - 50.000 a menos de 100.000	2	5	4
Faixa 10 - acima de 100.000	1	3	5

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE

A literatura (VOGEL, 2012; MIGUEL; BIROLI, 2011, 2014; SACCHET, 2011; SACCHET; SPECK, 2012) apresenta a questão financeira como uma das barreiras para o acesso das mulheres aos cargos políticos. Verifica-se que a utilização de recursos financeiros próprios, com as devidas ressalvas, pode contribuir para o sucesso eleitoral, porque elas teriam, além dos recursos partidários, parte do seu patrimônio pessoal para investir na campanha. Assim, a redistribuição financeira é um elemento que pode contribuir para fortalecer a representação feminina nos espaços políticos.

Por fim, o último item de análise do comportamento eleitoral, antes de se passar para a trajetória política, diz respeito aos 10 maiores doadores pessoa jurídica. Para chegar aos 10 maiores doadores, foram excluídas as doações partidárias, sejam elas provenientes de comitês financeiros, diretórios nacionais ou doações oriundas de outros candidatos para a campanha das deputadas. Desta forma, chegou-se aos 10 que aportaram maior volume de recursos para as campanhas políticas do grupo elitista em estudo (Quadros 22, 23 e 24).

Com relação à eleição de 2002 (Quadro 22), as 10 empresas que mais doaram recursos financeiros atuaram na área de geração de energia elétrica, produção de ferro, consultoria em tecnologia da informação, fabricação de álcool, na área de construção civil, comércio varejista e transporte de produtos. Salienta-se que essas empresas aportaram os valores apenas para uma deputada individualmente, ou seja, elas não pulverizaram o valor doado, ao contrário, centralizaram e apostaram em uma só candidata, que conseguiu ser eleita e ocupou postos de presidente e vice-presidente em comissões.

Quadro 22 – Dez empresas maiores doadoras das eleições de 2002 para as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Eleição	Empresa doadora*	CNPJ	Valor total doado	Atividade principal da empresa**	Nº de deputadas apoiadas
2002	ENGUIA GEN BA LTDA	04735625000152	R\$ 80.000,00	Geração de energia elétrica	1
2002	CIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO	33131541000108	R\$ 75.000,00	Produção de ferroligas	1
2002	GRUPO DE TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA	04517445000102	R\$ 70.000,00	Consultoria em tecnologia da informação	1
2002	MAGNESITA S/A	19791268003485	R\$ 60.000,00	*****	1
2002	CONSTRUTORA OAS LTDA.	14310577000457	R\$ 53.567,84	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	1
2002	DESTILARIA DE ALCOOL LIBRA LTDA	00297598000122	R\$ 50.000,00	Fabricação de álcool	1
2002	EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA	60208493000181	R\$ 50.000,00	Embraer	1
2002	NUCLEO DE CONSTR. E MONTAGEM LTDA	67056903000165	R\$ 50.000,00	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	1
2002	SOUZA REGIS DIST. ALIM. LTDA	02405811000106	R\$ 50.000,00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	1
2002	RIBERTRAN TRANSP.RODOV.DE CARGAS LTDA	04777909000101	R\$ 49.586,40	Transporte rodoviário de produtos perigosos	1

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e da Receita Federal

* Dados extraídos da prestação de contas final apresentada ao TSE

** Conforme informação constante no site da Receita Federal

***** Não informado no cadastro do CNPJ da Receita Federal

Relativamente às eleições de 2006 (Quadro 23), percebe-se a presença de empresas com atividade no abate de animais, construtoras, comércio atacadista de mercadorias, automóveis e de produtos de higiene e empresa de fabricação de açúcar. Diferente das eleições de 2002, nas eleições

de 2006, metade das empresas doou para duas ou mais candidatas. A outra metade manteve a centralização de recursos. As três maiores empresas doadoras dividiram suas doações entre três ou quatro candidatas, que foram eleitas e ocuparam as presidências e vice-presidências em comissões permanentes. O maior doador doou quase 1 milhão de reais distribuído entre 3 deputadas.

Quadro 23 - Dez empresas maiores doadoras das eleições de 2006 para as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Eleição	Empresa doadora*	CNPJ	Valor total doado	Atividade principal da empresa **	Nº de deputadas apoiadas
2006	JBS S A	02916265000160	R\$ 900.000,00	Frigorífico - abate de bovinos	3
2006	CONSTRUÇÃO E COMERCIO CAMARGO CORREIA S/A	61522512000102	R\$ 400.000,00	Construção de obras de arte especiais	4
2006	CAEMI MINERAÇÃO E METALURGIA S A	31865728000100	R\$ 300.000,00	*****	4
2006	J. G. RODRIGUES & CIA. LTDA	04565503000165	R\$ 245.000,00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	1
2006	GOIÁS CAMINHÕES E ÔNIBUS TDA.	00153980000162	R\$ 240.000,00	Comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados	1
2006	COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	33042730000104	R\$ 210.000,00	Produção de laminados planos de aço ao carbono, revestidos ou não	4
2006	BERTIN LTDA	01597168000199	R\$ 200.000,00	Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar	1
2006	COMER CONSTRUTORA E INCORPORADORA	27170703000114	R\$ 140.000,00	Construção de edifícios	1
2006	CRV INDUSTRIAL - FAZENDA BOA VISTA - CARMO DO RIO VERDE-GO	03937452000192	R\$ 128.312,35	Fabricação de açúcar em bruto	1
2006	CONSTRUTORA OAS LTDA	14310577003049	R\$ 120.000,00	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	2

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e da Receita Federal

* Dados extraídos da prestação de contas final apresentada ao TSE

** Conforme informação constante no site da Receita Federal

***** Não informado no cadastro do CNPJ da Receita Federal

Sobre as eleições de 2010 (Quadro 24), os dez maiores doadores foram empresas de atuação em diversos ramos, como: comércio de medicamentos, de mercadorias, transporte de cargas, construtoras, fabricação de açúcar, desenvolvimento de sistemas de informática e coleta de resíduos. Pode-se dizer que houve uma predominância de empresas que trabalham com

medicamentos e drogas para uso humano. Nessas eleições voltou a ter concentração de recursos em uma só candidata, ou seja, a grande maioria das maiores doadoras centralizou seus recursos em uma só candidata, que conseguiu ser eleita e ocupou postos de presidente e vice-presidente de comissões.

Verifica-se também que houve aporte significativo de recursos para candidatas únicas, em comparação com os valores doados nas eleições de 2002. Ou seja, a empresa que doou, em 2002, o maior valor foi de R\$ 80.000,00 para uma só deputada, enquanto que, em 2010, esse valor aumentou 9 vezes, passando para mais de R\$ 700.000,00. Chama a atenção o fato de que o maior valor doado por uma empresa para o grupo de elite em análise (R\$ 728.730,00) foi destinado para uma só candidata.

Speck e Marciano (2015, p. 280) apresentaram os dez principais doadores para deputados federais das eleições de 2010, e, dentre o rol descrito, constam construtoras e bancos. Nesta pesquisa também se verifica que nas três eleições (2002, 2006, 2010) houveram doações significativas provenientes de construtoras para as deputadas. Também ocorreram doações de bancos, contudo, elas não foram em valores que permitissem figurar na lista dos dez maiores doadores.

Quadro 24 – Dez empresas maiores doadoras das eleições de 2010 para as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Eleição	Empresa doadora*	CNPJ	Valor total doado	Atividade principal da empresa **	Nº de deputadas apoiadas
2010	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	00.995.371/0001-50	R\$ 728.730,00	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	1
2010	J. G. RODRIGUES & CIA. LTDA.	04.565.503/0001-65	R\$ 600.000,00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	1
2010	AMIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME	09.613.227/0001-87	R\$ 500.000,00	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	1
2010	RG LOG LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	10.213.051/0001-55	R\$ 358.000,00	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	1
2010	LIDERMAC CONSTRUÇOES E EQUIPAMENTOS LTDA	40.882.060/0001-08	R\$ 270.000,00	Obras de terraplenagem	1
2010	CONSTRUÇÕES E	61.522.512/0001-02	R\$ 250.000,00	Construção de obras de arte	1

	COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A			especiais	
2010	NICE VEICULOS LTDA.	05.073.167/0001-04	R\$ 250.000,00	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	1
2010	INDUSFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME	11.699.464/0001-54	R\$ 235.000,00	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	1
2010	UTILDROGAS DISTR.DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	01.072.835/0001-10	R\$ 212.000,00	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	1
2010	ADN TECNOLOGIA DE SISTEMAS LTDA	00.594.807/0001-08	R\$ 200.000,00	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	1
2010	C.R. ALMEIDA S/A ENGENHARIA DE OBRAS	33.059.908/0001-20	R\$ 200.000,00	Construção de rodovias e ferrovias	1
2010	COSAN S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL	08.070.508/0001-78	R\$ 200.000,00	Fabricação de açúcar em bruto	1
2010	ES PROFIT CONSULTORIA FINANCEIRA	10.616.284/0001-07	R\$ 200.000,00	Atividades de cobranças e informações cadastrais	1
2010	FUJIWARA EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL LTDA	00.796.352/0001-03	R\$ 200.000,00	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	1
2010	INTERFARMA ASSOCIAÇÃO DA INDÚSTRIA FARMACEUTICA DE PESQUISA	31.118.508/0001-12	R\$ 200.000,00	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	2
2010	VITÓRIA A ENG. E TECNOLOGIA S/A.	03.431.593/0001-39	R\$ 200.000,00	Coleta de resíduos perigosos	1
2010	WTORRE ENG. E CONSTRUÇÃO S/A	05.811.812/0001-30	R\$ 200.000,00	Construção de edifícios	1

Fonte: elaboração própria com base em dados do TSE e da Receita Federal

* Dados extraídos da prestação de contas final apresentada ao TSE

** Conforme informação constante no site da Receita Federal

*** Considerando que na 10ª posição houve diversas empresas que doaram R\$ 200.000,00, optou-se por incluir todas que aportaram este valor.

Em síntese, percebe-se que há certa diversidade de empresas doadoras de recursos para as deputadas em suas campanhas políticas, porém, tanto em 2002, quanto em 2006 e em 2010 houve doações de empreiteiras/construtoras para campanhas eleitorais dessas representantes. Em 2010 houve uma predominância de aportes financeiros de empresas que trabalham com medicamentos e drogas para uso humano. O volume de recursos doados pelas empresas, nas eleições de em análise, ocorreu de forma crescente de uma eleição para a outra. Nas eleições de 2002 e 2010 as empresas centralizaram mais os recursos em uma única candidata, diferentemente das eleições de 2006, onde

metade dos recursos foi distribuído para mais de uma, embora, a outra metade das doações tenha sido destinada para uma só deputada.

Pode-se concluir, também, que esse grupo de deputadas obteve financiamento privado de campanha, aliás, algumas deputadas receberam valores significativos. A impressão é de que praticamente foram “bancadas” por essas empresas, principalmente nas eleições de 2010, em que receberam aportes de R\$ 200.000,00 ou mais de uma mesma empresa. Isso pode ser indício de que essas empresas têm interesses e a atuação dessas parlamentares pode influenciar ou facilitar para que de alguma forma alcancem seus objetivos.

A seguir, na próxima seção o objeto de análise é a trajetória política dessas parlamentares.

4.3 Trajetória Política

Neste item serão analisados dados que trarão elementos a respeito da trajetória política das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da Câmara dos Deputados na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas. Para tanto, serão categorizados os partidos através do espectro político partidário “direita, centro e esquerda”, o parentesco na política, a experiência na área pública, as reeleições para o cargo de deputada federal e o tipo de capital político predominante em suas carreiras.

Relativamente ao espectro político partidário, dividindo-se as 55 parlamentares que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes com base nos partidos pelos quais foram eleitas em “direita, centro e esquerda”, verifica-se que aquelas pertencentes a partidos políticos “de esquerda” foram majoritárias, com 62%, enquanto que houve certo equilíbrio entre deputadas de partidos de “direita” e de “centro”, com 18% e 20% (Quadro 25).

Os partidos de “esquerda” indicaram maior número de deputadas para os cargos de presidência e vice-presidência de comissões permanentes, no período em análise, do que os partidos de “centro” ou de “direita”. Isso pode ter ocorrido por elegerem maior número de parlamentares e terem maior força política para compor as comissões, ou por priorizarem a indicação feminina para esses postos de poder. Outro fator que pode ter influenciado é que os partidos de esquerda possuem organizações internas de mulheres muito fortes.

Moisés e Sanchez (2014) constataram um aumento da participação de mulheres em órgãos executivos de partidos de esquerda e demonstraram que a ideologia e a estrutura partidária influenciam no acesso das mulheres a posições centrais na direção das estruturas partidárias de destaque nas direções. Os autores citam o exemplo de que partidos como o PT, PSB, PDT e PCdoB concederam mais oportunidades para as candidaturas femininas (MOISÉS; SANCHEZ, 2014, p. 104-105).

Quadro 25 – Espectro partidário das deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislatura

Espectro político partidário*	Nº absoluto	Percentual
Direita	10	18%
Centro	11	20%
Esquerda	34	62%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria, com base em tipologia “direita, centro e esquerda” adotada por MIGUEL e QUEIROZ, 2009, entre outros.

* Conforme descrito na parte metodológica, partidos de esquerda: PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB, PV, PMN, PCB, PSTU, PCO e PSOL; no centro, o PMDB e o PSDB; na direita, PFL, PPB/PP, PTB, PL, o PRONA, DEM, PSC, PR e o PROS.

Heilborn (1991) refere que os laços de parentesco podem dar posições diferenciadas para as mulheres, de acordo com as culturas nas quais se inserem. Arendt (2002, p. 22) indica que é sobre a família que os homens articulam e estruturam os “corpos políticos” e argumenta que “o parentesco significa, em diversos graus, por um lado aquilo que pode ligar os mais diferentes e por outro aquilo pelo qual formas individuais semelhantes podem separar-se de novo umas das outras e umas contra as outras”. A autora reconhece a importância da estrutura familiar e do parentesco para a política (ARENDRT, 2002). Tanto os laços familiares como aqueles adquiridos através do parentesco podem contribuir para que parlamentares cheguem ao poder utilizando esse tipo de capital como alavanca para o cargo.

Quando se analisa esse grupo de 55 parlamentares que ascenderam a deputadas federais e estiveram na presidência e vice-presidência de comissões permanentes no período da 52ª à 54ª legislatura percebe-se que parte delas (36%) possui vínculo de parentesco com políticos, seja por serem filhas político ou casadas com políticos que foram prefeitos municipais, vereadores, secretários municipais ou estaduais, deputados estaduais ou federais, governadores ou senadores. Pondera-se que é significativo o percentual (64%) daquelas que não apresentam parentesco na

política (Quadro 26). Uma resposta para esse fato pode ser encontrada na análise do tipo de capital político.

Quadro 26 – Parentesco na política – deputadas federais presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislatura

Parentesco na política	Nº Absoluto	Percentual
Sim	20	36%
Não	35	64%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, DHBB/FGV e Diap.

Pode-se dizer que alguns aspectos favorecem a inclusão das mulheres no campo político. Dentre os aspectos, quatro pelo menos associados, são ao tipo de capital político: (a) capital familiar, (b) capital oriundo da participação em movimentos sociais, (c) capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos e (d) capital convertido de outros campos (PINHEIRO, 2007, p. 108-115).

O capital familiar é uma forma de “poder tradicional”, entendido nos termos da concepção weberiana, como um poder fundado na figura do patriarca (WEBER, 2011, p. 30). Este tipo de poder também é denominado como “capital de tipo familiar” ou “capital familiar”, herdado “de pais, irmãos ou maridos” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 95; PINHEIRO, 2007, p. 109). Percebe-se que esses vínculos familiares garantem um mínimo de representação feminina, embora sem compromisso direto com a agenda feminista.

Avelar explica que as elites tradicionais e as oligarquias utilizam-se das relações de parentesco para o preenchimento de cargos, assim, essas mulheres que ascenderiam ao poder representariam os interesses elitistas locais e “[...] sua atuação nada tem a ver com as mudanças propostas pelas gerações de mulheres que lutaram pela estruturação de sua própria identidade política” (AVELAR, 2001, p. 50).

Por sua vez, o capital oriundo da participação em movimentos sociais, via sindicatos, associações - estudantis, de bairros ou profissionais – garante a eleição de mulheres que representam alguns setores específicos (PINHEIRO, 2007, p. 112). Os vínculos com os movimentos sociais e suas redes de articulação política permitem a eleição de deputadas consideradas de esquerda e que defendem de forma mais ostensiva a igualdade de gênero, os direitos das mulheres e a defesa de outras causas consideradas feministas. É o que aponta Avelar, ao referir-se às mulheres

que chegam à política por meio de movimentos sindicais e movimentos de mulheres “[...] quando ascendem ao poder, suas raízes levam a que privilegiem políticas voltadas às questões sociais, conforme suas bases de poder” (AVELAR, 2001, p. 146).

O capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos se converte em uma forma de *expertise*, que lhes confere um notório saber especializado dando-lhes visibilidade naquele campo, assim, elas se sobressaem por esse acúmulo do saber técnico (PINHEIRO, 2007, p. 114). Por último, o capital convertido de outros campos é aquele se verifica, por exemplo, por ocasião da eleição de atletas, artistas ou pessoas de projeção na mídia (PINHEIRO, 2007, p. 115). Com esses tipos de capital político (familiar, oriundo da participação em movimentos sociais, decorrentes da ocupação de cargos públicos e políticos e convertido de outros campos) as mulheres conseguem alcançar uma cadeira no Parlamento.

Para a análise utilizou-se o tipo de capital preponderante, ou seja, aquele capital que teve maior peso na trajetória política desse grupo de deputadas. Ressalva-se que os tipos de capital podem ser maleáveis e podem se alterar no decorrer do tempo. Das 55 deputadas, 14 delas apresentaram dois ou mais tipos de capitais, mas, nestes casos, para fins de análise, utilizou-se o tipo de capital que pareceu ser mais evidenciado em suas trajetórias. Quando se analisa o tipo de capital preponderante das 55 deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes (Quadro 27) constata-se que 42% delas possuem capital oriundo da participação em movimentos sociais. Em seguida, 35% delas possuem capital familiar por terem parentesco com políticos; 22% têm capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos. A minoria delas (2%) tem capital convertido de outros campos.

A análise do tipo de capital político preponderante demonstra que a maior parte delas tem capital oriundo da participação de movimentos sociais (42%). Esse tipo de capital parece ser uma espécie de alavanca que conseguiu colocar em relevo maior percentual de deputadas do que aquelas com capital familiar (35%). Ou seja, é significativo o número de deputadas que consegue chegar à política tendo por base os movimentos sociais.

Quadro 27 – Tipo de capital preponderante das deputadas federais da 52ª à 54ª legislatura presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes

Tipo de Capital preponderante	Nº Absoluto	%
Capital Familiar*	19	35%
Capital oriundo da participação em movimentos sociais	23	42%
Capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos	12	22%
Capital convertido de outros campos	1	2%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, DHBB/FGV e Diap.

* No quadro anterior constou que 20 delas possuem parentesco (equivalente a capital familiar), porém, uma delas teve o início de sua trajetória política voltado à participação em movimentos sociais e quando já havia se consolidado politicamente é que se casou com outro político. Esta parlamentar foi incluída neste Quadro 22 no tipo de capital oriundo de participação em movimentos sociais.

É interessante observar que a esmagadora maioria do grupo em análise tem experiência na área pública (Quadro 28). Tem-se 47% delas com experiência mista, tanto no Executivo quanto no Legislativo, ou seja, em sua trajetória política atuaram em cargos dentro dos dois poderes, o que talvez tenha contribuído para lhes acrescentar capital político e fortalecer sua atuação para que chegassem à Câmara dos Deputados. Evidentemente, não se pode desconsiderar o fato de que 35% delas possuem capital de origem familiar, e este tipo de capital também pode ter contribuído para que elas ocupassem cargos nesses poderes.

Verifica-se que 38% delas tiveram trajetória dedicada unicamente ao Legislativo. Quando se analisa a atuação no Executivo constata-se que somente 5% delas tiveram atuação exclusiva apenas nesse poder, enquanto que 2% delas atuaram somente no Judiciário. Ou seja, prepondera no grupo aquelas que tiveram experiência de atuação em dois campos: Legislativo e Executivo.

Com relação à experiência na área pública são pertinentes as constatações apontadas por Messenbeg quando fez entrevistas parlamentares sobre a ocupação de cargos públicos no período de 1987-1995:

De forma geral, a ocupação de cargos públicos foi avaliada positivamente pelos membros da elite. Segundo os entrevistados, a circulação de políticos entre o Executivo e o Legislativo revelava-se, por um lado, uma experiência enriquecedora e até mesmo necessária, principalmente para aqueles cujas carreiras políticas só se fizeram dentro do Legislativo, sem vivência das dificuldades e limitações existentes na execução das políticas públicas. Por outro lado, o exercício parlamentar era visto como percurso indispensável para aquisição do manejo profissional da arte da negociação política. (MESSENBEG, 2002, p. 78)

Quadro 28 – Experiência na área pública das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes da 52ª à 54ª legislatura

Experiência na área pública	Nº absoluto	%
Experiência no Poder Executivo	3	5%
Experiência no Poder Legislativo	21	38%
Experiência no Poder Judiciário	1	2%
Experiência mista (Poderes Executivo e Legislativo)	26	47%
Não teve experiência em cargos públicos	4	7%
Total	55	100%

Fonte: elaboração própria com base em dados do Repertório Biográfico da Câmara dos Deputados, DHBB/FGV e Diap.

Por último, constata-se que 49% dessas deputadas elegeram-se uma só vez no período da 52ª à 54ª legislatura, 35% delas reelegeram-se para uma segunda legislatura e 16% delas estiveram presentes nas 3 legislaturas em estudo (Quadro 29). Das 19 deputadas que se reelegeram de uma legislatura para outra, apenas 5 delas reelegeram-se presidentes ou vice-presidentes na legislatura seguinte; entre aquelas 9 deputadas que foram eleitas para as 3 legislaturas, todas as 9 foram reeleitas presidentes ou vice-presidentes de comissões permanentes.

É provável que o fato de terem sido eleitas para duas ou mais legislaturas tenha contribuído para que conseguissem ter maior capital político individual e, com o conhecimento adquirido na primeira legislatura, tivessem mais força de negociar com líderes de partido indicações para os cargos de presidências e vice-presidências de comissões permanentes.

Quadro 29 – Quantidade de vezes que as deputadas presidentes e vice-presidentes de comissões permanentes foram eleitas no período da 52ª à 54ª legislatura

Eleição para o cargo de deputada federal no período da 52ª à 54ª legislatura	Nº Absoluto	%	Nº de reeleições, por legislatura, na presidência ou vice-presidência de comissões permanentes
Uma vez	27	49%	0
Duas vezes	19	35%	5
Três vezes	9	16%	9
Total	55	100%	14

Fonte: elaboração própria com base em dados da Câmara dos Deputados

4.4 Conclusões do Capítulo

Ao finalizar este capítulo desta dissertação, com relação ao perfil social e biográfico conclui-se que:

- (a) 58% das deputadas que foram presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes da Câmara dos Deputados na 52^a à 54^a legislatura nasceram em cidades interioranas enquanto que 42% delas são naturais de capitais;
- (b) Com relação ao domicílio eleitoral (região pela qual foram eleitas) predomina a região Sudeste;
- (c) O grau de escolaridade delas é alto em comparação com o restante da população brasileira, sendo que aquelas que possuem curso superior incompleto somadas àquelas que possuem o superior completo correspondem a 93% do total de 55 deputadas;
- (d) Sobre a quantidade de filhos, constatou-se que estão dentro da taxa de fecundidade média brasileira, ou seja, 49% delas possuem entre 1 e 2 filhos;
- (e) O estado civil predominante é de casadas, com 49%; as solteiras correspondem a 27%, as divorciadas a 18%, as viúvas a 4% e as separadas judicialmente a 2%;
- (f) A profissão declarada à Câmara dos Deputados 36% delas referiu ter duas ou mais profissões, sendo uma de magistério; entre as deputadas, preponderou as que disseram ser professoras, seguidas pelas advogadas, economistas, médicas, jornalistas e funcionárias públicas;
- (g) A faixa etária de 43% delas fica entre 60 a 69 anos; aquelas na faixa de 50 a 59 anos correspondem apenas a 29%, o que mostra que entram na política mais tardiamente, muito próximas da idade de pessoas consideradas idosas.

Relativamente ao comportamento eleitoral as conclusões são as seguintes:

- (a) A faixa patrimonial, na 53^a e 54^a legislaturas, predominou aquelas deputadas com faixa patrimonial baixa (menor de 200 mil), que correspondem a 41%, seguidas por aquelas que estão na faixa médio-baixa (patrimônio pessoal de 200 mil a menos de 500 mil) com 32%;

- (b) Sobre a arrecadação de receitas de pessoas físicas, foi variável a cada legislatura, porém, aumentando as faixas a cada eleição;
- (d) A receita arrecadada de pessoas jurídicas, tanto para as eleições de 2002 quanto para a de 2006, a faixa que mais concentrou doações de pessoas jurídicas foi a 7, que corresponde a valores totais entre 100.000 e menos de 200.000. De outro lado, para as eleições de 2010, o total das doações ficou mais concentrado na faixa 10, com valores superiores a 1 milhão;
- (e) Sobre a utilização de recursos próprios nas campanhas, das que aportaram recursos próprios, nas eleições de 2002 se concentraram, principalmente, em duas faixas, a 2 e a 5; nas eleições de 2006, as faixas foram a 2 e a 9, faixas com valores bastante diferentes, a 2 com valores baixos e a 9 com valores altos; nas eleições de 2010, a concentração maior foi nas faixas 9 e 10, que correspondem a valores mais elevados;
- (f) Sobre as dez empresas pessoas jurídicas que mais doaram recursos para as campanhas políticas percebeu-se que houve certa diversidade de empresas, porém, tanto em 2002, quanto em 2006 e em 2010 houve doações de empreiteiras/construtoras para campanhas eleitorais dessas representantes. Em 2010 houve uma predominância de aportes financeiros de empresas que trabalham com medicamentos e drogas para uso humano. O volume de recursos doados pelas empresas, nas eleições de em análise, ocorreu de forma crescente de uma eleição para a outra. Nas eleições de 2002 e 2010 as empresas centralizaram mais os recursos em uma única candidata, diferentemente das eleições de 2006, onde metade dos recursos foi distribuído para mais de uma, embora, a outra metade das doações tenha sido destinada para uma só deputada.

Sobre a trajetória política das deputadas conclui-se que:

- (a) Relativamente ao espectro político partidário, que aquelas pertencentes a partidos políticos “de esquerda” foram majoritárias na presidência e vice-presidência de comissões com 62%, enquanto que houve certo equilíbrio entre deputadas de partidos de “direita” e de “centro”, com 18% e 20%;
- (b) Do grupo em análise 36% possui vínculo de parentesco com políticos, seja por serem filhas político ou casadas com políticos que foram prefeitos municipais, vereadores, secretários municipais ou estaduais, deputados estaduais ou federais, governadores ou senadores;

(c) Com relação ao tipo de capital constatou-se que 42% delas possuem capital oriundo da participação em movimentos sociais. Em seguida, 35% delas possuem capital familiar por terem parentesco com políticos; 22% têm capital delegado da ocupação de cargos públicos e políticos. A minoria delas (2%) tem capital convertido de outros campos;

(d) A maior parte delas possui experiência na área pública, sendo que 47% delas tem experiência mista, tanto no Executivo quanto no Legislativo, 38% delas tiveram trajetória dedicada unicamente ao Legislativo; 5% delas tiveram atuação exclusiva no Executivo e 2% delas atuaram apenas no Judiciário.

Neste capítulo foram apresentadas e analisadas as informações relativas ao perfil prosopográfico dessas deputadas federais que estiveram na presidência e vice-presidência de comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Sequencialmente serão apresentadas as conclusões finais.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação abordou-se o tema envolvendo questões de gênero e representação política das deputadas na presidência e vice-presidências das comissões permanentes da Câmara dos Deputados na 52^a, 53^a e 54^a legislaturas e as características do seu perfil prosopográfico. O objetivo geral da pesquisa foi direcionado para a análise de como ocorreu a ocupação de cargos de presidente e vice-presidente nas comissões permanentes pelas deputadas federais e quais são as características do perfil prosopográfico dessa elite parlamentar feminina.

Da análise dos dados, principalmente relativos ao patrimônio pessoal e os recursos próprios aplicados na campanha, uma alternativa que pode impulsionar um maior número de mulheres na política pode ocorrer por meio de uma melhor redistribuição econômica, pois, contribuiria para garantir uma maior autonomia às mulheres, afinal, ainda persistem desigualdades, entre homens e mulheres, conforme citado no capítulo introdutório. Com maior autonomia econômica, é provável que as mulheres se sintam mais confiantes para tentar ocupar, de forma mais paritária, os espaços públicos. Ainda, outro ponto que merece ser mencionado é o reconhecimento identitário. Se elas conseguirem um maior reconhecimento identitário dentro dos partidos políticos, um maior número de candidaturas femininas pode vir a ser apoiada, inclusive com acesso igualitário a recursos financeiros e tempo na mídia, necessários para as campanhas eleitorais, o que pode influenciar para que mais mulheres se lancem ao mundo político.

Verificou-se, no quadro que foi delineado no decorrer dos capítulos, que a ocupação de cargos, como as presidências de comissões permanentes ocorre de forma diferenciada entre homens e mulheres. Constatou-se, por exemplo, que, nas três legislaturas, os deputados federais ocuparam a presidência de comissões permanentes 26% enquanto que as deputadas federais ocuparam esse cargo 22%. Elas estiveram mais concentradas na 1^a vice-presidência (27%) do que eles (26%). Com relação à 2^a vice-presidência elas ocuparam 23% enquanto que eles 24%. Na 3^a vice-presidência elas ficaram com 28% e eles com 25%, o que demonstrou certa assimetria na ocupação desses cargos.

Os líderes partidários que via de regra majoritariamente são homens, indicam os representantes políticos que serão presidentes de comissões permanentes com base em acordos formais e informais e essas indicações ainda reproduzem determinadas características que alocam as

mulheres em áreas vinculadas àquelas da esfera privada, demonstrando-se que a ideologia patriarcal perdura nas relações de gênero dentro deste espaço público. Essa visão patriarcal de ocupação de espaços é reproduzida na ocupação de cargos como as presidências de comissões permanentes, em que as deputadas federais são indicadas pelos partidos para atuarem em comissões cujas temáticas são mais voltadas para a educação, saúde, assistência social, temas considerados de *soft politics* (elas estiveram 19 vezes na presidência de comissões *soft politics* e apenas 1 vez na presidência de comissões *hard politics*; 16 vezes na 1ª vice-presidência de comissões *soft politics* e 3 vezes nas *hard politics*, 9 vezes na 2ª vice-presidência de *soft politics*, e 8 vezes nas de *hard politics*, 20 vezes na 3ª vice-presidência de *soft politics* e 3 vezes nas de *hard politics*).

Diante do acima mencionado, constatou-se nesta pesquisa que as deputadas federais, no período da 52ª, 53ª e 54ª legislaturas, estiveram na presidência das comissões como a CSPCCO, CLP, CREDN, CDC, CDHM, CE, CINDRA, CSSF, CTUR, CCULT e CDU. No entanto, elas não conseguiram chegar à presidência das comissões como a CAPADR, CCJC, CDEIC, CFT, CFFC, CME, CVT, CCTCI, CTASP, CESPO e CMADS.

O estudo também demonstrou, com relação às comissões permanentes, que em termos de representação política há uma réplica das desigualdades de gênero, em que as deputadas entram nas comissões, mas quase não se fazem presentes nas cúpulas decisórias nem em comissões consideradas mais estratégicas, como as de *hard politics*. Nessa categoria de comissões *hard politics*, elas entram, porém, ficam mais concentradas em campos periféricos, como o das vice-presidências, enquanto que os deputados ocupam as presidências, o que demonstra que prevalece a dominação masculina nesses espaços.

Para a construção do perfil prosopográfico foram utilizadas três grandes categorias (a) perfil social e biográfico, (b) comportamento eleitoral, e, (c) trajetória política. Essas categorias foram subdivididas para análise, conforme explicado no capítulo metodológico. Dentre os resultados encontrados, com relação ao perfil social e biográfico, verificou-se que a maior parte dessas deputadas é natural de cidades do interior dos Estados. Com relação ao domicílio eleitoral predominam as deputadas da região Sudeste. Esse grupo tem uma escolaridade mais elevada, em comparação com o restante da população brasileira, pois predomina, majoritariamente, as que possuem curso superior completo (82%) e incompleto (11%), o que, reforça o argumento de que elas fazem parte de um grupo elitista. Em relação ao número de filhos, das parlamentares que se

conseguiu informação, prepondera as que possuem 2 filhos (31%) e 1 filho (18%). O estado civil predominante no grupo é de parlamentares casadas (49%), seguido pelas solteiras (27%). Ou seja, quase 50% delas era casada, o que mostra que conseguiram conciliar a vida política com a vida matrimonial. Com relação à religião, dentre o grupo, uma parte não informou a religião (18%), mas da parte que informou 71% segue a religião católica e 9% a evangélica. A maioria delas exerce duas ou mais profissões, e se destaca o grupo das que atuam no magistério, área naturalizada como atividade feminina, o que reproduz uma cultura patriarcal. Esse grupo tem faixa etária que fica entre 60 a 69 anos.

Em comparação aos deputados, elas estão mais concentradas em faixas patrimoniais consideradas baixa (menos de 200 mil reais), o que vai ao encontro da necessidade de que haja uma melhor redistribuição econômica entre homens e mulheres. Com relação ao aporte de recursos pessoais para a própria campanha, a faixa 1, que preponderou, é a das que não aplicaram nenhum recurso pessoal. Porém, dentre as que investiram recursos próprios, nas eleições de 2002 elas se concentraram, principalmente, em duas faixas, a 2 e a 5, aquela com valores de R\$ 1,00 a menos de R\$ 5.000,00, e esta, de R\$ 15.000,00 a menos de R\$ 20.000,00. Nas eleições de 2006, as faixas preponderantes foram a 2 e a 9, aquela com valores entre R\$ 1,00 a R\$ 5.000,00, e esta, com valores maiores, variando entre R\$ 50.000,00 a menos de R\$ 100.000,00. Nas eleições de 2010, a concentração maior foi nas faixas 9 e 10, aquela, com valores de R\$ 50.000,00 a menos de R\$ 100.000,00 e, esta, com valores acima de R\$ 100.000,00. A arrecadação das receitas das candidatas para as campanhas políticas foi variável em cada legislatura, mas percebeu-se um aumento gradativo a cada legislatura.

Na análise da trajetória política verificou-se a predominância de deputadas de partidos políticos “de esquerda”, o que pode ser indicativo que nestes partidos elas consigam ter mais espaço para ocupar cargos importantes, como as presidências e vice-presidências de comissões permanentes. Com relação ao tipo de capital verificou-se que predomina aquelas que têm trajetória política oriunda da participação de movimentos sociais (42%), e, em seguida, aquelas que possuem capital familiar por parentesco com políticos (35%). A maior parte das deputadas que foi presidente e vice-presidente de comissões permanentes possui experiência na área pública. A experiência de parte delas é em duas esferas, predominantemente, dos Poderes Executivo e Legislativo (47%). Também é significativo o percentual das que possuem experiência somente no Legislativo (38%). A experiência desse grupo de parlamentares pode contribuir para fortalecer seu reconhecimento

identitário por parte das lideranças partidárias e pode servir para incrementar seu capital político. É provável que o capital político pese na hora das indicações dos cargos para as comissões.

Com relação à gênero pode-se concluir que o mundo político apresenta barreiras invisíveis chamadas “teto de vidro” que dificultam o acesso das mulheres. Uma vez vencida essa barreira, aquelas que chegam à Câmara dos Deputados podem se deparar com outros “tetos de vidro” para conseguir ocupar altos postos nas estruturas internas, como por exemplo, a presidência de comissões permanentes. Pode-se dizer que é permitida a presença das mulheres, mas, de certa forma, é barrada na presidência de comissões *hard politics*. Os dados demonstraram quase ausência total delas na presidência dessas comissões durante as três legislaturas estudadas, uma vez que as eleições para as presidências de comissões ocorrem anualmente. A escolha de presidentes de comissões *hard politics* pode refletir uma vertente do teto de vidro chamada discriminação por preferência, quando são indicados deputados em vez de deputadas para essas comissões. Essas hipótese precisa ser aprofundada em pesquisas futuras.

Quanto à representação política pode-se concluir que as deputadas ficaram circunscritas mais a comissões *soft politics*, cujos temas são vinculados, tradicionalmente, como de responsabilidade feminina, envolvendo temáticas nas áreas de saúde, cuidado com os filhos, etc. Esses temas parecem ter um menor poder de barganha, quando comparados aos abordados nas comissões *hard politics*.

As que chegaram à presidência e vice-presidência das comissões possuem um perfil da população mais abastada, no que diz respeito à escolaridade, às profissões que declararam, e, até mesmo com relação à faixa de renda patrimonial, portanto, pode-se dizer que elas pertencem à elite parlamentar. Ainda, a maior parte delas é casada, o que pode dificultar conciliação entre a vida familiar e a política, mas isso não as impediu de estarem no campo político. Com relação aos recursos para a campanha, eles podem ser um fator que contribui para o êxito de uma candidatura, assim, parece ser importante que as mulheres detenham recursos próprios e partidários para aplicar nas suas campanhas, caso decidam entrar no campo político ou nele as que estão dentro permanecer.

Na análise sobre “poder” percebeu-se que nas legislaturas em estudo poucas mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados e poucas são escolhidas ou indicadas para ocupar a presidência de comissões. Parece que os temas femininos são considerados periféricos e não

interferem muito nas estratégias, já consolidadas, que priorizaram os homens nesses espaços políticos. O poder de barganha das deputadas no jogo político parece ser pequeno em comparação ao dos deputados.

Ao finalizar esta pesquisa percebe-se que algumas das que ultrapassaram o teto de vidro e chegaram aos cargos de presidente e vice-presidente das comissões conseguiram manter a estrutura familiar (casamento e filhos), conciliando com o mundo político, alcançando postos elevados nas comissões (a maior parte de *soft politics*), porém, também é perceptível a força das ideias patriarcais que ainda permeiam a sociedade e influenciam o espaço público, uma vez que concentra, majoritariamente, os deputados homens em cargos de comissões *hard politics*.

Sugere-se que sejam feitos novos estudos sobre a temática de gênero na Câmara dos Deputados, inclusive, incorporando a realização de entrevistas com essas parlamentares para captar suas percepções a respeito da representação política, e verificar, por exemplo, (a) até que ponto, na visão delas, o tipo de capital político influencia em sua atuação parlamentar, (b) quais são as maiores dificuldades que elas julgam encontrar junto às lideranças partidárias para ocupar espaços na presidência das comissões permanentes; (c) se elas consideram que o aporte de recursos próprios influencia ou facilita a sua inclusão nas disputas políticas; (d) se encontraram dificuldades na captação de recursos de doadores privados, e, se estes, após terem sido eleitas, apresentaram demandas para que elas incorporassem na sua atuação junto às comissões permanentes; (e) como a cultura da burocracia trabalha pelas mulheres e como as vê; (f) se na prática já sofreram preconceito ou algum tipo de violência pela condição de ser mulher ocupando o espaço público; (g) se perceberam em sua trajetória política “tetos de vidro” que limitassem ou dificultassem de alguma forma sua atuação.

Estudos utilizando gênero enquanto categoria de análise podem contribuir para que se tenha um panorama mais completo de fatores limitantes e gargalos encontrados pelas mulheres para acessar e ocupar espaços no concorrido mundo político. Reconhecidos os pontos frágeis é possível minimizá-los com a criação, por exemplo, de instrumentos e normas que, podem fortalecer a representação feminina dando-lhe mais visibilidade de espaço. Isto pode estimular outras mulheres a se candidatarem a cargos eletivos e pode contribuir para o fortalecimento da democracia ao incorporar uma política de presença mais equilibrada entre os gêneros no espaço político.

REFERÊNCIAS

- ABREU JÚNIOR, Diogo Alves de. As lideranças partidárias na Câmara dos Deputados. Monografia (especialização) -- Curso de Especialização em Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3566>>. Acesso em 24 abr. 2016.
- AGUIAR, Osmar de Oliveira. *As regras informais e o processo decisório na Câmara dos Deputados*. 2015. Dissertação de Mestrado. Câmara dos Deputados. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2015.
- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. O direito do voto e a participação política: a formação da cidadania feminina na “invenção democrática”. In: PAIVA, Denise. *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.
- ARAÚJO, Paulo Magalhães. As eleições bicamerais e o perfil dos parlamentares no Congresso Nacional: candidatos eleitos e não eleitos da 52ª legislatura. *Teoria & Pesquisa*, v. 22, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/333/225>>. Acesso em: 08 ago. 2015.
- AVELAR, Lucia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer e Editora da UNESP, 2001.
- AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno [Orgs.]. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7367>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- BARROS, Antonio Teixeira de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). *Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BARROS, Antonio Teixeira de. Internet e Política para Mulheres: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional. *Democracia Digital e Governo Eletrônico*, Florianópolis, n. 12, p 183-211, 2015. Disponível em: <<http://buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov/article/view/34379/33240>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- BIROLI, Flávia (a). Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 6, p. 71-98, Dec. 2011 a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 ago. 2015.

BIROLI, Flávia (b). Mulheres e política na mídia brasileira: estereótipos de gênero e marginalidade do 'feminino' na política. In: PAIVA, Denise & BEZERRA, Heloísa Dias. *Mulheres, poder e política*. Goiânia: Cãnone Editorial. 2011b.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 34, p. 269-299, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 ago. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n. 5, p. 193-216, julho 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba v. 16, n. 30, p. 107-130, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRIADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 123-142, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *A História da Câmara dos Deputados*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm>. Acesso em: 18 out. 2015.

BRASIL. LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9278.htm>. Acesso em: 18 out. 2015.

BRASIL. LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm>. Acesso em: 18 out. 2015.

BRASIL. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 18 out. 2015.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default.shtm>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 2010. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010*. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf> Acesso em: 19 ago. 2015.

BRASIL. IBGE. *Mulher no Mercado de Trabalho*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/estudos_mulher_merc_trabalho.shtm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. IBGE. *Censo Demográfico de 2010*. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=794>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

BRASIL. RECEITA FEDERAL. *Grandes Números IRPF – Anos-Calendário 2007-2013*. Ano-Calendário 2013. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-capa>>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. *Resolução 31 de 2013*. Altera o Capítulo II-A do Título II e o art. 243 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução nº 17, de 1989, para dispor sobre a Secretaria da Mulher, a Procuradoria da Mulher e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher; altera a Resolução nº 1 de 2007; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/2013/resolucaodacamaradosdeputados-31-10-julho-2013-776515-norma-pl.html>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

BRASIL. *Regimento Interno da Câmara dos Deputados* [recurso eletrônico]. 15. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. (Série textos básicos; n. 103). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18847>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

BRASIL. *Regimento Comum*: Resolução nº 1, de 1970-CN, (texto consolidado até 2010) e normas conexas. – Brasília: Congresso Nacional, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20159>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros: repertório biográfico: 52ª legislatura, 2003-2007*. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Série fontes de referência. Deputados. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11714>>. Acesso em 19 out. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros: repertório biográfico: 53ª legislatura, 2007-2011*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Deputados. Repertório biográfico; n. 8. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2387>>. Acesso em 19 out. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Deputados brasileiros: repertório biográfico: 54ª legislatura, 2011-2015*. Câmara dos Deputados, Edições Câmara. Série fontes de referência. Deputados. Repertório biográfico; n. 9. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5164>>. Acesso em 19 out. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM)*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015.

BRASIL. Lei Nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em: 02 nov. 2015.

CARNEIRO, André Corrêa de Sá. *Legislação simbólica e poder de apreciação conclusiva no Congresso Nacional*. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Centro de Formação da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5807>>. Acesso em: 27 fev.2016.

CARREIRO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G.. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2015.

CARREIRO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* Brasília, n. 14, p. 255-295, ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000200255&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 out. 2015.

CASARES, Aurélio Martín. *Antropologia del género: culturas, mitos y estereótipos sexuales*. 3. ed. Madri: Ediciones Cátedra, 2012.

CASTRO, Silvana Itamar. *Participação feminina na Câmara dos Deputados: um retrato da 50ª legislatura (1995-1999)*. Monografia (especialização) -- Curso de Instituições e Processos Políticos

do Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2007. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/10311>> Acesso em: 19 dez. 2015.

CEPAL. *Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe*. Disponível em:<<http://www.cepal.org/oig/ws/getRegionalIndicator.asp?page=13&language=portuguese>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CHARLE, Christopher. A prosopografia ou biografia coletiva: balanços e perspectivas. In: HEINZ, F. M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. *Como estudar elites*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

COIMBRA, Patrícia. Direito das Mulheres Pós Constituição: um estudo descritivo. 2011. Monografia (especialização) -- Curso de Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/9148>> Acesso em: 19 dez.2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. *Radiografia do Novo Congresso*. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=217&view=viewcategory&catid=41>. Acesso em: 20 ago. 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. *Os “Cabeças” do Congresso Nacional*. Disponível em: DIAP. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Radiografia do Novo Congresso*. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=217&view=viewcategory&catid=41>. Acesso em: 30 out. 2015.

DIÁZ, Araceli Mateo. Los estudios sobre elites parlamentarias: el caso latinoamericano. In: *Elites Parlamentares na América Latina*. Belo Horizonte, Argumentum: 2009.

DOUTORES 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

FACIO, Alda; FRIES, Lorena. Feminismo, gênero y patriarcado. *Revista sobre Ensenanza del Derecho de Buenos Aires*. Año 3, n. 6, primavera, 2005, p. 259-294. In: FACIO, Alda; FRIES, Lorena. *Gênero y Derecho*. Santiago: LOM, 1999.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Prefácio de Jean Paul Sartre e tradução de José Laurênio de Melo. Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1968.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 ago. 2015.

FELISBINO, Roberti de Almeida. O Patrimônio dos Membros da elite Parlamentar da Câmara dos Deputados do Brasil no Período de 1995 a 2002. *Revista Estação Científica*, n. 6, p. 1-14, 2008. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/quem-somos/revista-estacao-cientifica/edicoes-antiores.aspx>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

FELISBINO, Roberti de Almeida. Políticos do Brasil: partido e patrimônio na Câmara dos Deputados (1995-2002). *Acta Scientiarum Human and Social Sciences*. Marigá, v. 32, n° 1, p. 21-30, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325337003>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

FELISBINO, Roberti de Aleida. Los ‘Cabezas’ de la Cámara de Diputados de Brasil: una carrera política homogénea y elitista (1995-2002). *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.36, p.67-90, jan./jun. 2012.

FIGUEIREDO, Juliana Baldoni. O colégio de líderes: surgimento e evolução. Monografia (especialização) -- Curso em Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/9868>>. Acesso em 24 abr. 2016.

FISHER, Kimberly; ROBINSON, John P. *Daily Routines in 22 Countries: Diary Evidence of Average Daily Time Spent in Thirty Activities*. Oxford, UK: Centre for Time Use Research, University of Oxford, 2010. Disponível em: <www.timeuse.org/sites/ctur/files/.../CTUR_Technical_Paper_2010-01.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2015.

FLEISCHER, David. Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impactos sobre os partidos. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.187-216.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Tradução: Julio Assis Simões. *Cadernos de campo*, São Paulo, n.14/15, p. 1-382, 2006.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jun. 2015.

FOX, Richard L.; LAWLESS, Jennifer L. Entrando na arena? Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, mai/ago. p. 129-163, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciência Social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIS, Chico de. *Os ben\$ que os políticos fazem: histórias de quem enriqueceu durante o exercício dos mandatos*. São Paulo: Leya Brasil, 2013.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, maio/ago., v. 22 n. 2, p. 201-210, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e Condição Feminina: uma abordagem antropológica. In: *Mulheres e Políticas Públicas*. Ibam/Unicef, Rio de Janeiro, 1991.

HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses Estatísticas da Educação Básica*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopses Estatísticas da Educação Superior*. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

INTER PARLIAMENTARY UNION. *Women's Suffrage*. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

INTER PARLIAMENTARY UNION. *Women in national parliaments*. 2015. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>>. Acesso em: 11 set. 2015.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro Paulo Alves. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: UNESP, 2010. p.41-97.

LALOUETTE, Jaqueline. Do exemplo à série: história da prosopografia. In: HEINZ, Flávio. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

LEMONS, Leany Barreiro. El Sistema de Comisiones en el Senado Brasileño: Jerarquía y Concentración de Poderes en la Década de 1990. *América Latina Hoy*, Salamanca, n.43, p. 155-182, 2006. Disponível em: <<http://www.red-redial.net/referencia-bibliografica-40767.html>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MADALOZZO, Regina. CEOs e Composição do Conselho de Administração: a Falta de Identificação Pode Ser Motivo para Existência de Teto de Vidro para Mulheres no Brasil? *RAC*, Curitiba, v. 15, n. 1, art. 7, pp. 126-137, Jan./Fev. 2011.

MARENCO DOS SANTOS, André. Nas Fronteiras do Campo Político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.12, n. 33, fev. 1997. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=204:rbc-33&catid=69:rbc&Itemid=399>. Acesso em: 05 set. 2015.

MARTINS, Eneida Valarini. A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados. Monografia (especialização) -- Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2007. Disponível em:

<<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/343>> Acesso em: 19 dez. 2015.

MARTINS, Sandra Regina Soares. Representação feminina na Câmara dos Deputados [manuscrito] 2012. 82 f. Monografia (especialização) – Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2013. Disponível em: < <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13117>> Acesso em: 19 dez. 2015.

MARTINEZ, Maria Antonia; GARRIDO, Antonio. Representación de gênero y calidad de la democracia: La doble brecha em América Latina. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 151-173, jan-abr. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/29777>>.

MATOS, Marlise. A subrepresentação política das mulheres na chave de sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, nº 2, p. 309-370, maio/ago 2007.

MESSEMBERG, Débora. *A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas*. São Paulo: Braziliense, 2002.

MESTRES 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio Convexo: Mulheres, Política e Mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. *Democracia e Representação: Territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 out. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p.345-371.

MIRANDA, Geralda Luiza de. A delegação aos líderes partidários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 201-225, Out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 mai. 2016.

MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação Política das Mulheres e Qualidade da Democracia: o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (org). *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

MONTEIRO, Lorena. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 25-32, jan./jun. 2009.

MONTERO, Mercedes Garcia; LÓPEZ, Francisco Sanchez. Las comisiones legislativas em América Latina: una clasificación institucional y empírica. 2012. Disponível em: <americo.usal.es/oir/legislalina/papers/ICPS212.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 197-231, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200197&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 ago. 2015.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaue. Quem são os deputados brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In: MOISES, José Álvaro. *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias Políticas, Desigualdade e Estratificação Social no Brasil Contemporâneo. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/12814454/Fam%C3%ADlias_Pol%C3%ADticas_Desigualdade_e_Estratifica%C3%A7%C3%A3o_Social_no_Brasil_Contempor%C3%A2neo>. Acesso em: 07 ago. 2015.

OLIVEIRA, Ana Cláudia Sousa. *O impacto das cotas eleitorais de gênero na representação feminina na Câmara dos Deputados*. Monografia (especialização) – Curso de Parlamento e Direito, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2015. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/25342>> Acesso em: 19 dez. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pequim + 20*. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/campanha/pequim20/>>. Acesso em: 03 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Her for She*. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/campanha/heforshe/>>. Acesso em: 03 set. 2015.

PAIVA, Denise. *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Câne Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

PARLIAMENT UK. *Women and the vote*. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/about/living-heritage/transformingsociety/electionsvoting/womenvote/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PARO, João Pedro. Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares. *E-legis*, Brasília, n. 15, p. 28-45, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/19879#>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

PEGURIER, Fabiano José Horcades. Carreiras Políticas e a Câmara de Deputados Brasileira. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Rio de Janeiro, 2009.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2015.

PERLIN, Giovana Dal Bianco. Gênero, Multissexualidade e Constituições Familiares Contemporâneas. *Revista UNIRB*, v.1, n 1, jan./abr. 2006.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença?. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2016.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2121>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituente*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. (Série Documentos). Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2007/vozes-femininas.pdf/view>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

PITKIN, Hanna Fenichel. *El concepto de representacion*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1985.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>>. Acesso em: 11 out. 2015.

PRÁ, Jussara. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e Poder*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

QUEIROZ, Marcos Augusto de. Dez anos de CLP: legislação participativa ou participação legislativa? Monografia (especialização) -- Curso de Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/9028#>> Acesso em: 20 dez. 2015.

RENNÓ, Lúcio R. et al. *Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: LAPOP, 2011.

REIS, Eliana Tavares dos. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, p. 233-263, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200233&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 ago. 2015.

REIS, Marcos Antônio. Cidadania legislativa: um balanço dos dez anos da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. *E-Legis*, n. 8, p. 34-55, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/9553>> Acesso em: 20 dez. 2015.

ROCHA, Candyce da Cruz. Institucionalização do tema gênero na Câmara dos(as) Deputados(as): da Procuradoria Especial da Mulher à Secretaria da Mulher. Dissertação de Mestrado. Cefor. 2015. Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/25584>> Acesso em: 19 dez. 2015.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa. Gênero em Ação: Rompendo o Teto de Vidro? (Novos Contextos da Tecnociência). Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

RODRIGUES, Malena Rehbein. O papel da imprensa na qualidade democrática – uma análise de possibilidades nos principais jornais nacionais. Tese de Doutorado. IESP-UERJ, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, Ideologia e Composição Social: Um Estudo das Bancadas Partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Fernando. *Políticos do Brasil: uma investigação sobre o patrimônio declarado e a ascensão daqueles que exercem o poder*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opin. Publica*, Campinas, v. 15, n. 2, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762009000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2015.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise; BEZERRA, Heloísa Dias. *Mulheres, poder e política*. Goiânia: Câne Editorial. 2011.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 399-431, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opin. Publica*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 mar. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. 2ª reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Elis; SANTOS, Fabiano. *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Diego Junior da Silva et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. *Dental Press J. Orthod.*, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121-124, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2016.

SANTOS, Carolina Maria Mota; TANURE, Betania; CARVALHO NETO, Antonio Moreira de. Mulheres executivas brasileiras: O teto de vidro em questão. *Revista Administração em Diálogo (RAD)* Vol.16, n.3, Set/Out/Nov/Dez 2014, p.56-75.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e História*. México: FCE - Universidad Autónoma de la Ciudad de Mexico, 2008.

SECRETARIA DA MULHER. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/secretaria-da-mulher/o-que-e-a-secretaria-da-mulher>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

SEGATO, Rita Laura. *Raça é Signo*. Série Antropologia, 372. UNB, 2005. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie372empdf.pdf>>. Acesso em 06 mai. 2016.

SPECK, Bruno Wilhelm; MARCIANO, João Luiz Pereira. O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado das campanhas. In: SATHLER, André Sathler; BRAGA, Ricardo. *Legislativo Pós-1988: reflexões e perspectivas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

SOUZA, Vivaldo de. Reeleição de governadores e posicionamento ideológico das coligações eleitorais nas eleições de 1998, 2002 e 2006. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto e MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 135-164.

SOW, Marilene Mendes. A participação feminina na construção de um parlamento democrático. Monografia (especialização) -- Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/323>> Acesso em: 19 dez. 2015.

STEIL, Andreia Valeria. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 32, n° 3, p. 62-69, julho/setembro 1997.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2015.

VAZ, Gislene de Almeida. A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas. Monografia (especialização) -- Curso em Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2008. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5813>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. 2013.

VOGEL, Luiz Henrique. *A difícil inserção: voto feminino e as condições sociais de acesso ao campo político no Brasil (1932-2012)*. Câmara dos Deputados. Estudos da Consultoria Legislativa. 2012. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11494#>>. Acesso em: 21 jun. 2015.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 2004.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WIRTH, Linda. *Breaking through the glass ceiling: women in management*. Geneva, International Labour Office, 2001.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2015.

APÊNDICE A – Deputados e Deputadas Federais Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões Permanentes da 52ª a 54ª Legislatura

Comissão	Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR								
Cargo	Presidente			1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Waldemir Moka	M	Silas Brasileiro	M	Abelardo Lupion	M	João Grandão	M
	2004	Leonardo Vilela	M	Fabio Souto	M	Assis Miguel do Couto	M	-	--
	2005	Ronaldo Caiado	M	Luis Carlos Heinze	M	Francisco Turra	M	Assis Miguel do Couto	M
	2006	Abelardo Lupion	M	Osvaldo Coelho	M	João Grandão	M	Francisco Turra	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Marcos Montes	M	Assis do Couto	M	Waldir Neves	M	Dilceu Sperafico	M
	2008	Onyx Lorenzoni	M	Luiz Carlos Setim	M	Paulo Piau	M	Afonso Hamm	M
	2009	Fabio Souto	M	Wandenkolk Gonçalves	M	Luis Carlos Heinze	M	Nelson Meurer	M
	2010	Abelardo Lupion	M	Vitor Penido	M	Beto Faro	M	Silas Brasileiro	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Julio Cesar / Lira Maia	M/M	Paulo Cesar Quartiero / Lira Maia	M/M	Celso Maldaner	M	José Nunes	M
	2012	Raimundo Gomes de Matos	M	Nilson Leitão	M	Domingos Sávio	M	Reinaldo Azambuja	M
	2013	Giacobo	M	Moreira Mendes	M	Luci Choinacki	F	Abelardo Lupion	M
	2014	Paulo Feijó	M	Onyx Lorenzoni	M	Carlos Magno	M	Celso Maldaner	M

Comissão	Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI								
Cargo	Presidente			1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Corauaci Sobrinho	M	Sandes Júnior	M	Vieira Reis	M	Silas Câmara	M
	2004	Gilberto Kassab / Wilson Santiago	M/M	Wilson Santiago	M	Julio Semeghini	M	Dr Hélio/ Júlio Cesar	M/M
	2005	Jader Barbalho	M	Pedro Chaves	M	Eduardo Schiarra	M	Silas Câmara	M
	2006	Vic Pires Franco	M	Fábio Souto	M	Jorge Bittar	M	Wladimir Costa	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Julio Semeghini	M	José Rocha	M	Paulo Bornhausen	M	Bílac Pinto	M
	2008	Walter Pinheiro	M	Ratinho Junior	M	Bílac Pinto	M	Paulo Roberto Pereira	M
	2009	Eduardo Gomes	M	Profª. Raquel Teixeira	F	Cida Diogo	F	Luiza Erundina	F
	2010	Eunício de Oliveira	M	Júlio Semeghini	M	Solange Amaral	F	Bílac Pinto	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Bruno Araujo	M	Antonio Imbassahy	M	Silas Câmara	M	Ruy Carneiro	M
	2012	Eduardo Azeredo	M	Ruy Carneiro	M	Antonio Imbassahy	M	Carlinhos Almeida	M
	2013	Paulo Abi -Ackel	M	Nelson Marchezan Junior	M	Jorge Bittar	M	Silas Câmara	M
	2014	Ricardo Tripoli	M	Eduardo Gomes	M	-		Julio Campos	M

Comissão		Constituição e Justiça e Cidadania - CCJC							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Luiz Eduardo Greenhalgh	M	Patrus Ananias	M	Eduardo Paes	M	Juíza Denise Frossard	F
	2004	Maurício Rands	M	Antonio Carlos Biscaia	M	Vic Pires Franco / Andre de Paula	M/M	Nelson Trad	M
	2005	Antonio Carlos Biscaia	M	José Mentor	M	Wilson Santiago	M	Roberto Magalhães	M
	2006	Sigmaringa Seixas	M	José Eduardo Cardozo	M	Osmar Serraglio	M	Mendonça Prado	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Leonardo Picciani	M	Mendes Ribeiro Filho	M	Neucimar Fraga	M	Marcelo Itagiba	M
	2008	Eduardo Cunha	M	Regis de Oliveira	M	Mauricio Quintella Lessa	M	João Campos	M
	2009	Tadeu Felipelli	M	Eliseu Padilha	M	Bonifácio Andrada	M	José Maia Filho	M
	2010	Eliseu Padilha	M	Colbert Martins	M	Rodvalho	M	Efraim Filho	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	João Paulo Cunha	M	Arthur Oliveira Maia	M	Vicente Cândido	M	Cesar Colnago	M
	2012	Ricardo Berzoini	M	Alessandro Molon	M	Fábio Trad	M	Luiz Carlos	M
	2013	Décio Lima	M	Mauro Benevides	M	Luiz Carlos	M	Carlos Bezerra	M
	2014	Vicente Cândido	M	Luiz Couto	M	Fábio Trad	M	Vitor Paulo	M

Comissão		Defesa do Consumidor - CDC							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Givaldo Carimbão	M	Nelson Bornier	M	Julio Lopes	M	Luiz Alberto	M
	2004	Paulo Lima	M	Luiz Bittencourt	M	Julio Lopes	M	Jonival Lucas Junior	M
	2005	Fleury	M	Eduardo Seabra	M	Carlos Sampaio / Paulo Kobayashi	M/M	Julio Delgado	M
	2006	Iris Simões	M	Jonival Lucas Junior	M	Julio Delgado	M	Gervásio Oliveira	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Cezar Silvestri	M	Carlos Sampaio	M	Giacobo	M	Walter Ihoshi	M
	2008	Vital do Rego Filho	M	Antonio Cruz	M	Walter Ihoshi	M	Laerte Bessa	M
	2009	Ana Arraes	F	Felipe Pereira	M	Vinicius Carvalho	M	Walter Ihoshi	M
	2010	Claudio Cajado	M	Walter Ihoshi	M	Vital do Rego Filho	M	Vinicius Carvalho	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Roberto Santiago	M	Cesar Halum	M	Ricardo Izar	M	Wolney Queiroz	M
	2012	José Chaves	M	Eros Biondini	M	Wolney Queiroz	M	Eli Correa Filho	M
	2013	José Carlos Araújo	M	Felipe Bornier	M	Eli Correa Filho	M	Roberto Teixeira	M
	2014	Sérgio Brito	M	José Carlos Araújo	M	Marco Tebaldi	M	Ricardo Izar	M

Comissão		Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo

52ª legislatura 2003-2007	2003	Leo Alcântara	M	Ronaldo Dimas	M	Giacobo	M	Jairo Carneiro	M
	2004	Gonzaga Mota	M	Dr. Benedito Dias	M	Almeida de Jesus	M	Reginaldo Lopes	M
	2005	Romeu Queiroz	M	Ildeu Araujo	M	Reginaldo Lopes	M	Fernando de Fabinho	M
	2006	Anivaldo Vale	M	Julio Redecker	M	Fernando de Fabinho	M	Nelson Marquezelli	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Wellington Fagundes	M	Albano Franco	M	Antonio Andrade	M	Vanderlei Macris	M
	2008	Jilmar Tatto	M	João Maia	M	Renato Molling	M	José Guimarães	M
	2009	Edmilson Valentim	M	Dr. Ubiali	M	João Maia	M	Fernando de Fabinho	M
	2010	Dr. Ubiali	M	Laurez Moreira	M	Evandro Milhomem	M	Jurandil Juarez	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	João Maia	M	Felipe Bornier	M	Natan Donadon	M	Romero Rodrigues	M
	2012	Marcio Reinaldo Moreira	M	Renato Molling	M	-	-	-	-
	2013	Angelo Agnolin	M	Marcelo Matos	M	Sueli Vidigal	F	-	-
	2014	Augusto Coutinho	M	Aureo	M	Sebastião Bala Rocha	M	-	-

Comissão	Direitos Humanos e Minorias - CDHM								
	Presidente			1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Cargo	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Enio Bacci	M	Pompeo de Mattos	M	Maria do Rosário	F	Geraldo Thadeu	M
	2004	Mário Heringer	M	Luiz Couto	M	Jairo Carneiro	M	Zelinda Novaes	F
	2005	Iriny Lopes	F	Luiz Couto	M	Pompeo de Mattos	M	Chico Alencar	M
	2006	Luiz Eduardo Greenhalgh	M	Luiz Alberto	M	-	-	Reinaldo Betão	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Luiz Couto	M	Gerônimo da Adefal	M	Pedro Wilson	M	Pastor Manoel Ferreira	M
	2008	Pompeo de Mattos	M	Sebastião Bala Rocha	M	Sueli Vidigal	F	Cleber Verde	M
	2009	Luiz Couto	M	Pedro Wilson	M	Cleber Verde	M	Geraldo Thadeu	M
	2010	Iriny Lopes	F	Janete Rocha Pietá	F	Domingos Dutra	M	Veloso	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Manuela D' Ávila	F	Domingos Dutra	M	Arnoldo Jordy	M	Liliam Sá	F
	2012	Domingos Dutra	M	Eryka Kokay	F	Padre Ton	M	-	-
	2013	Pastor Marco Feliciano	M	Antônia Lúcia	F	Liliam Sá	F	Anderson Ferreira	M
	2014	Assis do Couto	M	Nilmário Miranda	M	Janete Capiberibe	F	Antônia Lúcia	F

Comissão	Educação - CE								
	Presidente			1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Cargo	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Gastão Vieira	M	Jonival Lucas Junior	M	Prof. Raquel Teixeira	F	Lobbe Neto	M
	2004	Carlos Abicalil	M	César Bandeira	M	João Matos	M	Prof. Raquel Teixeira	F
	2005	Paulo Delgado	M	Maria do Rosário	F	Celcita Pinheiro	F	João Correia	M

	2006	Neyde Aparecida	F	Fátima Bezerra	F	César Bandeira	M	Oswaldo Biolchi	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Gastão Vieira	M	Maria do Rosário	F	Frank Aguiar	M	Oswaldo Reis	M
	2008	João Matos	M	Rogério Marinho	M	Oswaldo Reis	M	Alex Canziani	M
	2009	Maria do Rosário	F	Fátima Bezerra	F	Lobbe Neto	M	Alice Portugal	F
	2010	Angelo Vanhoni	M	Paulo Rubem Santiago	M	Antonio Carlos Chamariz	M	Pinto Itamaraty	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Fátima Bezerra	F	Lelo Coimbra	M	Artur Bruno	M	Alice Portugal	F
	2012	Newton Lima	M	Raul Henry	M	Pedro Uczai	M	Paulo Rubem Santiago	M
	2013	Gabriel Chalita	M	Artur Bruno	M	Lelo Coimbra	M	Alex Canziani	M
	2014	Glauber Braga	M	Dr. Ubiali	M	Paulo Rubem Santiago	M	Lelo Coimbra	M

Comissão		Esporte - CESPO							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003								
	2004								
	2005								
	2006								
53ª legislatura 2007-2011	2007								
	2008								
	2009								
	2010								
54ª legislatura 2011-2015	2011								
	2012								
	2013								
	2014	Damião Feliciano	M	Afonso Hamm	M	Romário		Marcelo Matos	M

Comissão		Finanças e Tributação - CFT							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Eliseu Resende	M	Fábio Souto	M	Paulo Bernardo	M	Enivaldo Ribeiro	M
	2004	Nelson Bornier	M	Enivaldo Ribeiro/Alexandre Santos	M/M	Paulo Rubem Santiago	M	Carlos Willian	M
	2005	Geddel Vieira Lima	M	Eduardo Cunha	M	Luiz Carlos Haully	M	Carlito Merss	M
	2006	Moreira Franco	M	Pedro Novais	M	Vignatti	M	Luiz Carlos Haully	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Virgílio Guimarães	M	Eduardo Cunha	M	Antonio Palocci	M	Pedro Eugênio	M
	2008	Pedro Eugênio	M	João Magalhães	M	Félix Mendonça	M	Antonio Palocci	M
	2009	Vignatti	M	Antonio Palocci	M	Luiz Carlos Haully	M	Félix Mendonça	M
	2010	Pepe Vargas	M	Marcio Reinaldo Moreira	M	Guilherme Campos	M	-	-

54ª legislatura 2011-2015	2011	Claudio Puty	M	Júnior Coimbra /Luciano Moreira	M/M	-	-	-	-
	2012	Antônio Andrade	M	Lúcio Vieira Lima	M	Assis Carvalho	M	Pauderney Avelino	M
	2013	João Magalhães	M	Assis Carvalho	M	João Lyra	M	Mario Feitoza	M
	2014	Mario Feitoza	M	Lúcio Vieira Lima	M	Pedro Eugênio	M	José Stédile	M

Comissão		Fiscalização Financeira e Controle - CFFC							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Simão Sessim	M	Herculano Anghinetti	M	Almerinda de Carvalho	F	Hermes Parcianello	M
	2004	José Priante	M	André Luiz	M	João Magno	M	Enio Bacci	M
	2005	Alexandre Cardoso	M	Pastor Francisco Olímpio	M	Francisco Garcia	M	-	-
	2006	Carlos Mota / Isaías Silvestre	M/M	Josias Quintal	M	Alberto Fraga	M	Simplicio Mário	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Celso Russomano	M	Márcio Reinaldo Moreira	M	Perpétua Almeida	F	Leonardo Quintão	M
	2008	Dr. Pinotti	M	João Oliveira	M	Paulo Pimenta	M	-	-
	2009	Silvio Torres	M	Rômulo Gouveia	M	Sueli Vidigal	F	Leo Vivas	M
	2010	Nelson Bornier	M	Devanir Ribeiro	M	Cléber Verde	M	Deley	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Filipe Pereira / Sérgio Brito	M/M	Carlos Brandão/Nilson Leitão	M/M	João Boeira	M	Cida Borgheti / Filipe Pereira	F/M
	2012	Edmar Arruda	M	Edson Santos	M	Wellington Roberto	M	-	-
	2013	Edinho Benz	M	Alexandre Santos	M	João Pizzolatti	M	Luiz Sérgio	M
	2014	Hugo Mota	M	João Arruda	M	Felipe Bornier	M	Manuel Rosa Neca	M

Comissão		Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Átila Lins	M	Rogério Silva	M	Zequinha Marinho	M	Davi Alcombre	M
	2004	Junior Betão	M	Agnaldo Muniz	M	Davi Alcolumbre	M	Asdrubal Bentes	M
	2005	Maria Helena	F	Átila Lins	M	Junior Betão	M	Severiano Alves	M
	2006	Miguel de Souza	M	Wellington Fagundes	M	Enio Bacci	M	Maria Helena	F
53ª legislatura 2007-2011	2007	Vanessa Grazziotin	F	Marcelo Serafim	M	Carlos Souza	M	Sebastião Bala Rocha	M
	2008	Janete Capiberibe	F	Maria Helena	F	Sérgio Petecão	M	Neudo Campos	M
	2009	Silas Câmara	M	Sérgio Petecão	M	Sebastião Bala Rocha	M	Dalva Figueiredo	F
	2010	Marcelo Serafim	M	Perpétua Almeida	F	Natan Donadon	M	Sérgio Pertecão	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Gladson Cameli	M	Carlos Souza	M	Raul Lima	M	Zequinha Marinho	M
	2012	Wilson Filho	M	-	-	Janete Capiberibe	F	-	-
	2013	Gerônimo Goergen	M	Carlos Magno	M	-	-	Janete	F

								Capiberibe	
2014	Domingos Neto	M	Ademir Camilo	M	Wilson Filho	M	Dudimar Paxiuba	M	

Comissão		Legislação Participativa (CLP)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Henrique Eduardo Alves	M	André Luiz	M	Eduardo Gomes	M	Maria Lúcia	F
	2004	André de Paula	M	Mendonça Prado	M	Colombo	M	Jaime Martins	M
	2005	Fátima Bezerra	F	Leonardo Monteiro	M	Selma Schons	F	Luiza Erundina	F
	2006	Geraldo Thadeu	M	Fernando Estima	M	Paulo Gouvea	M	Pastor Reinaldo	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Eduardo Amorim	M	Carlos Willian	M	Silvio Lopes	M	Eduardo da Fonte	M
	2008	Adão Pretto	M	Eduardo Amorim	M	Pedro Wilson	M	Dr. Talmir	M
	2009	Waldir Maranhão/Roberto Brito	M/M	Roberto Britto	M	Dr. Talmir	M	Vadão Gomes	M
	2010	Paulo Pimenta	M	Eliene Lima/Roberto Britto	M/M	-	-	Dr. Talmir	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Vitor Paulo	M	Edivaldo Holanda Junior	M	Dr. Grilo	M	Jânio Natal	M
	2012	Anthony Garotinho	M	Dr. Grilo	M	Edivaldo Holanda Junior	M	Aureo	M
	2013	Lincoln Portela	M	Glauber Braga	M	Dr. Grilo	M	Leonardo Monteiro	M
	2014	Zequinha Marinho	M	Erivelton Santana	M	-	-	-	-

Comissão		Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	-	-	-	-	-	-	-	-
	2004	Paulo Baltazar	M	Givaldo Carimbão	M	César Medeiros	M	João Alfredo	M
	2005	Luciano Castro	M	Jorge Pinheiro	M	Paulo Baltazar	M	Kelly Moraes	F
	2006	Luiz Carreira	M	Gervásio Silva	M	Newton Lima	M	Jorge Pinheiro	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Nilson Pinto	M	Fábio Souto	M	Ricardo Tripoli	M	Antonio Carlos Mendes Thame/ Gervásio Silva	M/M
	2008	André de Paula	M	Ricardo Tripoli	M	Jorge Khoury	M	Marcos Montes	M
	2009	Roberto Rocha	M	Marcos Montes	M	Jurandi Loureiro	M	Leonardo Monteiro	M
	2010	Jorge Khoury	M	João Oliveira	M	Marcos Montes	M	Paulo Piau	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Giovani Cherini	M	Oziel Oliveira	M	Cláudio Cajado	M	Penna	M
	2012	Sarney Filho	M	Arnaldo Jordy	M	Penna	M	Rebecca Garcia	F
	2013	Penna	M	Sarney Filho	M	Arnaldo Jordy	M	Antônio Roberto	M
	2014	Arnaldo Jordy	M	Penna	M	Antonio Roberto	M	Márcio Macedo	M

Comissão		Minas e Energia (CME)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	José Janene	M	Eduardo Sciarra	M	Rose de Freitas	F	Gervásio Silva	M
	2004	João Pizzolatti	M	Eduardo Gomes	M	Rose de Freitas	F	Eduardo Sciarra	M
	2005	Nícias Ribeiro	M	Paulo Feijó	M	Rose de Freitas	F	Nelson Meurer	M
	2006	Carlos Alberto Leréia	M	Ronaldo Cezar Coelho	M	Marcelo Castro	M	João Pizzolatti	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	José Otávio Germano	M	Eduardo Valverde	M	Neudo Campos	M	Vitor Penido	M
	2008	Luiz Fernando Faria	M	Rose de Freitas	F	Vander Loubet	M	Rogério Lisboa	M
	2009	Bernardo Ariston	M	Eduardo da Fonte	M	Luiz Alberto	M	Nelson Bornier	M
	2010	Mário Negromonte	M	Rose de Freitas	F	Alexandre Santos	M	Simão Sessim	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Luiz Fernando Faria	M	Wladimir Costa	M	Davi Alcolumbre	M	Simão Sessim	M
	2012	Simão Sessim	M	Dimas Fabiano	M	João Carlos Bacelar	M	Sandes Júnior	M
	2013	Eduardo da Fonte/ José Otávio Germano	M/M	Luiz Argolo/Gladsom Cameli	M	José Rocha	M	Marcos Montes	M
	2014	Geraldo Thadeu	M	Marcos Montes	M	Ronaldo Benedet	M	Eros Biondini	M

Comissão		Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Zulaiê Cobra	F	João Castelo	M	Francisco Rodrigues	M	Maninha	F
	2004	Carlos Melles	M	Maninha	F	Marcos de Jesus	M	Andre Zacharow	M
	2005	Aroldo Cedraz	M	Jairo Carneiro	M	Nilson Mourão	M	João Castelo	M
	2006	Alceu Collares	M	André Costa	M	João Castello	M	Marcos de Jesus	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Vieira da Cunha	M	Marcondes Gadelha	M	José Mendonça Bezerra	M	Augusto Carvalho	M
	2008	Marcondes Gadelha	M	Takayama	M	Perpétua Almeida	F	Iris de Araújo	F
	2009	Damião Feliciano /Severiano Alves	M/M	Damião Feliciano/João Herrmann/Sebastião Bala Rocha	M/M/M	Átila Lins	M	Maria Lúcia Cardoso	F
	2010	Emanuel Fernandes	M	Professor Ruy Pauletti	M	Renato Amary	M	Francisco Rodrigues	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Carlos Alberto Leréia	M	Fábio Souto	M	Eduardo Azeredo	M	Vitor Paulo	M
	2012	Perpétua Almeida	F	Manuela D'Ávila	F	Vitor Paulo	M	Claudio Cajado	M
	2013	Nelson Pellegrino	M	Perpétua Almeida	F	Íris de Araújo	F	Eduardo Azeredo/Urzeni Rocha	M/M
	2014	Eduardo Barbosa	M	Duarte Nogueira	M	Hugo Napoleão	M	Alfredo Sirkis	M

Comissão		Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo

52ª legislatura 2003-2007	2003	Moroni Torgan	M	Vic Pires Franco	M	Neucimar Fraga	M	Cabo Júlio	M
	2004	Wanderval Santos	M	Coronel Alves	M	Moroni Torgan	M	João Campos	M
	2005	Enio Bacci	M	João Campos	M	Alberto Fraga	M	Carlos Sampaio	M
	2006	José Militão	M	Arnaldo Faria de Sá	M	José Otávio Germano	M	Ademir Camilo	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	João Campos	M	Pinto Itamaraty	M	Raul Jugmann	M	Laerte Bessa	M
	2008	Raul Jugmann	M	Marina Magessi	F	Pinto Itamaraty	M	Marcelo Melo	M
	2009	Alexandre Silveira / Marina Magessi	M/F	Raul Jugmann	M	Laerte Bessa /Marcelo Mello	M/M	João Campos /Willian Woo	M/M
	2010	Laerte Bessa	M	Eduardo Amorim	M	Enio Bacci	M	Rubens Otoni	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Mendonça Prado	M	Fernando Francischini	M	Enio Bacci	M	José Augusto Maia	M
	2012	Efraim Filho	M	Mendonça Prado	M	Alexandre Leite	M	Marllos Sampaio	M
	2013	Otávio Leite	M	João Campos	M	Alessandro Molon	M	Otoniel Lima	M
	2014	Pauderney Avelino	M	Lincoln Portela	M	Weliton Prado	M	João Campos	M

Comissão		Seguridade Social e Família (CSSF)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Angela Guadagnin	F	Roberto Gouveia	M	Jorge Alberto	M	José Linhares	M
	2004	Eduardo Paes	M	Eduardo Barbosa	M	Dr. Francisco Gonçalves	M	Selma Schons	F
	2005	Dr. Benedito Dias	M	Arnaldo Faria de Sá	M	Guilherme Menezes	M	Almerinda de Carvalho	F
	2006	Simão Sessim	M	Vanderlei Assis	M	Nazareno Fonteles	M	Dr. Benedito Dias	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Jorge Tadeu Mudalen	M	Alceni Guerra	M	Ribamar Alves	M	Cleber Verde	M
	2008	Jofran Frejat	M	Rafael Guerra	M	Maurício Trindade	M	Dr. Paulo Cesar	M
	2009	Elcione Barbalho	F	Fátima Pelaes	F	Eduardo Barbosa	M	Raimundo Gomes de Matos	M
	2010	Vieira da Cunha	M	Sueli Vidigal	F	Germano Bonow	M	Manato	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Saraiva Felipe	M	Padre João	M	Dr. Paulo César	M	Amauri Teixeira /Professora Marcivânia	M/F
	2012	Mandetta	M	Fábio Souto	M	Lael Varela	M	Antonio Brito	M
	2013	Dr. Rosinha	M	Geraldo Resende	M	Antonio Brito	M	Rogério Carvalho	M
	2014	Amauri Teixeira	M	Antonio Brito	M	Mandetta	M	José Linhares	M

Comissão		Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Medeiros	M	Sandro Mabel	M	Tarcísio Zimmermann	M	Adauto Pereira	M
	2004	Tarcísio Zimmermann	M	Dra. Clair	F	Isaías Silvestre	M	Luciano Castro	M
	2005	Henrique Eduardo Alves	M	Oswaldo Reis	M	Enio Tatico	M	Marco Maia	M

	2006	Aracely de Paula	M	Coronel Alves	M	Oswaldo Reis	M	Vicentinho	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Nelson Marquezelli	M	Sabino Castelo Branco	M	Wilson Braga	M	Paulo Rocha	M
	2008	Pedro Fernandes	M	Nelson Marquezelli	M	Elcione Barbalho	F	Eudes Xavier	M
	2009	Sabino Castelo Branco	M	Sérgio Moraes	M	-	-	Manuela D'Ávila	F
	2010	Alex Canziani	M	Gorete Pereira	F	Vicentinho	M	Sabino Castelo Branco	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Sílvia Costa	M	Eros Biondini	M	Sabino Castelo Branco		Augusto Coutinho	M
	2012	Sebastião Bala Rocha	M	Flávia Morais	F	Sabino Castelo Branco		Laércio Oliveira	M
	2013	Roberto Santiago	M	Gorete Pereira	F	Armando Virgílio		Andreia Zito	F
	2014	Luiz Fernando Faria	M	Flávia Morais	F	Gorete Pereira	F	Sandro Mabel	M

Comissão		Turismo (CTUR)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Josué Bengston	M	Bismarck Maia	M	Ronaldo Vasconcelos	M	Mariângela Duarte	F
	2004	José Militão	M	Pastor Reinaldo	M	Coubert Martins	M	Hamilton Casara	M
	2005	Antônio Cambraia	M	André Figueiredo	M	Marcelo Teixeira	M	Márcio Reinaldo Moreira	M
	2006	Asdrubal Bentes	M	Hermes Parcianello	M	Ricarte de Freitas	M	Marcelo Teixeira	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Lídice da Mata	F	Brizola Neto	M	Sueli Vidigal	F	Fábio Faria	M
	2008	Albano Franco	M	Fábio Souto	M	Sílvia Torres	M	Marcelo Teixeira	M
	2009	Afonso Hamm	M	Marcelo Teixeira	M	Eugênio Rabelo	M	Otávio Leite	M
	2010	Professora Raquel Teixeira	F	Paulo Henrique Lustosa	M	Marcelo Teixeira	M	José Airto Cirilo	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Jonas Donizette	M	Romário	M	Valadares Filho	M	Renan Filho	M
	2012	José Rocha	M	Afonso Hamm	M	Carlos Eduardo Cadoca	M	Luci Choinaky	F
	2013	Romário/Valadares Filho	M/M	Abelardo Camarinha/Valadares Filho	M/M	Afonso Hamm	M	Jô Moraes	F
	2014	Renato Molling	M	Vilalba	M	Carlos Eduardo Cadoca	M	-	-

Comissão		Viação e Transporte (CVT)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Romeu Queiroz	M	Neuton Lima	M	Leodegar Tiskoski	M	Mauro Lopes	M
	2004	Wellington Roberto	M	Giacobo	M	Pedro Chaves	M	Neuton Lima	M
	2005	Mário Assad Júnior	M	Humberto Michiles	M	Homero Barretto	M	Nelson Bornier	M
	2006	Mauro Lopes	M	Lupércio Ramos	M	Giácobo	M	Gonzaga Patriota	M
53ª legislatura 2007-2011	2007	Eliseu Padilha	M	José Santana de Vasconcelos/Sandro Matos	M/M	Mauro Lopes	M	Hugo Leal	M
	2008	Carlos Alberto Leréia	M	Roberto Rocha	M	Alexandre Silveira	M	Fátima Pelaes	F

	2009	Jaime Martins	M	Mauro Lopes	M	Carlos Santana	M	Hugo Leal	M
	2010	Milton Monti	M	Pedro Fernandes	M	Cláudio Díaz	M	Osvaldo Reis	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Edson Ezequiel	M	Washington Reis	M	Lázaro Botelho	M	Hugo Leal	M
	2012	Washington Reis	M	Alexandre Santos	M	Hugo Leal	M	Mauro Lopes	M
	2013	Rodrigo Maia	M	Fábio Souto	M	Osvaldo Reis	M	Jaime Martins	M
	2014	Arnaldo Faria de Sá	M	Jesus Rodrigues	M	Washington Reis	M	Diego Andrade	M

Comissão		Cultura (CCULT)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	-	-	-	-	-	-	-	-
	2004	-	-	-	-	-	-	-	-
	2005	-	-	-	-	-	-	-	-
	2006	-	-	-	-	-	-	-	-
53ª legislatura 2007-2011	2007	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-
54ª legislatura 2011-2015	2011	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	Jandira Feghali	F	Nilmário Miranda	M	Evandro Milhomen	M	José Stedile	M
	2014	Alice Portugal	F	Luciana Santos	F	Onofre Santo Agostini	M	Evandro Milhomen	M

Comissão		Desenvolvimento Urbano (CDU)							
Cargo		Presidente		1º Vice Presidente		2º Vice Presidente		3º Vice Presidente	
Legislatura	Ano	Nome	Sexo	Nome	Sexo	Nome	Sexo		Sexo
52ª legislatura 2003-2007	2003	Maria do Carmo Lara	F	Francisca Trindade/Terezinha Fernandes	F/F	-	-	Paulo Gouvea	M
	2004	Silas Câmara	M	Jakson Barreto	M	Walter Feldman	M	Cesar Schirmer	M
	2005	Julio Lopes	M	Fábio Souto	M	Colbert Martins	M	Jaime Martins	M
	2006	João Leão	M	Romel Anísio	M	Custódio Matos	M	Laura Carneiro	F
53ª legislatura 2007-2011	2007	Zezeu Ribeiro	M	Angela Amin	F	Luiz Carlos Busato	M	Edson Santos	M
	2008	Angela Amin	F	Filipe Pereira	M	Evandro Milhomen	M	Moises Avelino	M
	2009	Eduardo Sciarra	M	João Bittar	M	Fernando Schucre	M	José Chaves	M
	2010	Humberto Souto	M	Angela Amin	F	Cassio Taniguchi	M	José Paulo Toffano	M
54ª legislatura 2011-2015	2011	Manoel Junior	M	Roberto Brito	M	José de Fillipi	M	Leopoldo Meyer	M
	2012	Domingos Neto	M	Leopoldo Meyer	M	Mauro Mariani	M	Roberto Brito	M
	2013	Sérgio Moraes	M	Walney Rocha	M	Rubens Otoni	M	Flaviano Melo	M

	2014	Mauro Lopes	M	Alberto Filho	M	Sérgio Moraes	M	Roberto Brito	M
--	------	-------------	---	---------------	---	---------------	---	---------------	---

M = masculino

F = feminino